UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

CENTRO E CENTRALIDADE EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Orientador: Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker



Kedma Madalena Gonçalves Garcez
Novembro de 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

CENTRO E CENTRALIDADE EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico), sob a orientação do Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Kedma Madalena Gonçalves Garcez
Novembro de 2009.

Garcez, Kedma Madalena Gonçalves.
G197c Centro e centralidade em São Luís do Maranhão / Kedma Madalena Gonçalves Garcez. - Presidente Prudente : [s.n], 2009
vii, 123 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Arthur Magon Whitacker
Banca: Doralice Sátyro Maia, Everaldo Santos Melazzo
Inclui bibliografia

1. Espaço urbano. 2. Centralidade. 3. Geografia urbana. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD(18.ed.)910

Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele [Jesus Cristo], pois, a glória eternamente. Amém.

Romanos 11: 36

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e vivência geográfica.

A Maria de Lourdes e Daleth, pelo inesgotável amor maternal.

A Ronaldo, Anna Kelita, Natanael e Márcia Daleth, pelo amor e compartilhar das lutas e conquistas.

Ao meu orientador Arthur, sua competencia e mediação neste processo educativo asseguraram minha possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Aos Professores do exame de qualificação: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Raul Borges Guimarães, pelas valiosas e estruturadoras contribuições.

A Igor de França Catalão, pela singular amizade, companheirismo e prontidão em me apoiar neste mestrado.

A minha amiga e irmã Maria Tavares, pela companhia e apoio, ao Pastor Edson Borges de Sousa e a Primeira Igreja Batista de Presidente Prudente.

Aos companheiros: Ana Cristina, Sampaio, Silvia, Paula Lindo, Edenis, Aline, Márcio e Érica, Oséas, Rafael, Karla e Atamis pela amizade durante esta jornada.

A UNESP/Presidente Prudente – Programa de Pós-Graduação em Geografia em seus Dirigentes, Funcionários e Colegas da turma de 2006, pelo elevado padrão científico.

A UEMA em seus Dirigentes, Professores do Departamento e História e Geografia, pelo compromisso com expansão de uma educação de qualidade e geradora das transformações sociais necessárias ao nosso tempo.

A Jalmir, Erick e Eliane pelo apoio indispensável em momentos trabalhosos.

Agradeço especialmente a Eliene Batalha, Jorge Passos, Samira Rabani, Fabiana Cordeiro, Marcos Araújo e Érica Garreto que cooperaram decisivamente para a liberação de dados importantes para as reflexões construídas na dissertação.

SUMÁRIO

ÍNDICE vi

RESUMO viii

ABSTRACT ix

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1- CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO 7

CAPÍTULO 2 – SÃO LUÍS: Cidade monocêntrica ou cidade policêntrica? 48

CAPÍTULO 3 – O NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE: formação e transformações 880

CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

REFERÊNCIAS 110

APÊNDICE 117

ÍNDICE

ÍNDICE **vii**

RESUMO **viii**

ABSTRACT **ix**

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1- CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO 7

1.1 São Luís: um olhar sobre a produção do espaço colonial a partir das atividades de comércio e serviços 18

1.2 Marcos histórico-geográficos para discussão do centro e centralidades em São Luís 29

CAPÍTULO 2 – SÃO LUÍS: Cidade monocêntrica ou cidade policêntrica? 48

2.1 Alguns elementos socioespaciais de São Luís após 1950 para a discussão... 54

2.2 Área central de São Luís: a expressão territorial a partir das atividades de comércio e serviços 62

2.3 Discutindo outras formas de expressão da centralidade 72

CAPÍTULO 3 – O NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE: formação e transformações 90

3.1 O uso do solo urbano no núcleo da área central 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS 1057

REFERÊNCIAS 112

APÊNDICE 117

RESUMO

Discutir a dinâmica da centralidade urbana em São Luís de ontem e de hoje foi a questão norteadora da dissertação. De ontem, a partir da espacialização das atividades de comércio e serviços em dois marcos histórico-geográficos, buscando a formação, sustentação ou fragmentação da centralidade urbana no centro da cidade. E de hoje, com a tentativa de identificação de determinantes históricas e econômicas que comparecem no recorte analítico do núcleo da área central ou o *core*, definida por sua diferenciação no conjunto da cidade pela concentração do capital produtivo e que torna visível a predominância dos equipamentos urbanos públicos e privados de gestão ou controle, a forte especialização do uso do solo para as atividades de comércio e serviços, a convergência da fluidez de produtos, informações e dos transportes. Desse modo, o objetivo desta dissertação é contribuir para análise da produção do espaço urbano de São Luís, articulando a formação histórica da centralidade urbana aos processos espaciais determinantes, a partir da distribuição das atividades de comércio e serviços, identificando no uso do solo urbano suas tendências, tendo como foco o núcleo da área central. Trabalhamos com bancos de dados da Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís, da Associação Comercial do Maranhão e do Cadastro Empresarial do SEBRAE, em São Luís – MA. A pesquisa permitiu encaminhamentos sobre quantos e onde estão os equipamentos urbanos relativos a essas atividades de comércio e serviços na cidade, a seleção de variáveis importantes para a análise e o tratamento dos dados. A etapa seguinte culminou com uma pesquisa de campo no *core* da Área central, que reúne as quatro ruas que concentram as atividades comerciais e de serviços: a Rua do Sol, a Rua da Paz, a Rua Grande, a Rua de Santana, tendo como limites a Praça Deodoro, ponto de convergência de 90% dos transportes coletivos, e a Praça João Lisboa. O estudo apontou uma importante concentração espacial em São Luís no centro principal, na qual a centralização das atividades de comércio e serviços expõe uma desigual distribuição espacial dessas atividades e sustentam a multicentralidade em São Luís – MA, ainda que processos de desconcentração e descentralização já estejam ocorrendo.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Centralidade urbana; Centro principal; Centros secundários; São Luís.

ABSTRACT

The main question of this dissertation was to discuss the dynamics of urban centrality in São Luis yesterday and today. From yesterday, starting from the spatial distribution of trade activities and services in two historical and geographical landmarks, formation, support, fragmentation or even degradation of urban centrality in the city center was searched. And today, in an attempt to identify historical and economic factors that show up in the analytical approach of the core area which is defined by its differentiation throughout the city by the concentration of productive capital that makes the predominance of public and private urban equipments of either management or control, the strong specialization of land use for trade activities and services, the convergence of products and information flow and transport visible. This way, the objective of this study is to contribute to the analysis of the spatial configuration of São Luis, by articulating the historical formation of the urban centrality to the spatial processes determinants, from the distribution of trade activities and services, identifying the urban land use trends, focusing on the core area. We have worked with the database of the Social Welfare Department in São Luis, the Commercial Association of Maranhão and the SEBRAE Business Register in São Luís – MA. The research has allowed referrals on how many and where are the urban equipments for such trade and services activities in the city, the selection of important variables for the data analysis and treatment. The next stage led to a field research in the core area of the city that gathers the four streets that concentrate the commercial activities and services: Rua do Sol, Rua da Paz, Rua Grande, Rua de Santana, which are limited by the João Lisboa Square and the Deodoro Square, a convergence point of 90% of the public transportation. The study has found a significant spatial concentration in São Luis, where the centralization of trade and services activities exposes an unequal spatial distribution of these activities and supports the monocentrality in Sao Luis, even though processes of dissipation and decentralization are already occurring.

Key words: Urban centrality; urban center; spatial configuration; spatial processes; secondary centers; Sao Luis.

INTRODUÇÃO

A cidade de São Luís se constitui num amplo campo de investigação científica se considerarmos, entre outros, o processo socioespacial de formação e produção do seu espaço urbano. Os três séculos e meio de permanência de uma organização espacial fortemente concentrada e as expansões do tecido urbano nas últimas quatro décadas trazem importantes conteúdos que carecem, também, de uma inadiável análise geográfica. Daí o enveredar nessa temática concomitante com minha integração em um programa em nível de pós-graduação, cuja área de concentração é a Produção do Espaço Geográfico. As inquietações provocadas no âmbito das disciplinas: Urbanização e Produção da Cidade e Novas Tecnologias, Fluxos e Estruturação Urbana foram basilares na possibilidade de pensar a centralidade urbana, tendo como foco a discussão sobre o centro e novas centralidades. Portanto, empreendi compreender os processos e as formas espaciais que permitiriam interpretar as dinâmicas que respondem pelas antigas e novas espacialidades geradas pela divisão social do espaço tomado pelas atividades de comércio e serviços.

Decerto, é um estudo inicial que pretende discutir a cidade de São Luís, a capital do Maranhão, tendo como foco uma centralidade urbana, ainda fortemente configurada em um centro urbano historicamente constituído. A relevância desta centralidade tem sido mantida pela convergência dos transportes urbanos coletivos, unicamente rodoviários, intenso fluxo de automóveis que têm neste setor o ponto nodal, para atender as dinâmicas decorrentes do maior volume de empregos fixados na área central, nos diversos postos de serviços, entre os quais de comando administrativo, financeiro, dos poderes: executivo, legislativo e judiciário; e demais trabalhadores do comércio formal e informal localizados no centro principal de comércio e serviços.

Outra condição restritiva que se impôs como estudo pioneiro, foi a exiguidade do tempo para uma análise dos demais estudos que discutem os aportes da centralidade urbana em cidades históricas, a semelhança de São Luís e, que entendemos ser um desdobramento importante deste estudo, a ser construído posteriormente.

Assim, identificamos no aumento populacional em sua decorrente expansão do tecido urbano e na distribuição das atividades terciárias preponderantes no funcionamento do

capital e do trabalho, duas dinâmicas que se tornaram significativas em São Luís, nas últimas quatro décadas. Elas trazem subjacente o aprofundamento de relações assimétricas que pactuam uma cidade para alguns, restringindo o direito à cidade para muitos[1], considerando o nosso foco que é a espacialização das atividades de comércio e serviços. A concentração espacial destas atividades expõe restrições/exclusões para os que estão distantes do centro e abre reflexões sobre a possibilidade da cidade ser o lócus da apropriação para os citadinos, pois em uma das funcionalidades que lhe é inerente, conforme Small e Witherick (1992), que é o fornecimento de bens e serviços, os arranjos espaciais distribuem as oportunidades de consumo desigualmente. Por isso, consideramos a possibilidade de tentar compreender qual a intensidade dessa concentração e os elementos que apontam a importância da centralidade urbana de uma cidade com quase quatro séculos. É fato, também, a escassez de literatura sobre a urbanização de São Luís. Em vista dessa ausência, buscamos apreendê-la tomando como ponto de partida a espacialização das atividades de comércio e serviços, dada a evidência dos processos espaciais que as articulam. Logo, a cidade será discutida como um espaço geográfico transformado pelo capital, que agrega na contemporaneidade a complexidade das interações dos processos sociais gerados em todas as escalas.

Privilegiamos em nossa discussão, a organização da cidade a partir de uma centralidade urbana que faz alusão as caracterizações importantes e exclusivas do seu centro urbano. As espacializações de uma estruturação urbana que destaca as atividades de comércio e serviços fortaleceram o nosso interesse pelo recorte analítico do núcleo da área central ou o "core". Este setor é definido por sua diferenciação no conjunto da cidade, a concentração do capital produtivo torna visível a predominância dos equipamentos urbanos públicos e privados de gestão ou controle, a forte especialização do uso do solo para as atividades de comércio e serviços, a convergência dos fluxos de pessoas, das informações e dos sistemas de transportes. Admitimos, portanto, que a divisão social do espaço que poderia ter formado novas centralidades ou fortalecido as existentes com o crescimento territorial, a nosso ver, expandiu conjuntos urbanos cujo poder aquisitivo não conseguiu atrair os interesses do capital ou do Estado.

No caso de São Luís, a força de uma área central que foi delineada desde os primeiros sistemas urbanísticos minuciosamente detalhados no período da ocupação francesa é emblemática. Tal observação expõe a importância do papel do Estado na lógica da produção desse espaço urbano, bem como manifesta os fluxos e a transição dos processos espaciais que

[1] A cidade de São Luís tem 50% da população ocupando moradias em áreas não planejadas e distantes do centro da cidade conforme o IBGE. (Censo 2000)

marcam a evolução urbana. Logo, o poder do capital e do Estado para criar, manter ou reservar o solo urbano como mercadoria abre discussões sobre os agentes e os processos socioespaciais da e na cidade.

Efetivamente, o estudo tratará de um setor reconhecidamente distinguido na cidade. As concentrações de pessoas, atividades produtivas, fluxos de bens materiais e imateriais, em áreas seletivamente organizadas, dão visibilidade aos processos de divisão social do espaço. Sem dúvida, é para a área central que convergem os movimentos do capital, a reprodução social, tendo como determinantes a apropriação das possibilidades oferecidas no desempenho peculiar das funções de cada cidade e que se materializam em alguns locais convenientes ao capital.

A distribuição das atividades de comércio e serviços em São Luís é um indicador das desiguais oportunidades de consumo e reprodução social. Assim, tendo em vista uma possibilidade de aproximação com os processos de produção e reprodução social na cidade e visando contribuir com a análise da organização espacial de São Luís, a partir da espacialização das atividades comerciais e de serviços, a pesquisa buscou compreender as caracterizações que sustentam a centralidade urbana no centro principal em São Luís-MA, ainda que processos de desconcentração[2] e descentralização[3] já estejam ocorrendo.

Os procedimentos metodológicos que permitiram o estudo estão expostos a seguir, em linhas gerais, pois ao longo do texto explicitaremos os rumos tomados.

Buscando ampliar a base teórico-metodológica para construção do conhecimento pretendido, foram selecionados clássicos da geografia urbana, dos estudos da economia urbana e da cidade, dos títulos da sociologia urbana e da literatura geográfica, que foi amplamente tomada como referência para, por exemplo, o sítio urbano, a morfologia urbana, o espaço intraurbano, a urbanização, os processos espaciais de formação dos centros e centros secundários, além do caso específico de São Luís.

Na etapa seguinte, partimos para o levantamento de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Prefeitura Municipal de São Luís e em instituições afins

[2] A desconcentração será entendida pela não fixação das atividades comerciais e de serviços no centro urbano, setor de maior centralidade e, sim em outras áreas com maior ou menor centralidade no conjunto da cidade, conforme Gottdiener (1993, p. 19), ela permite "descrever os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país."

[3] A descentralização estará relaciona aos fatores de repulsão da área central, associados ao crescimento da cidade e desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações, conforme Corrêa (2000, p.46/47). Reolon (2007, p. 171) discutindo LENCIONI (1999) e FIRKOWSKI (1999) sintetiza que a descentralização "diz respeito a localização das atividades de comando do capital".

sobre a distribuição das atividades de comércio e serviços. Identificamos no banco de dados da Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís elementos que nos permitiram uma primeira aproximação com a realidade. A pesquisa permitiu encaminhamentos sobre quantos e onde estão os equipamentos urbanos relativos a essas atividades na cidade, a seleção de variáveis importantes para a análise e o tratamento dos dados.

Diante do volume de dados e da possibilidade de obter melhores informações sobre a espacialização das atividades de comércio e serviços em São Luís, tornou-se necessário um aglutinamento dessas atividades nos bairros em setores. A dificuldade de que, em São Luís, não há uma identificação oficial dos bairros (por exemplo, onde começam e onde terminam), foi contornada com o uso de mapas urbanos fornecidos pelo Instituto de Planejamento da Cidade, órgão da prefeitura. Portanto, foi possível a elaboração de um mapa contendo vinte e dois setores que incluem todos os bairros. Os setores foram constituídos pela contiguidade dos bairros, sua década de criação e foram designados pelos bairros que apresentam maior centralidade[4] em cada conjunto.

A primeira visibilidade da espacialização das atividades de comércio e serviços em São Luís foi proveniente da pesquisa e análise dos dados fornecidos pela Delegacia da Receita Previdenciária de São Luís, sobre as atividades econômicas em toda a cidade nos setores criados. Isso contribuiu efetivamente no tratamento das informações e nos assegurou as primeiras interpretações. Dois aspectos foram positivos; um deles estava relacionado com a organização dos dados em atividades pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) e o outro antecipava informações sobre o nível de concentração das atividades, já destacando a força do centro no conjunto dos demais setores urbanos em São Luís.

Uma pesquisa de campo em cada setor permitiu o georreferenciamento de pontos nas áreas ou eixos mais dinâmicos, ou seja, com maior concentração de fixos e fluxos. Com esses recortes empíricos procurávamos identificar a densidade da espacialização dos equipamentos urbanos, comerciais e de serviços. Com efeito, era necessário observar quais processos espaciais assumiam importância na concentração ou dispersão dos mesmos, em uma tentativa de caracterizar o centro, os subcentros e as novas áreas que expressassem centralidade.

[4] A centralidade foi discutida inicialmente como um processo que se destaca na estruturação urbana da cidade, a partir da importância que uma localidade gera ao agregar pontos nodais de transportes urbanos, atrair e fixar sedes de governos locais ou regionais, postos de empregos, atividades comerciais e serviços, conforme Small e Witherick (1992) e, devido à forte densidade dessas atividades, essas localidades oferecem maior capacidade de consumo de produtos e serviços, portanto elevados índices de frequentação de natureza e intensidades diferentes, segundo Sposito (1992).

Do mesmo modo, apostávamos em poder compreender a amplitude do conjunto dos serviços e comércio e o caráter contínuo ou descontínuo na distribuição dessas atividades. Julgávamos importante, também, identificar o grau de homogeneidade interna de cada setor. Assim, buscamos entender a lógica de produção desses espaços a partir da inter-relação dessas atividades com as populações envolvidas, isto é, aclarar qual a forma espacial e a função dominante no local representativa de cada setor.

Empreendemos ainda duas coletas em banco de dados. Uma foi feita no censo empresarial SEBRAE – Maranhão, 2007, considerada a pesquisa mais completa sobre o comércio formal e informal de São Luís. As informações dele retiradas foram importantes para consolidar as discussões sobre o centro principal, os centros secundários e a definição pelo estudo do núcleo da Área Central de São Luís. A outra coleta de dados foi realizada na Associação Comercial do Maranhão para identificação do nível de especialização do centro.

A etapa seguinte culminou com uma pesquisa de campo no "core" da área central, que reúne as quatro ruas que concentram as atividades comerciais e de serviços: a Rua do Sol, a Rua da Paz, a Rua Grande ou Osvaldo Cruz e a Rua de Santana, tendo como limites a Praça Deodoro, ponto de convergência de 90% dos transportes coletivos, e a Praça João Lisboa. As principais contribuições dessas informações permitiram a identificação e delimitação das dinâmicas que caracterizam esse setor. Dessa forma, as materializações dos processos sociais que promovem a distribuição das atividades de comércio e serviços permitiram um entendimento sobre a área central, a constituição de novas centralidades e sobre quais as tendências de uso do núcleo do centro urbano na atualidade.

Dessa forma, na primeira parte do trabalho, reunimos elementos para discussão sobre a organização espacial das atividades de comércio e serviços em São Luís, como expressão da materialidade social que articula, em várias escalas, os movimentos do capital e do Estado, em um sítio urbano insular, com elevado grau de isolamento até a década de 1960. Tentamos, também, entender como as formas espaciais longamente perpetuadas ainda mantêm sua funcionalidade em termos econômicos, simbólicos e de gestão, no caso específico do centro, ao tempo em que identificamos as novas centralidades que se estabelecem na atualidade em outras áreas.

Na segunda parte, discutimos a temática a partir de conceitos que se fizeram elucidativos para a pesquisa. Nessa etapa, foram importantes as reflexões sobre as relações sociais na produção capitalista do espaço urbano, os processos intraurbanos e as formas espaciais.

A partir de clássicos da Geografia Urbana, tornaram-se possíveis interpretações que permitiram qualificar as funções urbanas e suas implicações nas materializações significativas para a discussão do papel e a atualidade do centro urbano em São Luís.

A terceira parte apresenta a análise dos dados empíricos referentes ao "core" da área central, por atender ao interesse da pesquisa sobre a concentração e centralização das atividades de comércio e serviços[5]. Nessa etapa, foram importantes as reflexões sobre a divisão socioespacial do trabalho e a organização material da cidade.

Na última parte, compartilhamos as considerações finais que não se constituem conclusivas quanto às reflexões aqui desenvolvidas, porém sugerem pensar e encaminhar uma compreensão dialética de São Luís a partir de vários elementos. A análise dos processos espaciais que têm nas formas materiais determinantes da realidade objetiva e que são incorporadas ao cotidiano da cidade, notadamente naquelas que constituem os maiores aglomerados urbanos, indicam pesquisas futuras que ampliarão a base da compreensão até aqui constituída.

[5] No município de São Luís, do total de empregos, o setor público destaca-se como o principal empregador, seguido do setor de comércio e serviços, conforme o Sistema RAIS/CAGED - Ministério do trabalho, 2006.

CAPÍTULO 1- CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

> *São Luís é cidade e é ilha. E como toda ilha, é paraíso imaginado. Mais do que qualquer outra cidade, São Luís revela a cada detalhe, a cada mudança, por mais furtiva, que é o resultado do desejo dos homens.*
>
> José Antonio Viana Lopes

Pretendemos identificar na história da cidade elementos da produção capitalista do centro urbano como expressão territorial, aqui compreendido como o setor mais dinâmico no conjunto da cidade, destacando os processos que caracterizam a centralidade urbana em períodos significativos para nossa análise. Buscamos distinguir, nos processos e formas socioespaciais, determinantes do capital e do Estado. Nesse sentido, relacionam-se os temas: cidade, acumulação, concentração e centralização que são importantes no entendimento da constituição da área central e das novas áreas que expressam centralidades.

A humanidade está concentrada preferencialmente nas cidades.[6] Porém, não em todas e, nas grandes cidades ou metrópoles, dentre outras, tanto as populações quanto as atividades de comércio e serviços não estão distribuídas de modo a assegurar que as relações sociais, que têm sua essência na produção/reprodução social, sejam satisfatoriamente acessíveis a todos. Comumente, essa organização espacial implica em elevação da densidade de ocupação em poucos locais e/ou saturação da infraestrutura instalada. Nessas cidades, a complexidade dos processos espaciais torna relevante a identificação de demandas por bens e serviços, e, uma interpretação socioespacial do cotidiano urbano das localidades centrais[7].

Efetivamente, "a cidade – sobretudo a grande cidade – constitui um meio natural e um meio social adequados a maior socialização das forças produtivas e de consumo" como pontua Santos (1994, p. 120). Entretanto, a ação do mercado e a ação do Estado podem responder pela condição de realização e consequências diversas da produção. Em vista disso, podemos pensar a expansão geográfica da sociedade capitalista vendo que "a cidade é um

[6] Segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas, desde 2008, uma população de 3,3 bilhões de pessoas vivem em áreas urbanas e em 2030 esse número chegará a 5 bilhões, 60% da população mundial.

[7] Expressão vinculada a teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933) para designar a relação entre determinados setores urbanos e o fornecimento de bens e serviços a uma área circundante ou hinterland, com diversidade e densidade diferenciadas, promovendo assim uma classificação entre eles .

grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação" (SANTOS, 1994, p. 118). Duas questões implícitas nesse entendimento, dentre outras, devem ser consideradas: como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, [a cidade e sua área central] é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os agentes de produção se distribuem – como a cidade se configura; e a urbanização – como ela se faz.

> A divisão do trabalho é uma das categorias fundamentais da economia política e é, também, uma das chaves para a explicação da distribuição, sobre a Terra, dos homens e das atividades. A história do mundo e de cada nação é, como já lembramos, a história da sucessão das formas de produção e da distribuição social e territorial das tarefas. As divisões sucessivas do trabalho ensejam uma determinada disposição dos objetos geográficos, dando-lhes, a cada momento, um valor novo. (SANTOS, 1994, p. 118)

A cidade é a concentração de um contingente populacional produtor e produto de condições materiais e imateriais históricas e, portanto, espaço de reprodução do capital. As atividades que nela predominam apresentam uma especialização das tarefas voltadas para trocas, característica importante das cidades, em que inicialmente a partir dos mercados, os excedentes da produção do campo impulsionaram uma organização socioespacial para atendimento às necessidades por meio dos bens coletivos urbanos. Some-se a isso que o desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional elevou o consumo, como importante movimento da e na cidade, na atualidade. Este contexto impeliu o estudo para uma revisita aos clássicos da Geografia Urbana, pois propomos uma discussão sobre a cidade, tendo como foco a espacialização das atividades de comércio e serviços.

De fato, as cidades se diferenciam significativamente umas das outras. Entretanto, para Beaujeu-Garnier (1975, p. 347), em meio às características particulares das cidades, será possível distinguir um setor de convergência-divergência, um ponto de atração e de articulação de interesses, "o centro das grandes redes de circulação", em toda cidade. A partir do tamanho e da influência da cidade, este setor pode reunir potencialidades ou problemas que não ofuscarão a importância deste centro na leitura que se possa fazer da dinâmica da aglomeração humana. Entretanto, para a autora, nesse setor, além do adensamento populacional que percorre frenética, pontual e cotidianamente essa área da cidade e destina-se predominantemente para atender as atividades do setor terciário, concentram-se também as atividades de controle, decisão e consumo que fazem uso dos prédios públicos, religiosos e culturais, o que amplia a diversidade e a importância dos centros urbanos.

Assim é que Beaujeu-Garnier (1975) relaciona a importância das áreas centrais com os processos estruturadores que deram origem às cidades. As inter-relações que são construídas nos contextos urbanos contribuem, entre outros, para que o centro seja percebido ou confundido com a cidade; no caso das cidades históricas nas quais outras funções tiveram a primazia, eles têm menor dinamicidade; nas cidades modernas, esse centro tende a se desenvolver mais espontaneamente nos bairros de comércio e serviços; podem ser concebidos e/ou previamente estabelecidos em um conjunto administrativo e social, ou ainda como no CBD das cidades estadunidenses, ocupado pelas atividades do comércio varejista, de serviços e indústrias gráficas ou similares. Portanto, a característica fundamental desta área da cidade é a concentração das atividades terciárias e os maiores fluxos urbanos.

Johnson (1974, p. 153), enfatiza a estruturação urbana em torno dessas áreas de concentração na cidade moderna ao destacar suas designações e caracterizações. A importância desta área mais conhecida e mais atrativa em seu espaço intraurbano é tratada pelo autor pela designação de centro e pode receber várias denominações, a partir dos estudos clássicos na literatura geográfica dos Estados Unidos e de textos urbanísticos da Inglaterra.

Segundo o autor, alguns estudos priorizaram a estrutura interna da cidade norte-americana[8], "essa estrutura interna do núcleo central pode ser identificada por intermédio dos seguintes aspectos, o valor da terra, a intensidade comercial, a verticalização e o fluxo de pedestres e veículos," segundo indica Ribeiro Filho (2004, p. 154). São desses estudos que provém a identificação do coração da cidade, conhecido como Central Bussiness Distric – CBD, melhor traduzido como distrito central de negócios, onde predominam absolutamente a maior oferta de bens, serviços e as atividades burocráticas do setor privado. Portanto, devido à especialização, o CBD é um fenômeno do século XX.

Já nos textos urbanísticos da Inglaterra, ainda conforme o autor, a expressão utilizada é Área Central e serve para designar áreas específicas com fins urbanísticos ou estatísticos, que incluem o CBD e podem agregar ou não as áreas industriais, as áreas residenciais, o centro histórico - local de origem da cidade, entre outros. Se aplicarmos essa designação em nossa cidade na atualidade, nós podemos identificar uma Área Central em São Luís, segmentada em dois setores distintos funcionalmente, um reunindo atividades de gestão, controle, educação e cultura no bairro do Desterro, que inclui a Praia Grande e entorno e, outro setor com predomínio de atividades comerciais e de serviços na Rua Grande e entorno.

[8] Cf. Murphy e Vance, 1954; Murphy, Vance e Epstein, 1955; Horwood e Boyce, 1959; Vance, 1970.

Para George (1983), as cidades tendem a não apresentar grandes diferenciações por seguirem orientações gerais ou até normas internacionais, principalmente no caso das cidades europeias e, nós acrescentamos, nas brasileiras por extensão, no desenvolvimento da política mercantil, a exemplo de Salvador, São Luís e outras cidades nela incluídas. Entretanto, os centros dessas cidades apresentam diferenças, "sobretudo por seu núcleo histórico, expressão contínua de formas particulares da vida urbana do passado, que cada uma delas se liga a uma família histórica regional"(GEORGE, 1983, p. 69). Podemos transferir essas caracterizações para São Luís, pois a concentração espacial e a centralização do capital estão visivelmente materializadas e reconhecidas mundialmente como cidade patrimônio mundial, "exemplo importante de assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época"[9].

Essa compreensão do centro a partir das externalidades que integram a paisagem urbana da cidade, a nosso ver, remete a um conteúdo histórico de um processo evolutivo das cidades, cujo nível de complexidade expõe fragmentações muito instigantes. Tal contribuição permite identificar para além das atividades econômicas, que muito fortemente se impõem nas organizações espaciais, elos importantes da urbanização empreendida em cada lugar. Portanto, ao apontar sucintamente algumas cidades e suas formas espaciais mais significativas o autor reforça que "o centro permanece como uma herança e um símbolo de uma história muito particular" (GEORGE, 1983, p. 70), no caso de São Luís, distintamente concentrado em seu núcleo original.

A diferenciação dessa área, no conjunto da cidade, ocorre pelo uso do solo com um alto nível de especialização, bem como pelo desenvolvimento das funções comerciais, de gestão e as demais que lhe são peculiares. São Luís configurou historicamente esse setor bem diferenciado, com essas caracterizações, nos locais onde estavam agrupadas as atividades terciárias públicas ou privadas, parte das indústrias e os principais sistemas de transportes e comunicação. Assim como nas demais aglomerações urbanas, a cidade de São Luís tem um centro, uma mostra concentrada e significativa dos movimentos quantitativos e qualitativos da sociedade capitalista, em diferentes escalas.

[9] São Luís é o único conjunto urbano brasileiro reconhecido pela UNESCO por apresentar três critérios diferentes da Convenção do Patrimônio Mundial, a saber: "III – Testemunho excepcional de tradição cultural"; IV – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade e o "V- "exemplo importante de assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época".

O centro materializou as formas e os processos necessários para sua expansão ou permanência, devido aos movimentos do capital produtivo mercantil, da indústria, da agroindústria, dentre outros. Decerto, que o dinamismo desse setor urbano era sustentado pela forte presença da área residencial das classes mais abastadas, pois elas atraiam os equipamentos urbanos públicos culturais e religiosos, tais como: escolas, conventos, igrejas, teatros, praças etc., enquanto a camada mais popular ocupava as áreas periféricas ao centro. A partir de 1930, em São Luís também foi iniciado um processo de maior especialização do centro urbano com a dissociação das atividades de comércio e serviços do centro histórico ou sítio original para as Ruas Grande, Rua da Paz e Rua do Sol e Rua de Santana. Na síntese de Sposito (1996, p. 116) "o centro da cidade é, por sua vez, o espaço de excelência e expressão dessa concentração, porque se constitui seu ponto de integração geográfica e social". Desse modo o deslocamento deste segmento da Praia Grande ampliou a centralidade urbana no centro urbano.

A formação, consolidação e transformações dessa área central de São Luís são concomitantes com os movimentos qualitativos que marcaram a evolução da cidade e do estado. A função de cidade-capital produziu uma atuação político-administrativa também centralizadora e com forte propensão hegemônica no contexto estadual. Santos (1989) propõe um olhar diferenciado para as áreas centrais de países subdesenvolvidos ou de cidades que tiveram mudanças significativas em seu quadro urbano. Nesses casos, as concentrações espaciais aparecem imbricadas com outros papéis exercidos pela cidade, havendo a possibilidade dele ser individualizado como " o centro [que] é único e monopoliza todas as funções correspondentes: serviços urbanos e serviços à escala da região ou país" esclarece o autor (1989, p. 193). Esta é uma realidade muito próxima do que percebemos em São Luís.

Destacadas da e na área central as atividades de comércio e serviços serviram na pesquisa como bons indicadores dos níveis de produção e reprodução social, pois é no centro urbano, "nesse ponto [setor] que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração" (VILLAÇA, 2001, p. 237-254). No caso de São Luís (Figura I), a constituição e a permanência de uma centralidade que faz do centro urbano um setor tão fortemente individualizado requerem interpretações, quanto mais se dá a expansão do seu tecido urbano nas últimas décadas. Deve-se considerar, também, que até a década de 1950, a Ilha do Maranhão (Mapa 1) era ocupada pelo

município de São Luís e que os demais municípios que hoje a compõem foram constituídos posteriormente, como apontaremos mais adiante no texto.

É nesse sentido que discutiremos a cidade, vista a partir da distribuição das atividades de comércio e serviços. Este recorte analítico permitiu uma compreensibilidade sobre as materializações do seu espaço, de relações cambiantes, em diversos níveis de fluxos e de localizações. A expansão da mancha urbana em São Luís inseriu na configuração espacial os aportes "de diferentes expressões de centralidade" conforme Sposito (1996, p. 120).

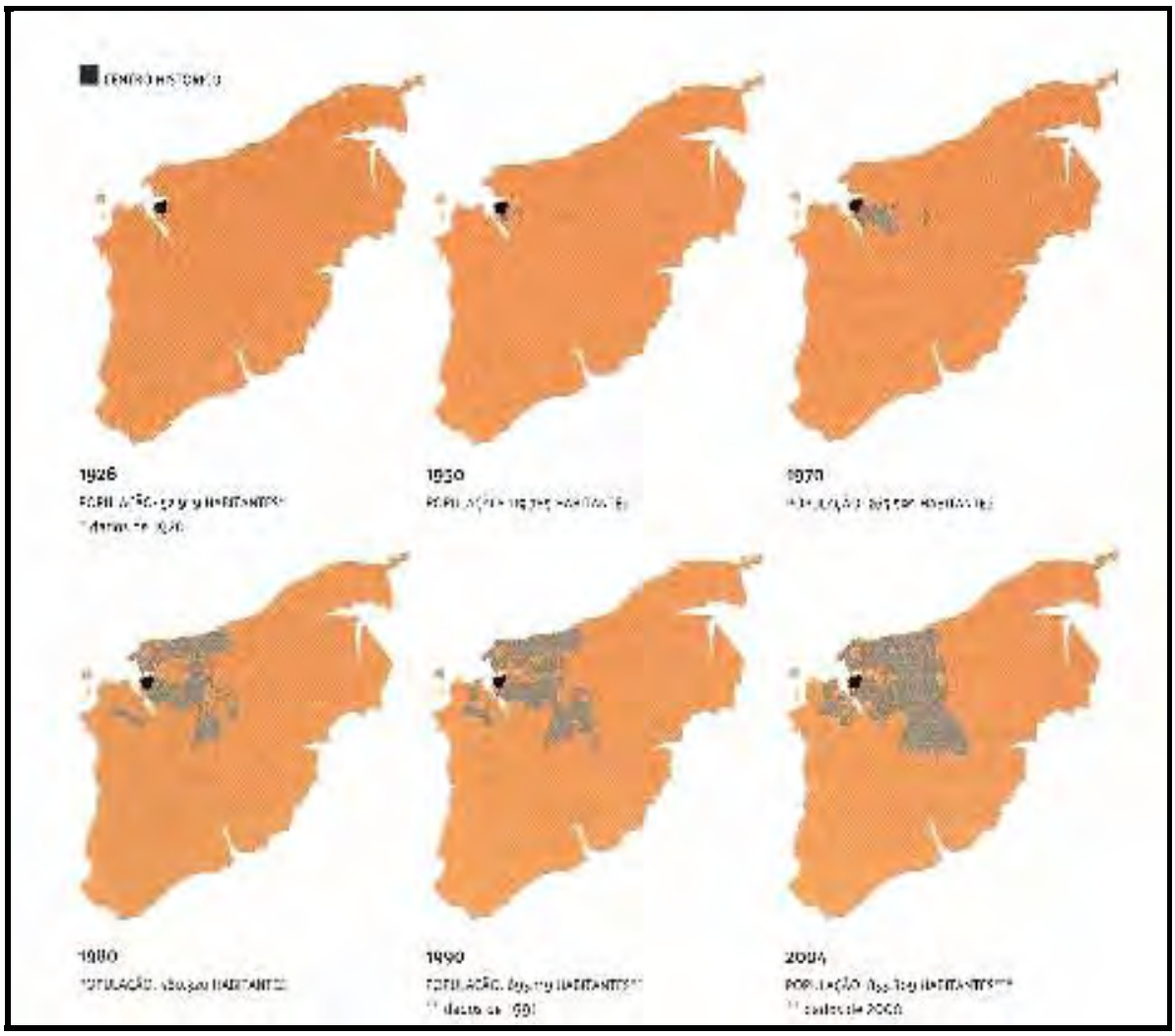
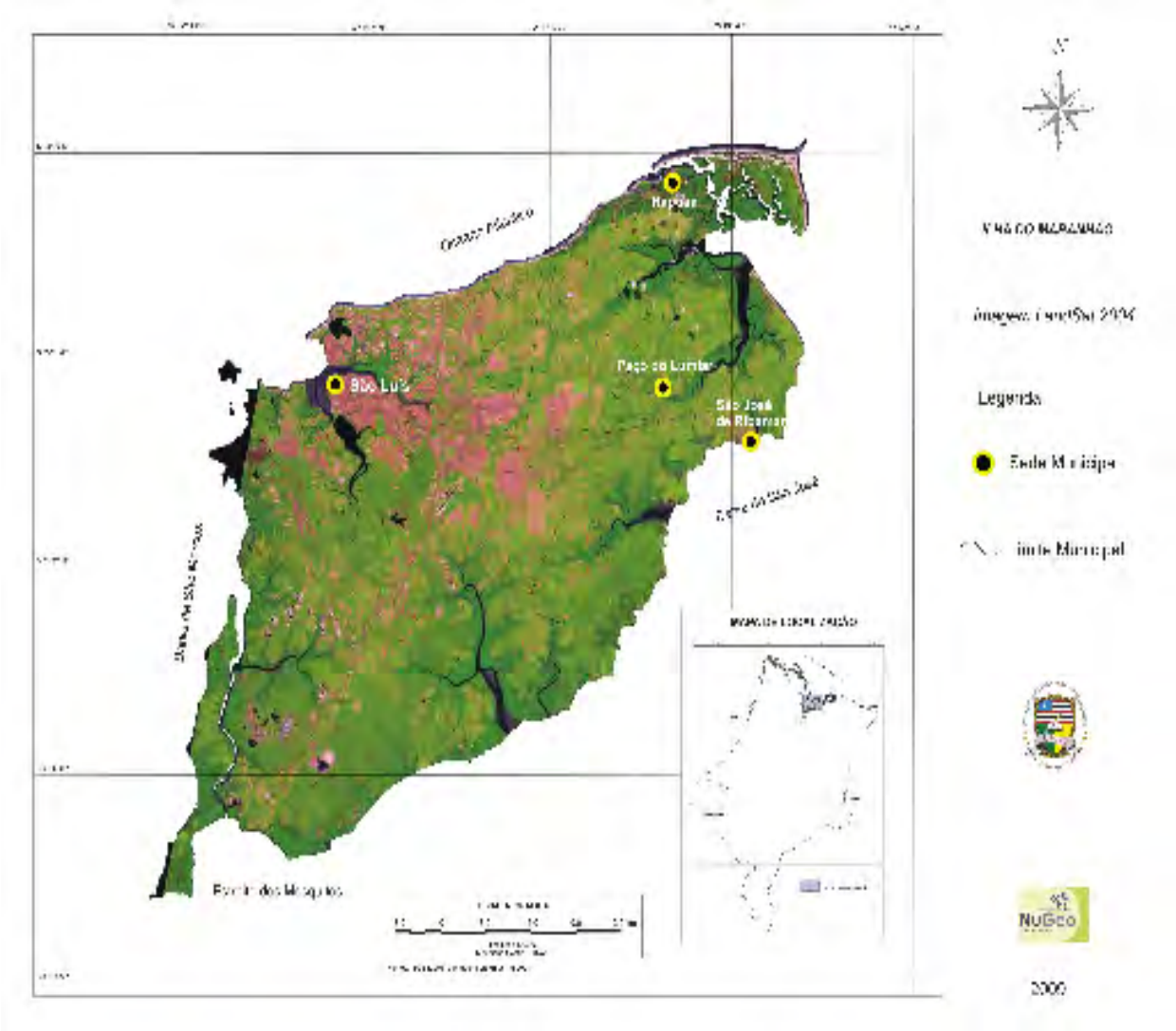


Figura 1 – São Luís. Localização do centro e expansão da mancha urbana. 2008.
Fonte: Fonte: Lopes, 2008.

Esse conteúdo-forma espacial comumente nomeado *centro*, *área central*, *centro da cidade, centro urbano* pode ou não estar no centro geográfico - o ponto mais central de um território; pode ou não estar no centro histórico - ponto onde a cidade iniciou; de fato, ele distingue-se no conjunto da cidade como o setor mais dinâmico. (SPOSITO, 1991, p.6) No caso de São Luís, o seu centro ainda ocupa parte do sítio urbano original. Desse modo, os proces-

sos espaciais que nele e dele emanam, ampliam a ação do capital por meio das economias de aglomeração e da reprodução social que respondem pela produção ou sobrevivência dos que a ele [centro] estão vinculados. Enfim, o centro da cidade é construído material e simbolicamente na cotidianidade, e ao atrair a maior frequencia dos citadinos, indica diferentes expressões de centralidade. (SPOSITO, 1996, p.120)



Mapa 1 – Ilha do Maranhão. Localização dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, no Maranhão. 2009

Fonte**:** UEMA, Núcleo de Georeferenciamento, 2009.

A localização do centro urbano de São Luís, na Ilha do Maranhão (Mapa 1) e, a situação desta no Golfão Maranhense (Figura 2), projetou-lhe inicialmente como portal, tanto para o Oceano Atlântico, como para a parte continental do Estado. Este golfo, que é também foz dos rios das grandes bacias hidrográficas do Maranhão, dispôs do bairro portuário da Praia

Grande, até a década de 1970, como nodal para os transportes marítimos e fluviais, ponto de convergência das principais articulações externas e internas. A partir de 1921, a centralidade desse setor ganhou o reforço da localização de uma estação ferroviária, próximo da Praia Grande, na Avenida Beira-Mar, anteriormente conhecida como Avenida 5 de julho. A Estrada de Ferro São Luís – Teresina, um ponto final da linha férrea entre os estados do Maranhão e Piauí trouxe maior integração regional a cidade, ampliando a atividade portuária, elemento importante na centralidade urbana do setor. As transformações, também, repercutiram no tecido urbano devido aos intensos processos migratórios facilitados pelo transporte de passageiros e cargas o que deflagrou dinâmicas populacionais ainda mais intensas nesse centro urbano.

Em vista disso, consideramos que o centro pode sintetizar dinâmicas importantes nas cidades, por ser articulador de diversos elementos da estrutura urbana. Os níveis e dimensões que podem ser apreendidas do Centro Urbano de São Luís evidenciam movimentos com diferenciações no volume de capital e nos fluxos de pessoas e mercadorias. Importante na evolução urbana da cidade, desde os primeiros fixos e fluxos estruturadores, ele é parte integrante e, em alguns períodos, determinante do espaço geográfico da cidade. Castells (1983, p.310-324) ao discutir o papel simbólico, integrador e funcional do centro destaca as articulações que envolvem a troca, a distribuição, a gestão, as apropriações impulsionadas pelos sistemas de transportes e informação, entre outros.

Esse centro urbano, a semelhança dos demais, parece estar em crise. A partir da década de 1930, a cidade foi nitidamente impactada pela desestruturação de importantes processos econômicos e o centro urbano teve enfraquecida a centralidade das atividades portuárias e comerciais, com o deslocamento das dinâmicas provenientes dos transportes hidroviários e ferroviários convergentes para o Bairro da Praia Grande. As mudanças na circulação dos transportes rodoviários urbanos deslocaram o ponto nodal da Praia Grande para a Praça Deodoro, da parte baixa da cidade para a parte alta. Entretanto, a área central ainda continuou a concentrar o maior volume de serviços, postos de trabalho e o fornecimento de bens, pois a força da centralidade urbana desse centro tem resistido as transformações da cidade.

Ontem e hoje, o centro urbano concentra e dispersa movimentos importantes na cidade, isso se deve a "sua capacidade de aglomerar, logo, de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social" (LOJKINE, 1997, p. 186). As contradições surgem na cristalização de formas e no grau de concentração das atividades, pois esses processos espaciais comprometem o consumo da e na cidade, envolvem as questões

cotidianas da sobrevivência, as ofertas de bens e serviços inacessíveis para os que não podem pagar o seu deslocamento, as grandes distâncias entre as áreas de moradias e as áreas de maior movimento do capital e reprodução social materializados no tecido urbano.

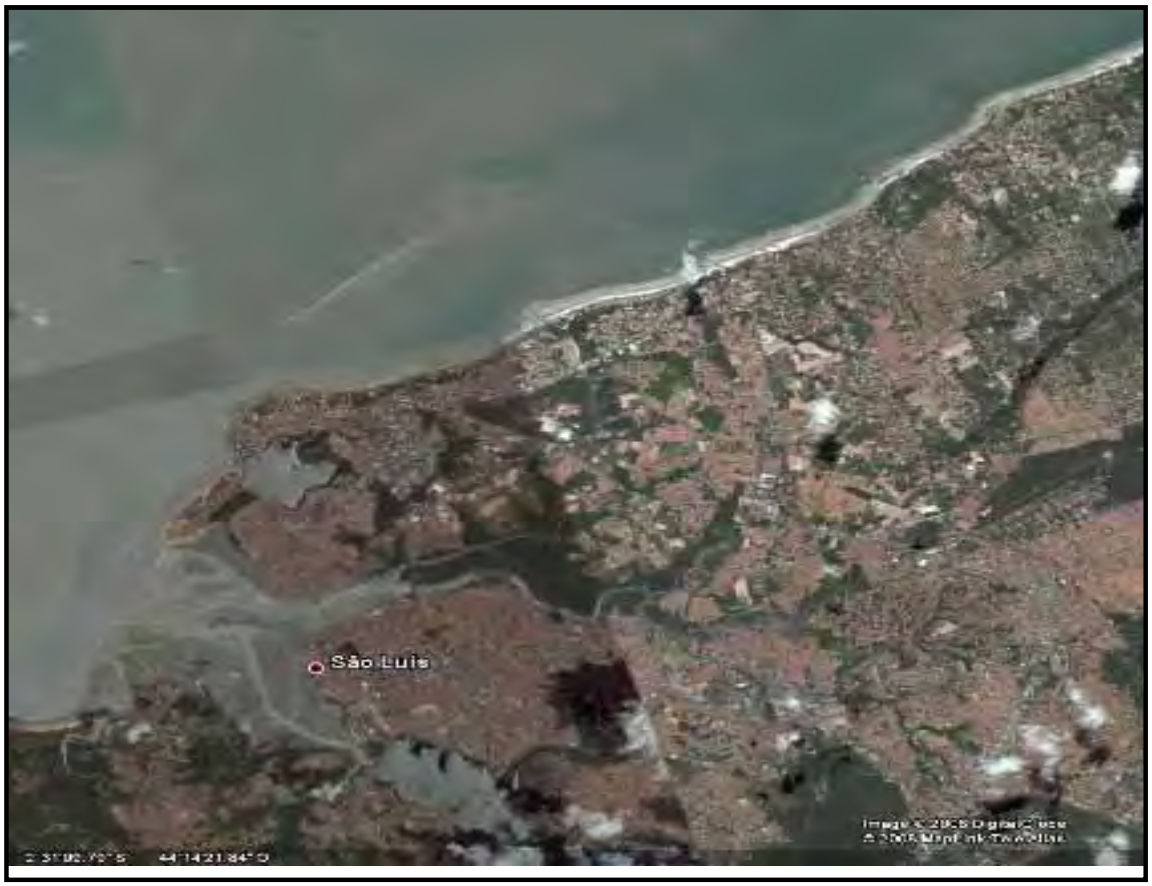


Figura 2 – São Luís. Localização geográfica da cidade, 2008.
Fonte: Google Earth, 2008.

Buscamos nos aproximar desse objeto possível, tentando "mostrar o nascimento e o desenvolvimento [de um setor da cidade] relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática)" conforme Lefebvre (1999, p.16). É possível identificar na cidade as formas dominantes que resultam da produção capitalista do espaço, em suas dinâmicas ou inércias e, que comunicam movimentos e materializações para atender " as tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e dispersão, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo" como explicita Harvey (2005, p.87).

A produção do espaço urbano em diversas escalas, para todos os agentes sociais que habitam nas cidades, em seus respectivos interesses, manifesta também que "as ações

não se localizam de forma cega. Os homens também não", afirma Santos (2008, p. 125). Portanto, buscamos entender o jogo complexo, espontâneo ou não, em que a produção espacial é catalisadora, considerando o espaço geográfico da cidade, tendo em vista que:

> O espaço pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infraestruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico (SANTOS, 1994, p. 115).

Assim, na configuração espacial da cidade, existe uma localização privilegiada de equipamentos urbanos de comércio e serviços que se diferencia das demais áreas, por ser caracterizada como "um nódulo principal na rede das vias urbanas (quanto a este ponto, pode haver vários centros dentro de uma cidade) e de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comerciais" pontua Santos (1989, p. 193). É fato que essa centralidade urbana que tem sido largamente discutida nas últimas cinco décadas, devido às novas centralidades que se expressam na atualidade, põe em destaque a permanência da área central de São Luís em todos esses séculos e dá visibilidade a importância das questões econômicas nesses contextos, ainda que não sejam as únicas estruturadoras das áreas centrais.

Dentre os autores que discutem a produção capitalista do Espaço, entre eles: Lojkine (1997); Soja (1993); Harvey (1992; 2005) e Gottdiener (1997), buscamos a compreensão de que os movimentos do capital na cidade trouxeram caracterizações para setores no conjunto urbano que, no caso da Área Central, amplia a possibilidade de discuti-la. A espacialização das atividades de comércio e serviços requer um aprofundamento dos processos espaciais da cidade que produzem diferenciação no espaço urbano por meio da divisão social do trabalho, daí nossa opção de buscar esse entendimento a partir das contribuições de Smith (1988).

Em revisita aos teóricos, Smith (1988, p.152) destaca que até 1960, na Geografia Tradicional, principalmente no âmbito da Geografia Comercial ou Geografia Regional, era fortemente aceito relacionar condições satisfatórias econômicas, políticas com a "localização geográfica das atividades sociais de acordo com as diferenciações na natureza". Smith historiza "como as vantagens naturais ditavam a divisão territorial do trabalho" e que "a concentração espacial da riqueza era vista primeiramente como resultado da diferenciação natural na fisiografia, nos recursos, no clima etc.". Sendo fato, também, que essa naturalização esteve relacionada com a origem e/ou os melhores desempenhos de cidades ou países.

Decerto, é possível relacionar a espacialização das atividades terciárias em São Luís à produção capitalista do espaço, conquanto as condições naturais se constituam determinantes em alguns setores da cidade. Efetivamente, em importantes movimentos na história urbana de São Luís as condições naturais podem ser explicativas para o desenvolvimento inicial de alguns locais, porém "com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais" ratificando Smith (1988, p. 157).

É importante, também, considerar espacialmente a globalização como um processo histórico de dimensões socioeconômica, cultural e política, que se materializa no espaço geográfico. As articulações que se tornaram mais complexas a partir das revoluções científicas, tecnológicas, organizacionais, impulsionam uma criativa flexibilidade que se apoia "nos processos de trabalho, mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo", independentes das condições naturais ou geográficas, conforme esclarece Harvey (2006, p. 140). Portanto, é possível prosseguir com Smith (1988, p.159) quando ele afirma que "a diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral" e a cidade assume na atualidade os impactos de todas as mudanças e transformações empreendidas nesse processo.

Sem dúvida, essa divisão social do trabalho torna-se profundamente expressiva em locais marcados pelas urbanizações dependentes, conforme Milton Santos (1981). E essa é a realidade de São Luís, a nosso ver, pois os centros e as centralidades, isto é, as formas e os fluxos expressam movimentos socioeconômicos importantes. Eles contribuem para tornar explícitos arranjos espaciais, voltados para atender as funções urbanas constituídas desde o domínio colonial ultramarino e trazem para o debate as configurações atuais, nas quais os fluxos e a fluidez inter-relacionam interesses diversificados em escala e volume de capital, dispõem-se seletivamente nas aglomerações e, o centro urbano, ainda se mantém como a mais importante espacialização da centralidade urbana na cidade.

Efetivamente, no centro urbano está a maior densidade de formas espaciais articuladas com a aglomeração humana. E ele não consegue mais atender ao consumo da e na cidade, devido ao crescimento populacional e do consumo. A cidade, que deve ser um direito apropriado cotidianamente por todos os que vivem nesse espaço, tem, na escassez de oportunidades para os excluídos da vida urbana nas cidades, a sua deformidade. Esse é um quadro de São Luís, que juntamente com a carência ou enfraquecimento das dinâmicas rela-

cionadas ao campo, ao setor secundário, que nos parece restrito, obsoleto e/ou voltado para as demandas externas, ampliam a complexidade do processo de urbanização. Portanto, a organização da cidade tem características espaciais típicas de "países explorados, dominados e com economia deformada" segundo Charles Bettelheim (1967 apud CASTELLS, 1983, p. 82), subjacentes na divisão social do trabalho.

1.1 SÃO LUÍS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL A PARTIR DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

São Luís é reconhecida por ser a cidade de colonização portuguesa que nasceu francesa[10] no Brasil. Sua origem pode tipificar o imbróglio que as políticas mercantis da época, no geral, promoveram nos territórios descobertos visando à acumulação capitalista. As interfaces dos arranjos espaciais podem ser mais bem elucidadas quando Santos (2003, p. 125) nos permite, em sua análise comparativa, inferir que em nossa cidade os processos espaciais que ocorreram são comuns nos "países subdesenvolvidos [em que] o espaço se caracteriza por ser organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes" e, que "nos países desenvolvidos, as disparidades de renda são menos importantes e têm pouca influência na acessibilidade de um grande número de bens e serviços". É possível, por essa lógica, apreender como as desigualdades socioespacias foram sendo implantadas e longamente mantidas na cidade.

A lógica do território, "fixada ao espaço" e a lógica do capital, "dinâmica espacial aberta da acumulação interminável" exposta por Harvey (2005, p.36) permitiu um entendimento sobre as bases da formação e permanência de uma configuração espacial tão concentrada em São Luís. Ao nascer sob estigma de cidade colonial, ela conservou características marcantes, nas quais "as condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização". Desde o primeiro sistema urbanístico, concretizado pelos franceses, a ser discutido logo a seguir, é possível observar que foram priorizados setores de trocas e/ou comércio, locais de armazenamento dos produtos

[10] Santana (2003, p.55) reúne três posicionamentos de historiadores maranhenses sobre a fundação da cidade de São Luís. Para Maria de Lourdes Launde Lacroix, o período de 1612 a 1615 seria um tempo muito curto para que os franceses pudessem estabelecer uma verdadeira colônia, dotar o burgo de instituições civis permanentes e os franceses nada disso fizeram. Ananias Martins justifica que os franceses devem ser considerados os primeiros colonizadores do território, tendo em vista os 20 anos de contatos exploratórios nos quais houve a realização de escambos com os índios e a cerimônia de posse com ritos, estatutos e organização do primeiro sistema urbanístico. Mário Meireles propõe o caráter oficial da expedição de Daniel de la Touche, na qual a rainha regente Maria de Médicis havia lhe dado concessão para colonização de terras ao sul da linha do Equador. Portanto, segundo este historiador "São Luís é uma cidade portuguesa que nasceu francesa".

nativos e de segurança, dando visibilidade para os agentes sociais e ações "desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência das relações assimétricas de trocas", como afirma Harvey (2005, p.35).

Ante o exposto, encontramos em alguns componentes histórico-geográficos da origem e produção do espaço da cidade, base para tentar entender a formação territorial da área central de São Luís e das dinâmicas que expressam as centralidades. Para Viveiros (1954), a exploração comercial foi iniciada pelos franceses por meio de um bem-sucedido escambo franco-indígena. As articulações habilidosas por eles estabelecidas com os indígenas trouxeram mudanças significativas na produção e apropriação do espaço. Os instrumentos incorporados no cotidiano das aldeias, resultante das permutas com os franceses, promoveram a adoção de novas técnicas. Os processos sociais decorrentes trouxeram mudanças na divisão do trabalho, na produção e, consequentemente, estimulou a necessidade de uma quantidade maior de produtos externos, Viveiros (1954, p. 3) nos relata que:

> O negócio é rendoso, de um lado, a ingenuidade do índio; do outro, a sagacidade do europeu. Para o comércio, este traz fazendas, machados, foices, pás, pentes, espelhos, facas, navalhas, miçangas, alfinetes, agulhas, anzóis, etc; aquele espera-o com pau-brasil, peles, aves e animais, artefatos da sua indústria, plantas e frutas, caças e peixes. Não há preço estabelecido. Trocam. Por uma foice, dizem os viajantes do tempo, o selvagem dava tudo o que possuía; com algumas peças de pano ordinário faziam-se carregamentos que na Europa representavam uma fortuna.

Ainda segundo Viveiros (1954, p. 2), "não era mais o comércio que os franceses disputavam, era também o território da colônia portuguesa" no Maranhão. O conhecimento acumulado pelos franceses[11] das riquezas, da sociedade e dos componentes do espaço maranhense, por mais de um século, colocava-os em vantagem sobre os "donos" desse território. A concepção de uma França Equinocial, no Maranhão, sob autorização da rainha regente Maria de Médicis, é concretizada conforme o relato de Lopes (2008, p.12), a partir de uma expedição "sob o comando dos tenentes-generais Daniel de la Touche, Sieur de La Ravardière; François de Rasily, Sieur de La Rasily e Auneles, e Nicolau de Harlay, Sieur de Sancy", for-

[11] Viveiros (1954) afirma que, no rastro dos portugueses, os franceses, desde 1504, fizeram incursões no litoral maranhense. Esses movimentos tornam compreensível a adesão que eles receberam da população nativa, tanto em sua acolhida, quanto em sua expulsão na batalha de Guaxenduba, na qual os indígenas lutaram com os franceses contra Portugal. Por outro lado, a fundação da cidade foi feita com o aval da Coroa da França e essas articulações revelam que os interesses pelo território ocorriam em escala mundial, mesmo para a época.

mada por três navios e quinhentos homens que asseguraram a ocupação de São Luís em 26 de julho de 1612, quando os navios ancoraram na Ilha do Maranhão[12].

> Com a implantação de uma gradativa política de aproximação dos nativos, utilizaram-se da sua mão-de-obra para levantar uma longa paliçada, havendo no interior da referida praça-forte várias construções alinhadas em torno de um grande espaço vazio, com edificações térreas e de dois pavimentos, além de um grande armazém para a guarda de troncos de madeiras e produtos regionais e da existência de uma ponte elevadiça que garantia o acesso à área externa da muralha, fosso e vinte grandes canhões que os índios haviam ajudado a transportar e montar para a defesa (LEITE FILHO, 2001, p. 622).

Ao fundar o Forte de Saint Louis e a Vila de São Luís, uma homenagem ao Rei Luís XIII da Coroa da França, estabeleceram o marco mais antigo e permanente do processo de urbanização da cidade, modelagem preliminar do atual centro urbano (Figura 3).



Figura 3 – São Luís. Sítio urbano inicial, com o Forte de São Luís, Praça Pedro II e a Avenida Beira Mar. 2008.
Fonte: Lopes, 2008.

Para Lopes (2008, p.12) a posse da terra foi efetivada também a partir dos "rituais políticos e religiosos de fundação da colônia que ocorreram em 08 de setembro 1612. A primeira missa foi realizada em 12 de agosto daquele ano, celebrada por padres capuchinhos que

[12] A Ilha do Maranhão tem como nome oficial Upaon-Açu, instituído por Decreto Municipal. Nela atualmente estão quatro municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís. São eles: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

integravam a expedição". As interações socioespaciais, então construídas, permanecem demarcadas, pois atualmente sua localização corresponde a Praça Pedro II, onde está localizada a sede do governo estadual, do governo municipal, do palácio da justiça, de instituições financeiras e prédios tombados pelo patrimônio cultural (Figura 3). Conforme o relato de um dos padres capuchinhos integrantes da expedição:

> Desejando construir um forte, tanto para a segurança dos franceses como para a segurança do país, escolheram uma bela praça muito indicada para esse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado do que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista; assim entrincheirado, formando um baluarte do lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quando cercado por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar, ao pé do dito rochedo onde se acha o único porto da ilha do Maranhão capaz de abrigar navios de mil a mil e duzentas toneladas, os quais nele podem fundear com segurança (ABEVILLE, 1985, p. 57-58).

A configuração espacial foi disposta "a cerca de mil e duzentos passos do forte, franceses e indígenas levantaram a igreja e o Seminário dos Moços Franceses e Índios", visando assegurar uma territorialidade pela religião e integração ao trabalho no molde ocidental. "Algumas aldeias Tupinambás, como a Pedra Verde, Juniparã, Timbó, Janovarem e Igapó, localizavam-se próximas ao forte erguido pelos franceses" conforme Lopes (2008, p.12). Desse modo, o centro de São Luís começa a ser materializado nos objetos e arranjos espaciais necessários e/ou contingentes.

Para Lopes (2008, p.13), "em 1615, se deu a reconquista do Maranhão pelos portugueses. Na batalha de Guaxenduba, as Coroas Ibéricas lutaram contra os franceses e seus aliados indígenas pela restauração do domínio português". A reação de Portugal impôs a rendição dos franceses e a batalha de Guaxenduba que produziu marco territorial e conteúdo simbólico importantes na memória coletiva da cidade.

Sem julgar o mérito da desterritorialização francesa ou portuguesa[13] em terras maranhenses, prevaleceu o domínio português. Os portugueses assumiram uma organização espacial da cidade pretendendo reproduzir em São Luís elementos da capital portuguesa, exemplificado nas instruções para a criação da Praça do Comércio na Praia Grande, construída posteriormente, que seria no estilo da famosa Praça do Comércio pombalina de Lisboa, de 1756. Assim, o território que corresponde a São Luís de hoje e que era integrante na partilha

[13] Fazemos uma referência à desterritorialização, conforme Santos "no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu espaço, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de agentes externos" (2005, p. 170).

do Novo Mundo[14] ao domínio de Portugal, é reintegrado e a cidade recebeu uma organização espacial instituída nos moldes das cidades de colonização portuguesa. As bases da área central da cidade tanto física como simbolicamente foram funcionalmente estabelecidas, devido às demandas comerciais e de manutenção do domínio português na região.

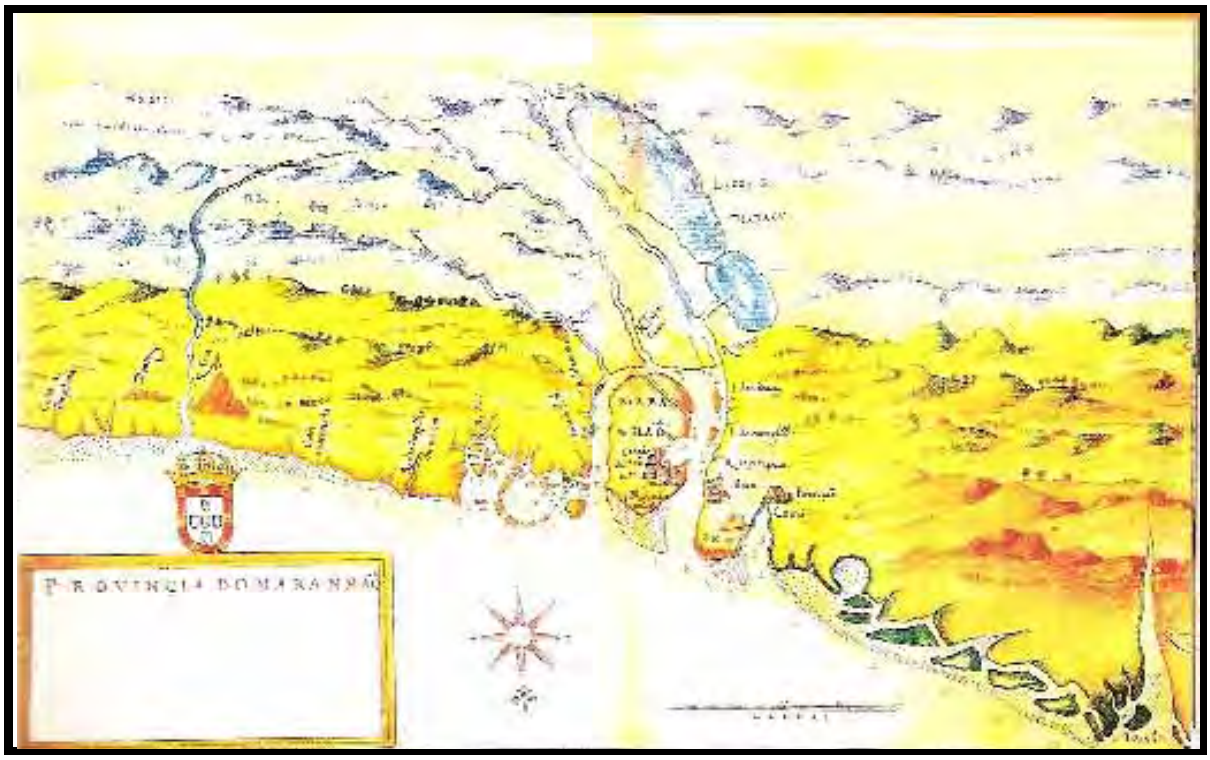


Figura 4 – São Luís. Província do Maranhão, 1631.
Fonte: João Teixeira Albernas. Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Efetivamente, desde a sua origem e formação, a cidade integrou-se aos interesses externos. A singularidade da história urbana de São Luís expõe que os mecanismos da acumulação já se efetivavam por portugueses, franceses, holandeses, ingleses, entre outros, em nosso território. Smith (1988 p.175-176) nos ajuda a compreender que, a motivação para estabelecer bases territoriais nos espaços apropriados, realça que a "acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isso exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção", o que justificava as formas e processos que eram implantados ou não, pois a "localização desse capital é uma questão complexa". Logo, o movimento do capital é desprovido de

[14] Conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), a exploração das terras do Novo Mundo seriam de Portugal e da Espanha. O Maranhão coube a Portugal e, portanto, desde 1504 as primeiras expedições portuguesas vieram reconhecer a área (VIVEIROS, 1954).

compromissos maiores com a sociedade local, portando sua fixação é seletiva e voltada para o interesse individual ou coletivo de acumulação.

Nesse sentido, é possível associar, que entre outros interesses, em 1621 o Brasil passe a ter duas capitais: a cidade de Salvador, era a Capital do restante do Brasil e, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo São Luís e Belém, como Capital alternadamente e ligada diretamente com Lisboa. Essa função política atraiu uma série de melhorias no sistema urbano, inclusive para a região que se estendia até o Piauí, Ceará e Amazônia. De fato, o Estado quando aliado ao capital expõe como "a função política muitas vezes serviu de ponto de cristalização a outras funções" (SORRE apud Duarte 1967, p. 20).

A função política sempre foi preponderante, pois as diferentes funções urbanas operadas pela cidade direcionaram os diversos padrões locacionais que nela se estabelecem. A urbanização iniciada com a instalação do forte de Saint Louis foi consolidada por medidas administrativas que orientaram o crescimento da cidade, "do qual constava desenho próprio e particular para o desenvolvimento do núcleo urbano, agora sob colonização portuguesa" (Espírito Santo, 2006, p. 62). A organização espacial da cidade nos permite acompanhar movimentos determinantes na constituição da centralidade urbana articulada aos interesses externos.

Para Beaujeu-Garnier (1975, p. 350), "é muito difícil avaliar o papel do centro na vida da cidade". Há conflitos de classes visíveis nos processos de acumulação, tais como: a competição pelo uso do solo urbano mais caro, os processos de acumulação do capital, os mecanismos das economias de aglomeração que agregam maior lucratividade aos empreendimentos e outros. Da mesma forma, são também contraditórios os que se estabelecerem como deseconomias, gerados pelos congestionamentos do trânsito, pelo alto preço dos imóveis, pela falta de estacionamento, pelo deslocamento das populações de maior poder aquisitivo para outras áreas, pela dispersão do comércio para áreas periféricas etc.

A discussão sobre o centro urbano, conforme Beaujeu-Garnier (1975, p. 347-354) permite identificar interfaces de movimentos socioeconômicos importantes. Nesse sentido, buscamos entender os processos que desencadearam a formação e consolidação deste setor na cidade, pois segundo a autora, é possível relacionar a estrutura e as condições de expansão do centro urbano aos papéis que a cidade desempenhou, inclusive desde a sua origem.

A estruturação urbana da cidade em torno de um centro é ainda mais fortalecida, no período de 1641 a 1644, quando São Luís é alvo de outro processo de apropriação do seu

território, dessa feita pelos holandeses. "Após tentativa fracassada na Bahia, realizaram a conquista de Pernambuco, que representava a mais rica colônia açucareira de Portugal e a área de produção mais importante do mundo. Na rota do açúcar, em 1641, os holandeses alcançaram o Maranhão" relata Santana (2003, p.59). Os holandeses deixaram uma nítida marca urbana nas cidades onde se fixaram no Brasil, pois o interesse comercial parecia superar as atividades de cultivo e fabrico do açúcar. A cidade foi dotada de melhorias tais como "a consolidação da malha viária com a cristalização de nítidas referências urbanas, a conclusão da muralha do forte – a verdadeira cidadela, o Largo dos Carmelitas ou Largo do Carmo, no local realizavam-se as transações comerciais e de lá partiam os eixos viários" conforme Leite Filho (2001, p. 625), cristalizando formas importantes no centro urbano da cidade, inclusive na atualidade.

Os holandeses fizeram registros importantes da organização espacial decorrentes dos processos sociais de uso do solo e formação da inicial da urbe, a saber: registros das paisagens e plantas da cidade, entre outros (Figura 5).



Figura 5 – Vista de São Luís em 1641, obra do pintor Franz Post
Fonte: Lopes, 2008.

Conforme nos revelou a historiografia desse período, a recorrente seletividade dos movimentos do capital oriundo da expansão mercantil da França, Holanda e Portugal fixou, em São Luís, uma forte concentração dos processos sociais que culminaram com a centrali-

dade urbana da cidade no contexto do Maranhão. Dessa forma, é possível associar a distribuição dos equipamentos urbanos públicos ou privados de comércio, de comando, de finanças, políticas e religiosas ou culturais aos interesses vigentes em cada movimento determinante em São Luís, para atender ao capital com intermediação do Estado ou não (Figura 6). Um bom exemplo refere-se ao sítio urbano original, que foi configurado por um plano urbanístico efetivado pelo engenheiro Frias de Mesquita, no qual ele adotou, segundo Lopes (2008, p. 14), "na traça de São Luís, as Ordenanzas de Descumbrimiento, Nueva Población y Pacificacion de las Indias, de 1573, incluídas nas Ordenações (ou Instruções) Filipinas...Este traçado já revelando o atual desenho urbano do *centro"*. (grifo nosso).

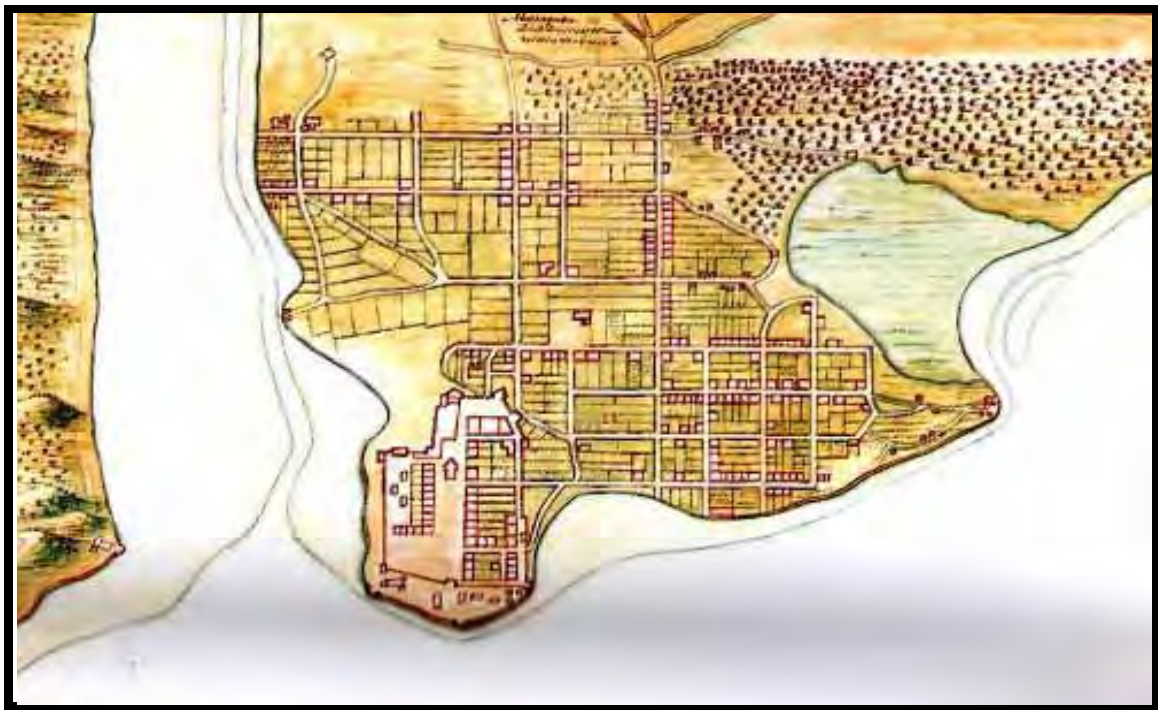


Figura 6 – São Luís. Núcleo fundacional de SãoLuís, detalhe. 1647.
Fonte: Livro de Gaspar Barleus. Estampa 52.Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Ainda dentro do modelo de colonização portuguesa, na maior elevação do território ocupado foram dispostos os equipamentos urbanos administrativos, militares e religiosos e na parte baixa, as atividades comerciais e portuárias, configurando também uma Cidade Alta e uma Cidade Baixa (Figura 7), a semelhança de Salvador, conforme Santos (1958), e outras cidades brasileiras.



Figura 7 – São Luís. Bairro da Praia Grande, na parte baixa, predomínio das atividades comerciais e portuárias e na parte alta, as instituições de poder, alfândega e armazéns. 1908

Fonte: Lopes, 2008.

As dinâmicas urbanas mais intensas estavam no Porto da Praia Grande, ali havia um entreposto da metrópole e as atividades comerciais, que a partir dele aconteciam, atraiam a população, comerciantes e os prestadores de serviços. Em sua formação a cidade tornou-se o espaço desejável para os diversos tipos de atividades. Efetivamente, segundo Corrêa (2000a), esses processos sociais na grande cidade capitalista, notadamente a acumulação do capital e a reprodução social, criam funções e formas espaciais. A distribuição espacial das atividades e suas materializações constituem a "própria organização espacial urbana". Portanto, é possível compreender a cidade pelos processos sociais e formas espaciais "devido à sua utilidade na conexão ação humana-tempo-espaço-mudança".

Para o referido autor, há um elemento mediador entre os processos sociais e as formas espaciais. Os movimentos contínuos e permanentes da sociedade dão origem às formas espaciais, portanto os processos espaciais "são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade". Explicando melhor, o autor afirma que:

> Este elemento viabilizador constitui-se um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e relocalizações das atividades e da população na cidade. São os processos espa-

> ciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista (CORRÊA, 2000, p. 36).

A Praia Grande (Figura 8) expressa até o início do século XX, a forte propensão que determinados setores têm nas cidades de reunir e oferecer bens e/ou serviços específicos, constituindo-se o ponto nodal articulação interna e/ou externa. As localizações a partir dessa centralidade validam o que afirma Castells (1983, p.313) de que as cidades, "são a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica." As relações sociais vinculadas às necessidades da vida humana resultam em divisão social do trabalho e, ainda que sejam contraditórias em si, pelo jogo de interesses que as movimenta, respondem diferencialmente pela configuração espacial da cidade capitalista. Ela foi e é consolidada no desenvolvimento do capitalismo seletivo que produz espaços circunscritos ao atendimento da expansão do capital, podendo atender ou não às necessidades dos seus habitantes.



Figura 8 – São Luís. Praia Grande atual, antiga Rampa Campos Melo, ponto nodal da cidade até 1930.
Fonte: Lopes, 2008

Castells (1983, p.272) discute nas cidades um espaço – o centro, que caracterizado por sua ocupação, pelas atividades de coordenação e identificação simbólica, estabelecida pelas relações sociais e valores culturais advindos da participação espacial nos valores centralizados, é para o citadino o local integrador de usos para todos . Sposito (2005) contribui para

a compreensão desse espaço ao destacar algumas formas que foram apresentadas por Castells (1983), a saber: a existência de grandes unidades de produção e consumo, a ampliação dos assalariados que se diferenciam no interior das categorias sociais e a concentração do poder político, importantes na produção capitalista das cidades. Esta configuração pode ser transferida para São Luís, que de forma muito concentrada no bairro da Praia Grande reunia essas formas para atender as funções políticas, portuárias, comerciais, os fluxos de pessoas e transportes (Figura 9). Segundo, Espírito Santo (2006, p. 62):

> As praças (as *plazas mayores* e *plazas de armas* espanholas), as ruas ortogonais orientadas de acordo com os pontos cardeais e as fachadas dos edifícios (que deveriam ser concebidas com o máximo de regularidade, simetria e belas visuais) marcaram o modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades coloniais[15] e refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos. [...]São Luís apresenta em seu Centro, no sítio original de sua fundação, o modelo da Plaza maior, contendo os principais edifícios administrativos: o Palácio dos Leões, a Arquidiocese e a Catedral da Sé, o Palácio La Ravardiére e já no século XX recebeu o Palácio da Justiça.



Figura 9 – São Luís. Praça Pedro II, modelo de *Plaza maior*, no sítio urbano inicial. 2009

Fonte: Reginaldo Monteiro

[15] Estas normas urbanísticas foram extensivas às cidades brasileiras devido a União Ibérica, no período de 1580 a 1640, quando a Coroa Portuguesa esteve sob o domínio espanhol.

1.2 MARCOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS PARA DISCUSSÃO DO CENTRO E CENTRALIDADES EM SÃO LUÍS

A espacialização das atividades de comércio e serviços perpassa amplos conteúdos urbanos, portanto, faz-se necessário justificar os balizamentos selecionados para essa proposição inicial sobre São Luís e que foram fundamentados em Sposito (1991,1996, 2001), Whitacker (1997, 2006) e Alves (1999, 2001). Consideramos que "a análise do processo de produção e estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro", pois devido às determinantes sociais, econômicas, políticas que estão na gênese e crescimento da cidade, o centro urbano foi e é estruturador de suas importantes dinâmicas. A redefinição da centralidade urbana tem acompanhado as transformações na cidade, e aqui destacamos duas dinâmicas "a expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua" e a implantação de grandes equipamentos comerciais e de serviços concentrados nas áreas onde estão as populações de maior poder aquisitivo. Então, buscamos nas formas e fluxos urbanos associados às atividades de comércio e serviços, em dois grandes recortes históricos, uma aproximação do centro urbano e de expressões de centralidade em São Luís.

Efetivamente, "a cidade, é produto: por conseguinte, ela exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna" afirma Castells (1983, p.313), pois esses processos criam formas e fluxos que se espacializam e redefinem os espaços urbanos. O autor esclarece que "à medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial". (1982, p. 65) No caso de São Luís, é possível identificar em dois grandes recortes espaciotemporais, marcos "histórico-geográficos" (HARVEY, 2005, p.36) da produção espacial da cidade, o primeiro até 1720 e o segundo até 1950. A periodização que propomos pretende organizar algumas dinâmicas urbanas, com atributos capazes de demarcar determinantes culturais, econômicas e políticas nos processos sociais do espaço maranhense, representado por São Luís.

Para o primeiro marco, tomamos emprestada a periodização de Burnett (2008, p.112), na qual ele destaca o lento crescimento urbano que São Luís conhece até meados século XVIII, após cem anos de estruturação do poder lusitano no Maranhão. Este é um dos elementos que teríamos para entender, em parte, a permanência secular do centro urbano. A configuração espacial, até então, empreendida pelos franceses, holandeses e portugueses foi

mantida, a cidade desempenhava as funções ligadas a sua forma original de entreposto comercial. Neste contexto há que se destacar a contribuição socioespacial de religiosos no período de 1615 a 1654, após a expulsão dos franceses. Eles integravam as expedições de conquista e apropriação dos territórios na expansão dos impérios capitalistas, fixavam prédios que se constituíam marcos territoriais por sua carga simbólica – religiosa e/ou cultural, por meio de conventos, igrejas e colégios (Figura 10). A territorialização desses missionários, dispostos estrategicamente pela cidade, exercia uma forte influência nos locais inclusive delimitando as áreas urbanas.

> Estas ordens religiosas ocuparam lugares distintos na cidade. Os jesuítas ficaram próximos ao forte de São Luís. No lado oposto, próximo à praia do Desterro, os mercedários ergueram seu convento. A igreja e o convento carmelita ficaram no centro, no largo do Carmo, onde está a Praça João Lisboa. Os franciscanos fixaram-se à esquerda do Carmo, seguindo o platô, que avança para o interior da Ilha. (LOPES, 2008, p. 16).



Fonte: Prefeitura de São Luís, 2008

Figura 10 – São Luís. Rua da Palma e Igreja do Desterro ao fundo. Largo do Carmo e Praça João Lisboa.

Um segundo marco, na consolidação do centro urbano compreende um extraordinário crescimento econômico e populacional (Quadro 1) de São Luís periodizado de 1750 a 1950, ordenado pelo capital mercantil, financeiro e industrial. As vantagens da função política e administrativa de Capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará alternadamente com Belém dotaram a cidade com condições para a reprodução, a circulação, a distribuição do capital proveniente da comercialização de arroz, algodão e couro. E no período de 1870 a 1960 a cidade viveu o apogeu e declínio do parque industrial com as indústrias têxteis. Essas dinâmi-

cas urbanas de natureza populacional e econômica foram consolidadas no centro urbano da cidade.

O centro de São Luís recebeu mudanças qualitativas e quantitativas. A centralidade desse setor da cidade foi amplamente reforçada com os grandes eventos de estruturação da economia e da cidade. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que foi criada por Portugal para executar a transferência de riquezas regionais, efetivou o consumo desses produtos na Europa pós-revolução industrial. A dinâmica das relações de produção na cidade colocou em evidência conteúdos, movimentos e processos sociais orientados principalmente pelos interesses do capital, que resultaram, conforme Burnett (2008, p.114), na "instalação de grandes companhias exportadoras e importadoras, comandadas por ingleses e franceses que vão iniciar a fase de crescimento urbano da cidade e seu relacionamento cosmopolita com a Europa".

Quadro 1 – Crescimento demográfico de São Luís

Tempo histórico	População
Fins do século XVII	801 hab.
Fins do século XVIII	13.145 hab.
1820	20.000 hab.
1835	25.000 hab.
1868	30.000 hab.
1872	31.000 hab.
1890	26.315 hab.
1900	29.475 hab.
1920	52.929 hab.
1940	85.583 hab.
1950	119.785 hab.

Fontes: SERFAUH, 1970/Séries Censitárias, IBGE

A cidade concentrou no espaço e no tempo os elementos da produção por meio de empresas, de mercados, de informações e de decisões. Nessa etapa, observa-se a articulação dos trabalhos vivo e morto[16], a divisão social do trabalho que separa as condições de realiza-

[16] Santos (1994, p. 115) esclarece que "A economia política não pode prescindir do dado espacial. O espaço pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico".

ção entre as classes e a dissociação dos agentes de produção, conforme Lefebvre (1999, p.143) "o dinheiro da mercadoria; o produtor (trabalhador) dos meios de produção, decomposição da troca em atos separados: a produção e a venda". Os conjuntos arquitetônicos que hoje integram o acervo tombado como patrimônio cultural, a exemplo da Rua Portugal (Figura 11), na Praia Grande, exemplificam esses movimentos conforme o relato de Espírito Santo (2006, p.162):

> Para garantir o fornecimento de matéria prima para a iniciante indústria manufatureira da metrópole, Pombal criou uma série de companhias de comércio em diferentes regiões de suas colônias – em particular, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que, em 1755, introduziu, no Maranhão, o cultivo do algodão em larga escala, fazendo uso da mão-de-obra negra.[...] Também são desse período os primeiros lotes de azulejaria portuguesa empregados nos novos edifícios, construídos a partir do desenvolvimento econômico, por comerciantes portugueses ligados às atividades da Companhia Geral de Comércio.



Figura 11 – São Luís. Rua Portugal. Área de Tombamento federal-UNESCO
Fonte: Lopes, 2008

Outro evento significativo neste marco histórico-geográfico foi a abertura dos portos do Brasil, em 1808, às nações amigas. Essa abertura portuária expôs o papel do Estado em fixar regulações importantes, pois o fim do monopólio portuário com Portugal, entre outras, deflagrou um dinamismo na economia com repercussões socioeconômicas muito importantes para a cidade, materializadas em sua área central. Essa estruturação econômica culminou com dinâmicas urbanas, nas quais "as atividades agrárias desenvolvidas no Maranhão e as

atividades portuário-mercantis efetivadas na Praia Grande (Figura 12) integravam a cidade a um arquipélago de praças de comércio mediterrâneos e mundiais," segundo Santana (2003, p. 70).



Figura 12 – São Luís. Praia Grande atual, no Centro Histórico. 2009
Fonte: Espírito Santo (2006)

A partir do século XIX, conforme Lopes (2008, p.20), mudanças no cenário internacional promoveram uma crise na agroindústia local, concomitante com a reinserção da produção norte-americana, o que gerou uma insustentável concorrência para o algodão maranhense. A atividade comercial passou a ser estimulada pelos institutos de créditos, como "o Banco Comercial do Maranhão (1847), o Banco Comercial (1869) e o Banco Hipotecário" e, outras instituições financeiras que foram implantadas na Rua do Giz (Figura 13), no centro. Esta rua ficou conhecida como a rua dos bancos e, a partir de 1930 ela foi completamente requalificada com o uso de moradias multifamiliares, como discutiremos a seguir. Assunção (2000, p. 35) nos diz que:

> Em 1812 já operavam mais de 12 estabelecimentos comerciais ingleses em São Luís (Viveiros, 1954, I: 122). A maioria se estabelecia com créditos do mercado de capitais londrino. Em pouco tempo, lograram dominar o de importação e exportação. Em 1812, 56% das exportações maranhenses já iam diretamente para a Inglaterra e 45% das importações provinham deste país. Em números absolutos, o valor das importações inglesas não chegou, no período 1812 – 1821, a alcançar o das exportações maranhenses (Schneider, 1975). O Maranhão constituía assim uma província atípica no Império brasileiro, e mesmo na América latina: aqui os negociantes ingleses compravam mais do que vendiam.



Figura 13 – São Luís. Rua do Giz, no sítio urbano original
Fonte: Lopes, 2008

Tal observação vem destacar a participação do capital financeiro dos ingleses na produção do espaço maranhense. Eles efetivaram intensos processos sociais capitalistas, cujas ações estavam relacionadas aos setores agrário, industrial e financeiro, cujas ações ficaram cristalizadas no centro de São Luís. Este segmento influenciou, também, a expansão do tecido urbano com a construção de casarões ao longo do principal eixo viário da cidade, o Caminho Grande. Iniciou-se, desse modo na cidade a formação de bairros residenciais em áreas periféricas ao centro, para onde se deslocaram as famílias de maior poder aquisitivo, este processo contribuiu para o posterior esvaziamento da função residencial da área central.

É fato que a materialização dessas atividades comerciais e serviços estavam concentrados na Praia Grande, local onde estavam espacializadas as principais atividades econômicas, representativas da pujança do capital na época. Observa-se nesse processo o agrupamento de empresas dependentes, a distinção entre o trabalho produtivo (de coisas e mercadorias) e o trabalho improdutivo, mas socialmente necessário (o do sábio, do professor, do médico etc.). Sem dúvida, a "cidade e a aglomeração urbana concentram serviços" afirma Lefebvre (1999, p.149-150). Esses serviços são definidos como expressão que designa valor de uso; fornecer um "serviço" enquanto atividade ou um serviço pode ser comprado a título de "serviço". Todo serviço que é capaz de produzir "conhecimento, obras, alegria, prazer, e não somente coisas, objetos, bens materiais trocáveis" explicita Lefebvre (1999, p.151).

Conforme Lopes (2008, p.21) :

> "em 1854, foi criada a Companhia Confiança Maranhense com a finalidade de construir um edifício com várias lojas comerciais para serem alugadas, no lugar chamado antes ocupado pela Casa das Tulhas, que era um aglomerado de barracas que não apresentavam na época condições de salubridade. É em torno deste empreendimento que por volta de 1861 a Praia Grande passa a ser uma área de comerciantes abastados. Multiplicavam-se as atividades comerciais: armazéns, lojas de fazendas, tipografias, quitandas, barracas, boticas, lojas de ferragens, livros, botequins, bilhares, açougues, restaurantes, padarias, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ourives, relojoeiros, marceneiros, funileiros, armeiros, caldeiros, charuteiros e picheleiros. Entre 1850 e 1880, instalaram-se as lojas de moda, farmácias, agências de leilões, fábricas de chocolate, de licores, de fogos e foguetes.

O poder público teve papel preponderante na valorização dos espaços urbanos na área, tais como: a dotação de uma melhor infraestrutura portuária, inclusive para armazenamento e comercialização, ampliação das funções política, portuária e comercial no espaço, locação e melhorias do aparelhamento urbano, pavimentação de ruas, regulamentações, como o Código de Posturas Municipais de 1838 que definia modalidades de usos do espaço citadino, entre outros. "Na área da Praia Grande, a intensificação das atividades portuárias favorecia a concentração comercial, expandida através de aterros e novas construções, com destaque para o Porto, as grandes casas comerciais – lojas de venda a varejo ou outros ramos comerciais" conforme relato de Santana (2003, p. 81).



Figura 14 – São Luís. Centro urbano, no sítio original de formação da cidade. 2009.
Fonte: Lopes, 2008

Esses processos espaciais de São Luís, bem como de outras cidades, podem ser ponderados conforme Smith (1988, p. 178/182), em que "se a acumulação de capital leva diretamente à concentração de capital em unidades existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo mais poderoso – à centralização do capital." A formação de setores extremamente dinâmicos no espaço urbano da cidade manifesta que "a centralização espacial do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado". Desse modo, "juntamente com os objetivos e instrumentos de trabalho o processo de acumulação acarreta uma centralização espacial sem precedentes dos sujeitos de trabalho". Esse é um processo que ocorre geralmente sob o comando de capitais individuais e com grandes vantagens, pois o "custo da reprodução da força de trabalho é reduzido porque certo número de necessidades pode ser consumido em comum". Portanto, a formação territorial do centro urbano deve ser considerada no desenvolvimento do processo de acumulação do capital, que tende a concentração em determinados locais, visando beneficiar-se das economias de aglomeração, gerando o fortalecimento dos setores mais produtivos, que passam a se diferenciar no conjunto urbano, definindo uma centralização espacial do capital (Figura 15).

Em São Luís, as dinâmicas econômicas provocadas pela industrialização alinharam-se às funções comerciais e portuárias, ampliando a concentração na área central (Figura 14). "As construções fabris, na verdade, passaram a disputar localizações com os estabelecimentos comerciais, e com a moradia, processo esse polarizado pelo centro da cidade" como esclarece Santana (2003, p. 122-124). "Em 1900 as unidades fabris instaladas na cidade de São Luís empregavam aproximadamente, 19,3% da população." A intensificação das atividades voltadas para atender essas funções ativou um processo de valorização do solo nas áreas centrais, como ocorreram com os demais núcleos urbanos onde estavam ocorrendo os processos de centralização do capital industrial, as populações de maior poder aquisitivo ocuparam as áreas centrais e as populações carentes as áreas periféricas do centro.

As atividades portuárias, comerciais, industriais, políticas, administrativas e culturais cristalizaram-se no centro de São Luís, resultando em uma forma urbana que se individualizou tanto no contexto da cidade quanto do estado. Logo, a cidade começou a atrair importantes movimentos populacionais, devido a acessibilidade que os transportes ferroviários e rodoviários implantados a partir da década de 1920, propiciaram ao integrar a cidade com a parte continental do estado. O núcleo do centro de São Luís era o bairro da Praia Grande, sítio urbano original da cidade e o ponto nodal dos fluxos hidroviários, ferroviários e rodoviários e, maior concentração das atividades que deram formas às funções portuárias, comerciais e polí-

tico-administrativas da cidade, durante o longo período entre os séculos XVI até o início do século XX. Neste restrito espaço fortemente concentrado, foi cristalizada a rica diversidade de um patrimônio cultural, material e imaterial, cujos conteúdos histórico-geográficos testemunham uma formação urbana que teve, entre outros, como determinante o capitalismo.



Figura 15 – São Luís. Foto aérea do Centro Urbano.
Fonte: Prefeitura de São Luís, 2008.

Aos processos de concentração e centralização do capital podemos associar "a concentração territorial da população moderna [que] nunca é o resultado apenas do aumento natural da população". O seu processo oposto que é a dispersão de pessoas, de mercadorias, das formas espaciais torna-se evidente pelo aumento da fluidez, mudança na localização das indústrias e outras atividades produtivas visando possibilidades de maior ganho pelo capital, segundo Mckenzie, (1926). O centro urbano tem subjacente, em sua lógica de configuração territorial, os processos espaciais de acumulação, concentração e centralização do capital, como fator de atração de populações.

Para o autor a concentração populacional em determinada área ou região já esteve relacionada à "importância dos agentes geográficos" e às "condições de abastecimento ali-

mentar." A partir do industrialismo[17] moderno, foram criadas "novas regiões de concentração" tendo como determinantes o "comércio", a "indústria" e "as formas modernas de transporte e comunicação". Portanto, ele [o autor] distingue a concentração da centralização, ao afirmar que "a centralização é um efeito de tendência dos seres humanos de se reunirem em determinados lugares para satisfação de determinados interesses, tais como o trabalho, as diversões, os negócios, a educação". Dois fatos devem então ser destacados, que a centralização é "uma forma temporária de concentração" e que ela "proporciona uma base territorial para a determinação de grupos e para o controle social. Toda a unidade coletiva – vila, cidade, e metrópole – é uma função do processo de centralização". Esta é uma caracterização importante da cidade capitalista, ou seja, a aglomeração em espaços limitados, sob o comando do capital ou promovendo vantagens, ou expondo a escassez de oportunidades que ele dispõe em outros locais.

Smith (1988) e Mckenzie (1926) nos permitem discutir a produção espacial da cidade em abordagens que julgamos complementares entre si. No sentido de que a acumulação, a concentração e a centralização do capital funcionam nas cidades por meio de dinâmicas tão fortemente estruturadas – o capital busca capital, que conseguem estabelecer forças centrípetas que atuam no sentido de permanência ou atração de atividades terciárias para área central,[18] provocando o deslocamento de populações de consumidores/trabalhadores. Este ambiente favorável ao capital, extensivo ou não a sociedade, fixa seletivamente determinados interesses, destinados a atender grupos específicos, pois ele visa uma produção/reprodução social que o amplie. Conforme Smith (1988, p.179,199):

> A diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana. Num nível básico, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos de solo específicos – indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante. O processo de centralização é o meio mais efetivo para realizar essa concentração de trabalhadores e com o contínuo desenvolvimento de forças produtivas, a centralização do capital ganha continuamente cada vez mais importância.

Os processos de acumulação, concentração e centralização do capital estão cristalizados no centro urbano de São Luís, singularizando uma produção capitalista em uma cidade

[17] O termo industrialismo difere de industrialização, conforme Sposito (2001, p.96/97), por ser mais amplo e incluir a industrialização que compreende as dinâmicas socioculturais, mudanças nos cotidiano, nas forma e ritmo de consumo, organizações do trabalho, espaços e tempo.

[18] Conforme Ribeiro Filho (2004, p.161), "na década de 1930, Charles Colby um dos primeiros geógrafos a abordar processos de descentralização, identificou dois grupos de forças, centrífugas e centrípetas, que modelam o espaço urbano".

insular. Essa localização em uma ilha traz a nosso ver, uma diferenciação nos processos de centralização, que segundo Mckenzie (1926) correspondem a concentração que se expressa por uma frequentação temporária em alguns locais, constituindo uma base territorial para a determinação de grupos e para o controle social. No caso de São Luís, devido a intensidade e o volume do capital das atividades e serviços, esses processos tendem a uma maior temporalidade, com movimentos marcados predominantemente pela permanência (algumas seculares) de estruturas desfavoráveis, por serem originárias de interesses externos, e, de dinâmicas capitalistas temporárias, que devido a atuação imprecisa do Estado provocam mudanças com sustentabilidade questionável tanto para a sociedade como para o capital.

Assunção (2000, p. 34) contribui ao destacar que:

> A política mercantilista do Marques de Pombal e à ação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1756 – 78) [...] criou as condições para o desenvolvimento de uma economia regional baseada na *plantation* escravista, produzindo para o mercado europeu [...]. Podemos assumir, no entanto, que em poucas outras regiões brasileiras existia dependência tão grande dos fazendeiros em relação à burguesia comercial. A industrialização na Europa, com sua demanda por algodão aumentando de maneira exponencial, de exportação maranhense e ajudou a consolidar o crescimento do setor de exportação. O algodão passou a representar 75% das exportações brasileiras com 24,4%, logo garantiu, a partir de 1780, um mercado em expansão constante para o principal produto depois do açúcar, com 34,7%. O Maranhão era então a segunda região exportadora do produto – depois de Pernambuco – e São Luís chegou a ser o quarto porto exportador do Brasil.

É dessa forma que a organização espacial vai incorporar "a instalação das primeiras industriais têxteis no país e, se desenvolvem em São Luís os curtumes, a indústria do anil (ou índigo, produto para dar o tom azul aos tecidos, retirados de leguminosas) e o soque do arroz." conforme Lopes (2008, p.12). Essas atividades reforçaram a centralidade desse setor urbano, pois uma parte significativa das unidades fabris foi instalada próxima do centro e o poder público atendendo as solicitações dos capitalistas construiu o primeiro conjunto o operário[19] (Figura 16), localizado próximo a Rua Grande, atual núcleo da área central, onde estava a Companhia Fabril Maranhense – Fábrica de Santa Isabel (Figura 17).

[19] Conforme Santana (2003, p.124) a concentração urbana dos trabalhadores fabris determinou o surgimento ou ampliação dos bairros Vila Passos, Floresta, Monte Castelo, Apicum devido a Companhia Fabril Maranhense e os bairros Camboa, Baixinha e Codozinho em torno da Companhia de Fiação e Tecidos do Maranhão



Figura 16 – São Luís. Fábrica Santa Isabel. Rua Cândido Ribeiro.
Fonte: Cunha, 1908



Figura 17 – São Luís. Fábrica Santa Isabel. Conjunto operário fabril, Rua Senador João Pedro. Área de Tombamento estadual
Fonte: Lopes, 2008

Tentando exemplificar os processos de concentração e de centralização do capital em nossa cidade, podemos destacar a alocação de equipamentos, fornecimento de eletricidade, sistemas de transporte e comunicação que foram implantadas pelo governo estadual concomitante com a industrialização da cidade. As estruturas criadas para acompanhar os grandes movimentos de capitais trouxeram um crescimento populacional e riquezas para São Luís, de modo que "em 1819, os naturalistas bávaros Johann Baptíste Von Spix e Karl Fredrich Phi-

lipp Von Martius constataram ser São Luís merecedora do quarto lugar entre as cidades brasileiras, atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife" conforme Lopes (2008, p.19). Esse aparelhamento urbano no contexto da demanda industrial existente qualificou a força do capital para criar o espaço – território, fluxos e fixos, que atenderam as exigências econômicas, pois a produção capitalista cria as condições gerais para o seu desenvolvimento.

> Em 1881, a Companhia de Ferro Carril inaugurava serviços de bonde de tração animal, primeiro no Nordeste, ampliado no ano seguinte para o Caminho Grande, chegando até o Anil (território onde se implantou a Fábrica do Anil). Em 1890, a cidade passava a contar com um sistema de telefonia, com 200 aparelhos instalados entre alguns comerciantes. Em 1924, aconteceram investimentos nos sistemas de água e esgoto. Com o surgimento da eletricidade, os trilhos e os bondes mudaram a paisagem das principais ruas de São Luís. SANTANA (2003, p. 134)

É fato que, a produção capitalista do espaço equipou diferencialmente a cidade. Os equipamentos urbanos coletivos já estavam concentrados e com eles a possibilidade de apropriação/produção na área central, que era formada pelos bairros da Praia Grande-Desterro, Largo do Carmo, ruas Grande, Afogados, Paz e Sol, atingindo, no máximo, as proximidades da hoje praça Marechal Deodoro e Largo dos Remédios, sendo o seu núcleo ou *core* o Largo do Comércio e a Praça João Lisboa. Efetivamente, no caso de São Luís "o crescimento industrial fabril, atribuindo um papel importante à cidade de São Luís, deu ao seu território morfologia e funções novas" como afirma Santana (2003, p.121).

Os bairros que hoje integram o centro foram constituídos a partir da centralidade efetivada por esses movimentos do capital. Como referimos anteriormente a proximidade de unidades fabris do centro urbano ampliou essa centralidade, que foi ainda mais reforçada devido a convergência dos fluxos dos transportes e mercadorias pelo Porto da Praia Grande. Coube aos excluídos a ocupação das áreas de mangues que circundavam o centro, em um típico processo de periferização denominado palafitas, o que gerou um adensamento de pequenas moradias populares que tinham, em média, 35 m² e abrigavam geralmente famílias com mais de 5 integrantes, configurando importantes áreas de ocupação não-planejada (Figura 18).

Além disso, são importantes também as relações sociais explícitas por Marx no valor de uso que "corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade" e no valor de troca que expõe as relações "dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no mundo da mercadoria", conforme salienta Lefebvre (1999, p. 135). Desse

modo, “a cidade, assim analisada, é um conjunto de apropriações e usos que a valoram diferentemente”. (WHITACKER, 2006, p. 134).



Figura 18 – São Luís. Ocupação em áreas de mangues por moradias, do tipo palafita, no bairro da Liberdade, **próximo a área central**.
Fonte: Lopes, 2008

A produção espacial decorrente da concentração e centralização do capital industrial promoveu uma intensa urbanização em São Luís, a partir da industrialização[20]. Conforme Ribeiro Júnior (2001, p.70-71), a localização da indústrias têxteis contribuiram para a expansão do tecido urbano e dois fatores foram altamente significativos: a função portuária desenvolvida na Praia Grande, que integrava forçosamente os comerciantes e produtores rurais e industriais do interior à capital e, a Estrada de Ferro São Luís-Terezina (EFSLT) que tornou-se ponto de convergência do processo econômico regional, aliada aos demais sistemas de transportes também centrais, podem explicar porque não ocorreram os “nítidos processos de dissociação entre a zona fabril e zona residencial”. O fortalecimento da concentração espacial das atividades comerciais e residenciais passou a contar, segundo Santana (2003, p.122), com “disputas entre diferentes valores de uso pelo capital industrial e

[20] Segundo Viveiros (1954, p.558-559), foi a produção de algodão um dos fatores importantes na modernização da economia Maranhão no final do século XIX. As indústrias têxteis foram as que mais se destacaram, das 13 fábricas, oito foram implantadas em São Luís e cinco no interior do estado, sendo quatro em Caxias e uma em Codó. Porém, o conjunto industrial era constituído por outras 27 unidades fabris, das quais quinze também estavam localizadas em São Luís.

comercial, como também por distintos grupos sociais na instalação de suas habitações". Porém, Burnett (2008, p.117) destaca que para São Luís "este perfil político e econômico foi, entretanto, insuficiente para produzir grandes expansões no tecido urbano da cidade", pois a indústria não teve poder para agregar a força de trabalho, condição que julgamos determinante para prosseguirmos no entendimento sobre a concentração espacial das atividades econômicas centrais.

A urbanização produziu, também, arranjos espaciais que resultaram na expansão do tecido urbano para acompanhar algumas unidades fabris distanciadas do centro urbano[21], surgindo os processos iniciais de descentralização. Um bom exemplo desse processo foi a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (1893 – 1950), que atraiu uma população significativa, predominantemente feminina que para atender a demanda fabril fixou-se à vila operária, no bairro do Anil, distante dez quilômetros do centro e localizado às margens do rio Anil, que era usado para o transporte de materia-prima e da produção. Na década de 1930 a fábrica estava no auge e a área recebeu equipamentos públicos de saúde, educação, segurança, mercados, igrejas, cinema e sistema de transporte, que guadadas as devidas proporções e o declínio econômico e estrutural posterior, correspondeu na época ao primeiro subcentro da cidade.

> Dada a relevância econômica e social do bairro [do Anil], em 1893 a Companhia Ferro-Carril do Maranhão construiu dez quilômetros de trilhos até o Anil, por onde circularia o bonde animálico (puxado por cavalos). Reforçando o processo iniciado desde o século XIX, os subúrbios se desenvolveram a partir da linha do bonde para o Anil, o principal eixo da malha ferroviária da cidade. Com a implantação dos bondes elétricos, nos anos 20, as terras às margens da linha do Anil foram muito valorizadas (LOPES, 2008, p.264).

O setor industrial que durante o período de 1860 a 1950, tinha impulsionado importantes arranjos espaciais, não se consolidou, segundo Ribeiro Júnior (2001, p.74-81) "o interstício 1930-1970 daria um duro golpe na São Luís Comercial e Industrial. "O tão propalado fenômeno da integração nacional"[22], que já estava sendo concentrado no sudeste do

[21] Ribeiro Júnior (2001, p.70-71) relaciona as unidades fabris que contribuíram para o alargamento do tecido urbano devido a localização distante do núcleo da área central: a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa, situada às margens do rio Anil a cerca de quatro quilômetros do perímetro urbano; a Companhia Fabril do Maranhense chamada posteriormente "Santa Isabel", localizada no canto da Fabril; a Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís e Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo, ambas localizadas no final da rua de São Pantaleão, próximo do bairro da Madre Deus, nas proximidades do rio Bacanga.

[22] Conforme Burnett (2008, p.120), a estabilização, no século XX, do modelo de concentração do desenvolvimento nacional na região sudeste do País e a situação geográfica periférica da cidade com relação aos centros de poder político e financeiro do Brasil, como em inúmeras outras cidades do Norte e Nordeste, trouxe uma estag-

Brasil, as motivações desse deslocamento e a distância de São Luís desses polos, trouxe grandes impactos socioespaciais, que fogem ao cerne de nossa discussão.

O referido autor pontua vários entendimentos sobre, a nosso ver, no âmbito da economia política da urbanização e da economia política da cidade[23], pertinentes e, ainda atuais que devem ser consideradas, a saber: a primeira, a centralidade urbana de São Luís favoreceu a aglomeração e na cidade estava "o centro administrativo, a força política organizada, estruturada em repartições públicas e privadas, igrejas, escolas, aparato policial e judiciário... tendo como figura representativa o coronelato"; e, a outra a cidade tinha e tem um " mercado interno insuficiente, comprovador de uma relação setorial imperfeita, o primário, o secundário e o terciário desajustados, onde a população era vista como força de trabalho e muito pouco como força de consumo, tratou de fechar o ciclo das velhas fábricas".

O autor contribui ainda, ao reportar a infraestrutura econômica da época, conforme relatório do Banco do Nordeste do Brasil (1968, p. 17-18), no qual a cidade apresenta "uma inexpressiva atividade agrícola (1.070 hectares de área explorada) e pecuária (com destaque para a suinocultura); 140 unidades produtivas industriais; 13 agências bancárias, o que conferia à capital deter 53% de toda a movimentação bancária do Maranhão". A atividade comercial assume as dinâmicas econômicas, porém, "voltava-se para dentro, com fluxos de renda interlocais bastante tênues, não tendo a robustez e o destaque da época Colonial e nem da Imperial e dos primeiros anos da República" (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p.70-71)

Cada um desses processos sociais trouxe mudanças significativas para o centro urbano de São Luís. Podemos compreender a concentração social e espacial da cidade nesse recorte temporal, a partir de Santos quando ele discute que esses arranjos têm como determinantes as "funções urbanas e sua redistribuição, em um dado momento, como resultado da divisão social do trabalho e da divisão territorial do trabalho e, de outro lado, do reconhecimento das condições preexistentes, que incluem o espaço construído". Logo, a espacialização de fixos e fluxos pode valorizar ou desvalorizar cada parcela do território urbano. Na cidade as combinações e os arranjos do capital se mostram seletivos, discriminatórios e contam com o "poder exercido ou consentido pelo Estado" como afirmou Santos (1994, p. 126). Podemos associar vários componentes históricos ao que seria a crise do centro urbano de São Luís. Santana (2003, p.144-145) contribui ao listar alguns eventos significativos para essa compreensão, abordando que:

---

nação iniciada para os maranhenses em fins dos anos 20, com o declínio da produção industrial têxtil do Estado, e que se consolidou com o modelo industrial do governo de Getúlio Vargas.

[23] Cf. SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade.*

> a década de 1950 pode ser marcada pelo(a): (1) declínio do setor secundário (que o novo parque da indústria de óleos não consegue restabelecer); (2) perda de peso das plantas industriais (fábricas de tecidos); (3) aumento da migração nordestina; (4) ocupação das terras devolutas; (5) alteração do sistema de transporte, dando-se primazia ao rodoviário; (6) articulação das lutas sociais no campo e na cidade; (7) configuração de programas de ação social junto à populações rurais e urbanas articulados pela Igreja Católica do Maranhão; (8) diversificação da atividade comercial em vários centros de comercialização e perda da importância de São Luís e do monopólio comercial exercido pela Praia Grande.

Logo, torna-se evidente que a força da centralidade reflete os arranjos que a economia e a cidade concretizaram historicamente. Como vimos na cidade de São Luís, os contornos geopolíticos do capitalismo mercantil atropelaram sua origem e seu crescimento espontâneo. Sua urbanização foi fortemente influenciada por interesses externos, desde as potências ultramarinas do século XVI até as atuais demandas do capitalismo monopolista. Assim Limonad (2007, p.161), contribui ao expor que:

> A urbanização não é um processo autóctone, auto-reprodutível e nem se dá em um espaço virgem, absoluto (Lefebvre, 1974), mas em espaços preexistentes, pré-produzidos e pré-organizados a partir das práticas de diversos agentes sociais e econômicos que variam historicamente, e constitui um processo de produção do espaço social (Lefebvre, 1968); é integrante e resultante da constante (re) estruturação do espaço de reprodução das relações sociais de produção, da força de trabalho e da vida cotidiana, por meio das relações que os homens travam entre si e a natureza.

Então, essa cidade capitalista caracterizada por Lojkine (1997,p.146) pela "crescente concentração dos meios de consumo coletivo que vão criar pouco a pouco um modo de vida" assim como "o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) tornar-se-á uma determinante no desenvolvimento econômico". Como visto, a concentração urbana é importante para a socialização dos meios de produção, para a reprodução da força de trabalho pelos meios de consumo coletivo.

Os conteúdos das formas espaciais que estão materializadas em nossa cidade nos permitiram apreender uma formação histórica da centralidade urbana. O centro urbano de São Luís enquanto expressão territorial atraiu os processos sociais que portadores de um capitalismo velado ou explicitamente dominador promoveram a partir da acumulação, da concentração e da centralização uma configuração espacial que fortaleceu algumas atividades e seus prestadores de serviços, individualizou um setor no conjunto da cidade, no qual os fixos e fluxos ampliavam as economias de aglomeração e outros mecanismos de mais-valia.

O esforço até aqui empreendido buscou entender na origem e consolidação do centro "como expressão maior da cidade" segundo Alves (1999, p.17) os movimentos e motivações subjacentes na espacialização das atividades de comércio e serviços em São Luís. A intensidade da concentração espacial das atividades de comércio e serviços apontam para uma produção capitalista que priorizou a reprodução social somente quando imbricada com a reprodução do capital. Portanto, uma síntese que podemos encaminhar nas discussões sobre São Luís, é que seu centro e as novas centralidades estão impregnadas do triunfo da racionalidade do " valor da troca, sobre o valor de uso, e com isso a cidade, lugar do encontro, do uso, perde esses atributos que sempre lhe marcaram" (ALVES, 1999, p.11).

No próximo capítulo, propomos uma discussão sobre o centro principal e os centros secundários. O centro urbano em São Luís é simbólico e morfologicamente distinguido no conjunto urbano da cidade. No centro principal estão a maior concentração espacial das atividades de comércio e serviços, os principais eixos nodais, a mais intensa circulação de pessoas e carros. Tanto na história urbana, como nos fenômenos de dispersão da cidade nos quais podem surgir bairros centrais, entre outros, é possível que seja necessária (mas também possível) a criação de centros secundários para a distribuição de mercadorias ou serviços que atendam às demandas da população econômicas ou não.

CAPÍTULO 2 – SÃO LUÍS: Cidade monocêntrica ou cidade policêntrica?

Neste capítulo discutimos a possibilidade de identificar nas formas e fluxos urbanos de São Luís, na atualidade, as (re) definições dos espaços produzidos e territorializados no uso do solo para as atividades de comércio e serviços em toda a cidade. Buscamos apreender nos processos de (des)concentração e de (des)centralização, as formas espaciais e centralidades que se destacam na configuração espacial da cidade, quais as determinantes que podem apontar a permanência ou não de um centro único, polarizador, outras formas e novas expressões de centralidades.

A produção capitalista do espaço urbano, como tem sido discutida até aqui, está materializada em um dos mais significativos processos espaciais na cidade – o centro urbano ou área central. Sua importância é ainda maior para nosso estudo, pois conforme Castells (1983, p.272) o centro pode ser "o ponto de partida" para compreender a espacialização da cidade. Para o autor "além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades – a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores" individualizam esse setor conjunto da cidade.

A força desse setor no conjunto da cidade trouxe à evidência as contradições do capitalismo, de um Estado à disposição do capital, de processos sociais que parecem fortalecer e manter espacialmente concentradas as atividades de produção, consumo e a maior circulação de veículos e pessoas. Podemos, portanto, transferir para São Luís a realidade urbana citada, exceto no que se refere aos terminais de transportes inter-regionais, na qual,

> De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se a principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos (CORRÊA, 2000, p. 38).

Ribeiro Filho (2004) pontua que a Área Central "tornou-se o lugar mais privilegiado do espaço urbano" devido à "concentração das principais atividades econômicas e dos fluxos urbanos em uma mesma área". Ele destaca nos estudos de Horwood e Boyce (1954) e Corrêa (2000) que o processo de centralização, ao estabelecer a Área Central, configurou-a de modo segmentado, com dois setores distintos e complementares: de um lado, o núcleo central (*core*, Central Business District ou CBD) e, de outro, a zona periférica do centro (*frame*, *zone in transition*, zona de obsolescência).

A seletividade desse processo espacial deve ser distinguida de modo a evitar equívocos e assegurar o entendimento sobre as espacialidades que se constituem. O quadro a seguir identifica a atualidade de algumas caracterizações desses setores, conforme Horwood e Boyce (1959, p. 319-327), Murphy e Vance (1954, p. 418-446), Corrêa (2000, p. 40-43) e Ribeiro Filho (2004, p. 155-167):

Quadro 2 – Caracterizações da Área Central

NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL	ZONA PERIFÉRICA AO NÚCLEO
Uso intensivo do solo – área mais dinâmica devido à maior concentração das atividades, sobretudo do terciário; Área com predominância do comércio varejista e de serviços, reconhecida como o coração da cidade norte-americana e solo urbano mais caro na cidade; Apresenta uma estrutura interna do núcleo central diferenciada pelo valor da terra, pela intensidade comercial, verticalização, pelo fluxo de pedestres e veículos – ponto-pico (*peak land-value intersection*); Ampla escala vertical com variações relativas às atividades centrais, aos fluxos de pessoas, comunicações e veículos; Limitada escala horizontal; Limitado crescimento horizontal; Concentração diurna, durante as horas de trabalho, da população de pedestres; Foco nos transportes intraurbanos – convergência do tráfego urbano; Área de decisões. Ponto focal da gestão do território pelo Estado.	Uso semi-intensivo do solo – comércio atacadista, armazenagem e indústrias leves, terrenos abandonados ou vazios; Ampla escala horizontal – as atividades estão localizadas em prédios baixos; Limitado crescimento horizontal; Área residencial de baixo status social – amplo setor residencial caracterizados por residências populares; Foco dos transportes inter-regionais – localização dos terminais ferroviários e rodoviários, presença de depósitos, garagens e hotéis baratos; Área receptora de políticas públicas do tipo requalificação, revitalização, gentrificação ou outras, pelo Estado ou capital privado.

Considerando o olhar dos referidos autores, identificamos a área central de São Luís segmentada, porém com a diferenciação entre as atividades político-administrativo-culturais no Centro Histórico e as atividades de comércio e serviços na Rua Grande e adjacências. A segmentação desse setor é constituída por um núcleo da área central (que será apresentado mais adiante) e a zona periférica ao núcleo, que não é alvo desse estudo. O processo histórico de formação desses dois segmentos traz elementos que explicam o declínio do núcleo da área central anterior (Praia Grande), atualmente alvo de políticas públicas de revitalização e requalificação de alguns trechos e encolhimento das atividades de comércio e serviços que, devido ao fechamento dos empreendimentos e/ou descentralização, estão sendo substitu-

ídas por estacionamentos, expandindo o processo de abandono do centro histórico para o setor de comércio e serviços.

A permanência de uma área central tão concentrada e que apresenta uma caracterização homogeneizada pelos processos espaciais profundamente influenciados pelos arranjos econômicos, foi e continua sendo, também, reforçada pelas condições físicas de uma cidade insular. Localizada na ilha do Maranhão, São Luís moldou seus arranjos (Santos, 1994) e ajustou-os por três séculos e meio, principalmente dentro dos limites dos rios Anil e Bacanga. Portanto, deve ser considerado que:

> A ilha do Maranhão apresenta feições morfológicas variadas. Ao norte, tem-se "amplas praias de areia quartzosa marinha com granulação fina a muito-fina, secundada pela costa emersa caracterizada pela ocorrência de barreiras (falésias) com erosão marinha, pluvial e eólica ativas, intercaladas por cordões arenosos, dunas móveis e paleodunas nos locais onde as barreiras encontram-se recuadas e cobertas por estas formações superficiais arenosas". FEITOSA (1998) Ao nordeste, as barreiras existentes sofreram processos erosivos com conseqüente recuamento; configurou-se algumas paleofalésias recobertas por areias, constituindo ambientes de sedimentação marinha e eólica com presença de dunas, paleodunas e restingas. Em direção ao centro da ilha, tem-se um compartimento caracterizado com formas de relevo colinoso, delimitado pelo tabuleiro e formas litorâneas. Este compartimento apresenta extensão, declividade e formas variadas, com declives suaves e abruptos e vertentes côncavas, convexas e planas. O tabuleiro é formado por superfícies tabulares e subtabulares, onde ocorrem formas residuais modeladas pela drenagem, e com altitudes máximas em torno de 70 metros, com vários graus de dissecação. Ao sul e oeste da ilha, ocorrem áreas rebaixadas com formações de manguezais e depósitos de vasas que bordeiam a baía de São José, não tendo ocorrência de praias, dunas móveis e falésias. As águas da baía de São Marcos e São José têm uma influência significativa no modelado da ilha, em virtude da penetração da lâmina d'água nos igarapés e da amplitude média das marés na área, que varia em torno de 6 metros. SILVA (2001)

Decerto, o crescimento territorial da cidade e a expansão da mancha urbana é concomitante com a implantação de rodovias federais e estaduais, bem como com a implementação de sistemas viários importantes (Figura 19), entre os quais: as pontes sobre o rio Anil , que deflagraram a expansão do tecido urbano para o Norte da Ilha e ocupação da área litorânea; a barragem do Bacanga, que ligou a área central à área onde está localizado o Porto do Itaqui, onde foi fixada com a função portuária da cidade, e a consolidação do Caminho Grande, corredor Centro-Anil. Burnett (2008, p.209) enfatiza que:

> Como linhas no tempo, as pontes de São Luís separam modelos de cidade que apresentam diferentes modos de ocupação territorial, de construções de espaços públicos, de implantação das edificações, de localização de usos e funções, em um contraste que parece simplesmente opor o antigo ao moderno.



Ponte sobre o rio Anil | Barragem no rio Bacanga | Ponte sobre o rio Anil

Figura 19 – São Luís. Sistemas viários e vetores da expansão urbana pós 1960.

Fonte: Lopes, 2008

Efetivamente as condições físicas do sítio urbano de São Luís, respondem em parte pela concentração espacial e centralização do capital, no contexto da produção capitalista da cidade. Igualmente significativo para uma aproximação da cidade é a contribuição de Duarte (1967, p.15/19) sobre a área central do Rio de Janeiro, na qual ele relaciona o que seriam "as funções centrais, daquelas não centrais, características da periferia do centro e dos bairros". Trabalhamos a caracterização do centro urbano ou área central primeiramente como funcional, pois "é nela que se instalam os grandes negociantes, os industriais, os homens de negócios, os banqueiros, os altos funcionários que comandam e traçam as diretrizes da vida econômica, financeira e político-administrativa da metrópole e de sua região". A partir dessas funções identificamos um conjunto de "serviços" que são atraídos com o "comercial, o recreativo, o cultural" e que passam a atrair outras "atividades como a de alimentação, a de alojamento, a das profissões liberais, entre outras".

Ao enfatizar a ampliação da centralidade proveniente da "complexidade de funções e uma multiplicidade de serviços", Duarte (1967, p. 19) afirma que o centro ou área central monopoliza funções da cidade e metropolitanas. Do mesmo modo Santos (1958, p.68) ao discutir a cidade de Salvador, destaca que "assim como a história econômica regional favore-

ceu Salvador com este acúmulo de funções, a história urbana conduziu à concentração de quase todas estas funções nos distritos centrais". Podemos também apreender a dinâmica urbana de São Luís a partir das funções que a cidade desempenhou, a saber: político-adminstrativa, financeira, cultural, comercial-portuária.

As **funções político-adminstrativas** assumem maior importância desde a origem da cidade como base territorial para manutenção da soberania colonial ou patrimonial, o que lhe assegurou a centralização das atividades voltadas para o ordenamento territorial de uso e ocupação do espaço, entre outros. Portanto, na parte mais antiga da cidade e não menos importante e dinâmica na atualidade, estão concentradas as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário e suas respectivas repartições públicas. Conquanto, já ocorra uma descentralização, pois recentemente algumas instituições estão sendo localizadas nos setores onde estão as classes com maior poder aquisitivo e solos urbanos em poder dos órgãos públicos.

As **funções culturais** associadas "aos estabelecimentos de ensino ou galerias de arte, serviços de alimentação etc.", como exemplifica Duarte (1967, p. 19), estão concentradamente cristalizadas no setor denominado Centro Histórico, que é profundamente integrado a vida da cidade por agregar os equipamentos urbanos públicos de gestão e controle social, financeiros, religiosos, educacionais, teatros, galerias, de edição impressão e reprodução, bem como as maiores praças e logradouros públicos. O dinamismo dessa área conta, também, com os programas de requalificação do Centro Histórico para uso de instituições municipais, estaduais e federais.

Essas políticas públicas voltadas "para a preservação do acervo arquitetônico remontam a década de 1940, no momento em que, o então governo estadual programava reformas urbanísticas", conforme Espírito Santo (2006, p. 167), sob o grande impacto socioeconômico que o declínio da agroindústria gerou nas redefinições da centralidade urbana. As atividades de comércio e serviços foram deslocadas para uma área de expansão do núcleo de comércio inicial, a Rua Grande e entorno. A partir de então, podemos identificar o Centro Urbano de São Luís, que inclui a área designada como Centro Histórico ou Zona de Preservação Histórica, o Núcleo da Área Central ou Centro e a Área de Expansão do Centro (Mapa 4).

A parte do centro urbano atual que integra o Centro Histórico de São Luís localiza-se no sítio urbano onde a cidade se originou e corresponde as áreas de expansão urbana até 1850. Ela reúne um acervo que comunica etapas importantes de uma história urbana, pois as formas urbanas diferenciadas são um testemunho histórico-geográfico de processos sociais

que desvelam uma desigualdade espacial na acumulação capitalista. Estas áreas integram um conjunto tombado e formado por 5.607 imóveis protegidos por legislações federal, estadual e municipal. Neles estão incluídos os 1.369 imóveis que são Patrimônio Mundial, tombados pela UNESCO. As dinâmicas nesse setor concordam com o que diz Whitacker (2006, p.132), pois "a cidade é a cristalização da urbanização e essa, enquanto processo, não é definida, in fine, mas articula-se à produção ampla e restrita". Portanto, ao concentrar na atualidade as funções político-adminstrativa, financeira, cultural, esse setor urbano destaca as contínuas dinâmicas, que em qualquer época, se houver, concentração populacional, de mercadorias materiais ou imateriais, podem responder por transformações significativas, complementares ou novas na cidade.

As **funções comerciais** estiveram ligadas às funções portuárias. Burnett (2008, p.173) relata que:

> Ao se transformar na cidade mercantil, alternando com Belém a sede, do governo da Província do Maranhão e Grão-Pará, será através da Companhia do Comércio, criada no último quartel do século XVIII, e graças à produção agrícola que comercializa com a Europa dos primórdios da Revolução Industrial, que São Luís consolida e sofistica o bairro portuário da Praia Grande, ambiência urbana tomada como referência para toda a cidade, que respirava ares cosmopolitas.

O dinamismo das atividades produtivas, nesse cenário, trouxe significativas mudanças estruturais como a urbanização da Praia Grande, o núcleo do centro urbano da época que vai se perpetuar até por volta de 1930. A crise deflagrada com a decadência da economia algodoeira impactou "a Praia Grande com a perda da importância portuária-comercial,[o setor] assistiu seu vigor comercial declinar e com ele seu valor imobiliário, conforme Santana (2003, p. 139-147).

A perda dessas funções a partir nas primeiras décadas do século XX provocou intensos processos de desvalorização da área central, migração da população de maior poder aquisitivo para outros locais e ocupação da área por populações de baixa renda. Nas últimas décadas, como parte do Programa de Revitalização do Centro Histórico, esse setor passou a receber repartições da administração federal, estadual e municipal em edifícios da área, contribuindo também para continuar afastando cada vez mais a população residente.

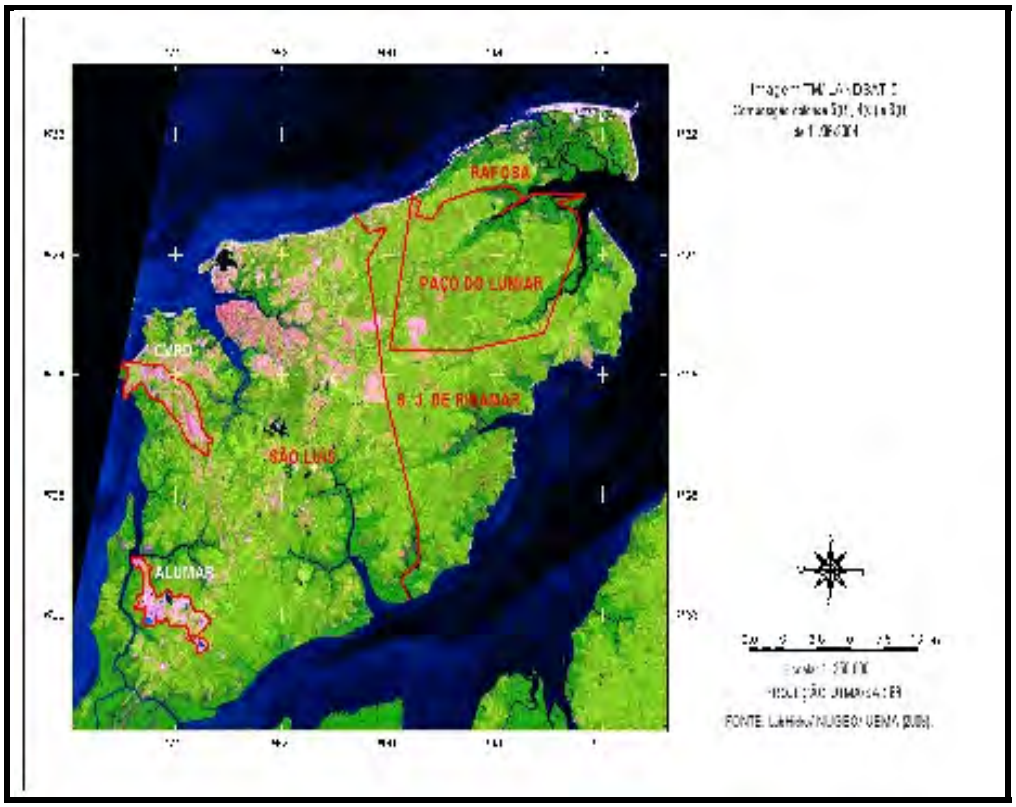
2.1 ALGUNS ELEMENTOS SOCIOESPACIAIS DE SÃO LUÍS APÓS 1950 PARA A DISCUSSÃO...

São Luís é uma cidade com quase quatro séculos e que somente nas últimas cinco décadas apresenta uma dinâmica urbana intensa. Destacam-se, dentre outros, a ampliação do seu tecido urbano para atender a grande concentração populacional e as implicações socioespaciais complexas de uma cidade que abriga o núcleo metropolitano da Região Metropolitana da Grande São Luís[24]. A reestruturação na cidade que tentamos apreender é definida nos processos que relacionam "fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente" como afirma Soja (1993, p.194).

No Estado do Maranhão, a cidade apresenta os maiores indicadores populacionais e indicadores econômicos, muito distanciados dos demais municípios, colocando em evidência uma centralidade local e regional a ser interpretada. A diferenciação da cidade pelo maior produto interno bruto no conjunto dos municípios maranhenses (tabela 1) o e no conjunto dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (tabela 2) incitaram a compreensão da configuração espacial a partir da distribuição das atividades terciárias na cidade. Isto é, uma forte concentração espacial foi evidenciada quando se notou que, os cinco municípios com maior PIB respondem por 53,81% da economia maranhense, dentre os 217 municípios do estado. São Luís apontou os indicadores mais contrastáveis entre os demais, inclusive entre os municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, que estão situados na Ilha do Maranhão.

A produção capitalista do espaço por seu caráter seletivo comanda processos sociais que favorecem alguns locais, antecipando etapas ou transferindo vantagens locacionais e, por vezes, provocando a inviabilização de outras. Conforme Lefebvre (1999, p. 111) "a cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações", porém não as distribui de igual e modo. Todavia, a espacialialização das atividades de comércio e serviços confirma a importância que alguns movimentos econômicos, culturais, políticos assumem no conjunto da cidade.

[24] Ampliada por Lei Complementar Nº 069 de 23 de dezembro de 2003, abrangendo a área territorial dos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Alcântara.



Mapa 2 – São Luís. Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís que estão na Ilha do Maranhão: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Ano 2006.

Buscamos compreender a cidade tomando a espacialização das atividades de comércio e serviços, dada a evidência dos processos espaciais que as articulam e que compõe a historicidade do seu espaço, como já foi visto. Logo, a cidade é discutida como um espaço geográfico transformado pelo capital, que agrega na contemporaneidade a complexidade das interações dos processos sociais gerados em todas as escalas, concentrando espacialmente pessoas, mercadorias, fluxos, entre outros.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto 2005- Comparativo entre Maranhão, São Luís e os cinco maiores municípios do Estado

Localidade	Nº	PIB Milhões R$	% do PIB	População	PIB per capita R$	VA Agro Milhões R$	VA Indústria Milhões R$	VA Serviços Milhões R$
MARANHÃO		25.325,86	100%	6.103.327	4.149,52	4.065,45	3.929,25	14.866,39
São Luís	**1º**	**9.340,94**	**36,88**	**978.824**	**9.543,03**	**15,85**	**2.156,51**	**5.693,23**
Imperatriz	2º	1.745,26	6,89	232.256	7.514,40	25,86	221,12	1.283,75
Balsas	3º	1.336,45	5,28	71.763	18.623,09	172,76	138,74	865,67
Açailândia	4º	677,59	2,68	103.609	6.539,85	122,09	243,01	261,41
Caxias	5º	526,18	2,08	143,682	3.662,14	24,65	78,30	331,65

Fonte: IBGE / IMESC, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Departamento de Contas Regionais e Finanças Públicas

Tabela 2 – Produto Interno Bruto 2005 – Comparativo entre Maranhão, São Luís e os municípios da Ilha do Marahnão

Localidade	Nº	PIB Milhões R$	% do PIB	População	PIB per Capita R$	VA Agro Milhões R$	VA Indústria Milhões R$	VA Serviços Milhões R$
MARANHÃO		25.325,86	100%	6.103.327	4.149,52	4.065,45	3.929,25	14.866,39
São Luís	**1º**	**9.340,94**	**36,88**	**978.824**	**9.543,03**	**15,85**	**2.156,51**	**5.693,23**
São José de. Ribamar	10º	276,24	1,09	130.448	2.117,66	16,21	39,34	196,35
Paço do Lumiar	20º	151,09	0,60	97.689	1.546,63	20,17	25,61	99,54
Raposa	67º	55,79	0,22	20.698	2.695,27	22,83	6,45	24,65

Fonte: IBGE / IMESC, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Departamento de Contas Regionais e Finanças Públicas

Igualmente importante nessa compreensão da dinâmica urbana, é que as atividades de comércio e serviços sempre estiveram relacionadas aos processos espaciais determinantes em São Luís e respondem atualmente pelo dinamismo deste setor, pois juntamente com o funcionalismo público, ele corresponde ao maior volume de capital e empregabilidade atualmente na cidade (Tabela3).

A concentração espacial de pessoas e atividades pode permitir a interpretação de importantes movimentos do capital e de ajustamentos na estrutura da cidade. Logo, as redefinições de centralidade informam muito da produção capitalista do espaço, bem como dos processos espaciais que modelam ou são modelados pelas atividades de comércio e serviços.

Ante o exposto, tornou-se necessário identificar a distribuição das atividades de comércio e serviços em São Luís.

A primeira aproximação foi estabelecida por meio de dois bancos de dados, o da Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís – MA, de 2007 e da Associação Comercial do Maranhão, de 2008, e, posteriormente, usamos o do Censo Empresarial SEBRAE – Maranhão, de 2008, para uma análise da permanência de informações já obtidas, isto é, se os percentuais encontrados nas primeiras coletas não havia sofrido grandes alterações. Os dados foram coincidentes aos anteriormente obtidos. Estas coletas de dados mostraram-se eficientes para a identificação da espacialização das atividades de comércio e serviços tendo em vista a abrangência de toda a cidade (Quadro de Percentuais), sua distribuição por bairros e as atividades econômicas estarem organizadas conforme a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), tabela desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional. Selecionamos entre as ati-

vidades econômicas desenvolvidas em toda cidade, somente as relacionadas ao comércio e os serviços, conforme o quadro a seguir (Quadro 3).

Tabela 3 – Unidades Locais, pessoal ocupado total em 31.12 e salários e outras remunerações, seção da classificação de atividades para São Luís – 2006.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE UNIDADES LOCAIS		PESSOAL OCUPADO		SALÁRIO E OUTRAS REMUNERAÇÕES (1.000 R$)	
	TOTAL	São Luís/MA	TOTAL	São Luís/MA	TOTAL	São Luís/MA
São Luís	**22.699**	**30,51**	**236.547**	**47,83**	**3.099.396**	**67,37**
- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	89	11,53	252	2,66	2.114	3,10
- Pesca	20	28,17	29	18,35	53	12,68
- Indústrias extrativas	29	25,22	159	25,00	1.669	32,25
- Indústrias de transformação	1.335	31,98	10.974	31,36	155.379	44,59
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	13	6,63	779	37,94	36.021	57,84
- Construção	1.096	52,79	16.647	77,88	119.185	73,73
- Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	11.989	29,38	46.684	40,49	239.264	46,72
- Alojamento e alimentação	1.017	51,44	6.887	65,67	29.021	68,84
- Transporte, armazenagem e comunicações	726	37,31	13.470	68,56	197.890	81,12
- Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados.	400	22,42	4.253	63,40	107.777	62,03
- Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.444	57,42	23.452	75,96	168.290	81,69
- Administração pública, defesa e seguridade social	85	15,80	79.927	43,01	1.676.486	72,56
- Educação	543	30,08	9.024	66,43	141.543	83,33
- Saúde e serviços sociais	825	51,79	9.782	68,40	101.738	81,37
- Outros serviços coletivos sociais e pessoais	2.088	16,98	14.228	48,81	122.967	71,97
- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/CEMPRE

Quadro 3 – Atividades econômicas selecionadas para análise

ATIVIDADES ECONÔMICAS	DESCRIÇÃO CNAE
Serviços	Atividades realizadas em domicílios por empregados contratados;
Comércio	Atividades de compra e venda de mercadorias por atacado e varejo;
Administração Pública	Atividades essencialmente não-mercantis, compreendendo a administração geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc., nas três esferas de governo);
Atividades administrativas e serviços complementares	Atividades de apoio administrativo relacionadas com contratação e colocação de pessoas, serviços de teleatendimento, de cobrança, organização de viagens, locação de máquinas e equipamentos, limpeza de prédios, paisagismos, serviços terceirizados;
Correio	Atividades de correio, de malote e entrega;
Informação e comunicação	Atividades relacionadas com edição, impressão, atividades cinematográficas, produção de vídeos, programas de televisão, som e áudio, rádio e televisão, serviços de tecnologia da informação, atividades de prestação de serviços de informação;
Eletricidade e gás e outras utilidades, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Atividades referentes a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, fornecimento de gás, de vapor e de água quente através de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos. Atividades de captação tratamento, gerenciamento da infraestrutura e de fornecimento ao consumidor de água. Atividades de coleta, disposição e tratamento dos resíduos sólidos;
Educação	Atividades de ensino público e privado, em qualquer nível e para qualquer finalidade, na forma presencial ou à distância;
Saúde e serviço social	Atividades de atenção à saúde humana, que cobrem todas as formas de serviços relacionados à saúde, e de serviços sociais;
Serviços financeiros	Atividades que envolvem a criação, liquidação e troca de propriedade de ativos financeiros, de seguros, capitalização, resseguros, previdência complementar, planos de saúde e as atividades de serviços de apoio às transações financeiras;
Transporte, armazenagem	Atividades relacionadas com transporte de passageiros ou mercadorias, armazenamento, carga e descarga, gestão e operação de terminais rodoviários, ferroviários, portuários, aeroportuários;
Outras atividades de serviços	Serviços pessoais, serviços de organizações associativas patronais, empresariais, profissionais, sindicais, de defesa de direitos sociais, religiosas, políticas, etc.; atividades de manutenção e reparação de equipamentos de informática, de comunicação e de objetos pessoais e domésticos. Os serviços pessoais incluem: lavanderias, cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, clínicas de estética, atividades funerárias e serviços religiosos.

Fonte: CNAE/IBGE

A decisão por este segmento de atividades se deu pela concentração das mesmas no centro urbano, entendimento teórico que buscamos durante todo o estudo, e, ser esta a melhor possibilidade de aproximação com a cidade, tendo em vista a importância histórica das atividades de comércio e serviços na evolução urbana, como vimos no primeiro capítulo. A localização seletiva do capital e os processos espaciais definem e redefinem os usos do solo e correspondentes áreas funcionais, tais como o centro, áreas residenciais, áreas industriais, etc. Pela abrangência da temática, optamos por discutir a localização dessas atividades no espaço intraurbano[25], pois como afirma Villaça (2001, p. 20) ele:

> é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, esco-

[25] Uso o termo espaço intraurbano somente para enfatizar o recorte territorial do estudo interno da cidade, pois anteriormente a cidade ocupava toda a Ilha do Maranhão, daí a influência em sua hinterlândia e regionalmente.

> la, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano.

Diante do volume de dados e a necessidade de se obter as informações para entender a espacialização das atividades de comércio e serviços em São Luís, tornou-se necessário um aglutinamento das atividades dos bairros em setores. Os bancos de dados trabalhados eram minuciosos e detalhavam as atividades em toda São Luís, os dados estavam distribuídos por bairros distribuídos por toda cidade, por categoria CNAE e quantidade. Fazendo uso de uma base digital com os bairros e arruamentos da cidade, que nos foi cedida pelo Instituto de Planejamento da Cidade da Prefeitura de São Luís, elaboramos uma setorização dos bairros considerando dois delineamentos importantes para o estudo: a contiguidade e período de formação. Portanto, enfatizamos que a setorização foi criada para a discussão das atividades de comércio e serviços e a atribuição do nome de um dos bairros a cada setor, contribuiu para facilitar as interpretações possíveis sobre a distribuição dessas atividades na cidade. A localização do bairro foi mantida, somente o nome do bairro de maior centralidade foi usado para abranger o conjunto de bairros servidos por atividades e comércios comuns, diferenciando-o dos demais setores. Esta setorização possibilitou a elaboração de um mapa que procura dar visibilidade para a localização das áreas urbanas melhor servidas por atividades de comércio e serviços em São Luís.

Procedemos a uma pesquisa de campo para identificação dos pontos de maior dinamismo comercial e/ou de serviços em cada conjunto de bairros e georeferenciamento dos mesmos. Como afirmamos anteriormente, os vinte e dois setores foram designados pelo nome do bairro melhor equipado e/ou mais antigo dentre o conjunto dos bairros incluídos. Cabe fazer uma ressalva quanto ao setor do Olho d'Água, pois este passou por um intenso processo de ocupação não planejada e, as formas atuais não apareceram desmembradas nos dados fornecidos pelo Instituto de Planejamento da Cidade.

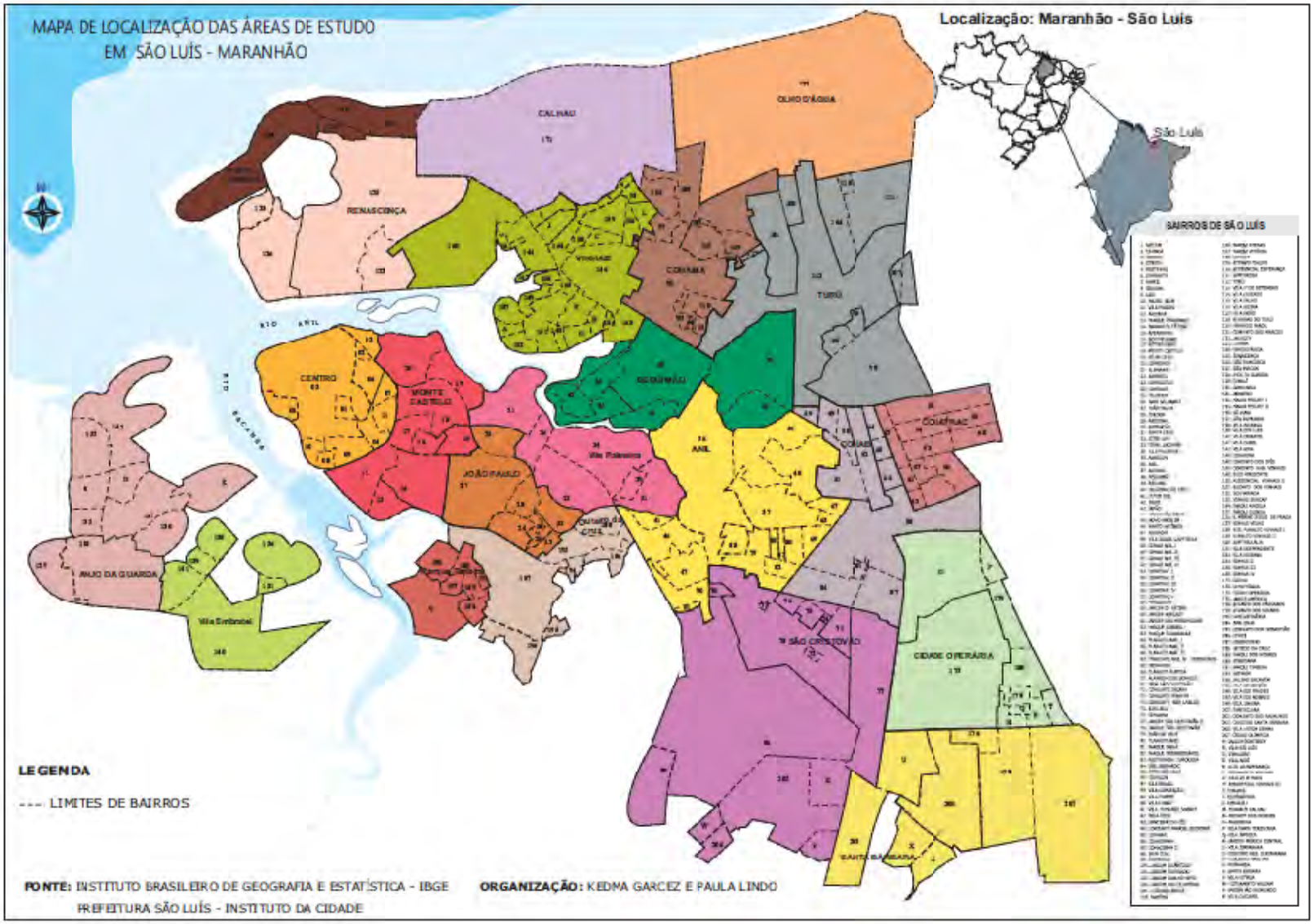
A análise da coleta de dados apontou uma concentração espacial, na qual a centralização das atividades de comércio e serviços expõe uma desigual distribuição espacial dessas atividades. Decerto, a expansão da mancha urbana induziu grandes mudanças nas formas e fluxos na cidade. Em São Luís, não restam dúvidas que os movimentos de formação ou de esvaziamento de centralidades integram dinâmicas urbanas oriundas de interesses do capital. A efetividade da contribuição do Estado para configurar ou redefinir os setores urbanos, é vista tanto nos planejamentos, legislação, regulamentações, obras e equipamentos urbanos,

quanto nas mudanças e suas implicações no declínio e perda de papéis de uma área para outros locais.

Quadro 4 – Setorizações e pontos de grande dinâmica comercial e/ou serviços

SETORES	PONTO DE MAIOR DENSIDADE COMERCIAL E/OU SERVIÇOS	FORMAÇÃO
1. ANJO DA GUARDA	Praça do Anjo da Guarda- S 05°74'27. 5" W 97°16'72.8"	1970
2. VILA EMBRATEL	Av. Sarney Filho/Praça Sete Palmeiras- S 05°76'82. 2"W 97°16'00.5"	1980
3. CENTRO	Praça João Lisboa- S 05°77'48. 7" W 97°20'46.9"	ATÉ 1958
4. MONTE CASTELO	Av. Camboa – S 05°90'00. 7" W 97°20'66.4"	1960
5. JOÃO PAULO	Av. João Pessoa – S 05°81'00. 2" W 97°18'73.3"	1960
6. COROADINHO	Av. Amália Saldanha/Rua São Sebastião - S 05°81'86. 2" W 97°16'93.6"	1990
7. VILA PALMEIRA	Av. Gênis Soares - S 05°82'81. 7" W 97°18'79.6"	2001
8. OUTEIRO DA CRUZ	Praça do Outeiro da Cruz-S 05°82'88. 0" W 97°18'14.4"	2001
9. ANIL	Av. Casemiro de Abreu- S 02°32'57.3" W 44°14'26.2"	1965
10. SÃO CRISTÓVÃO	Av. Guajajaras - S 05°85'09.4" W 97°15'71.1"	1970
11. CIDADE OLÍMPICA	Av. Jailson Viana - S 05°90'58.8" W 97°13'76.4"	2001
12. CIDADE OPERÁRIA	Av. Principal - S 05°89'91.6" W 97°15'47.2"	1980
13. COHAB	Av.Jerônimo de Albuquerque -S 02°32'29.1" - W 44°13'05.0"	1976
14. COHATRAC	Av. Leste-Oeste- S 02°32'29.9" W 44°12'23.4"	1978
15. TURU	Av. Rei de França - S 05°86'14.1" W 97°21'71.1"	1979
16. COHAMA	Av. Daniel de la Touche - S 05°84'17.6" W 97°22'60.4"	1975
17. BEQUIMÃO	Av. Martins Pena - S 05°83'19.5" W 97°20'40.3"	1979
18. VINHAIS	Av.Jerônimo de Albuquerque - S 05°83'19.5" W 97°20'40.3"	1979
19. PONTA D'AREIA	Av. dos Holandeses - S 05°76'89.2" W 97°23'99.0"	1970
20. RENASCENÇA	Av. Castelo branco - S 05°77'46.1" W 97°23'48.3"	1980
21. CALHAU	Av. dos Holandeses - S 05°82'10.3" W 97°24'58.5"	1980
22. OLHO D'ÁGUA	Av. dos Holandeses - S 05°85'67.7" W 97°24'59.1"	1960

Fonte: Uma leitura da cidade, 2006 e SEMTURB – Prefeitura Municipal de São Luís: 2001. Organizado pela Autora.


MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO
EM SÃO LUÍS - MARANHÃO
Localização: Maranhão - São Luís
São Luís
BAIRROS DE SÃO LUÍS
CAOHAO
OLHO D'ÁGUA
RENASCENÇA
COHAMA
TURU
CENTRO
MONTE CASTELO
SÃO FRANCISCO
COHAB
COHATRAC
JOÃO PAULO
Vila Palmeira
ANIL
ANJO DA GUARDA
Vila Embratel
SÃO CRISTÓVÃO
CIDADE OPERÁRIA
SANTA BÁRBARA
RIO ANIL
RIO BACANGA
LEGENDA
--- LIMITES DE BAIRROS
FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PREFEITURA SÃO LUÍS - INSTITUTO DA CIDADE
ORGANIZAÇÃO: KEDMA GARCEZ E PAULA LINDO

2.2 ÁREA CENTRAL DE SÃO LUÍS: A EXPRESSÃO TERRITORIAL A PARTIR DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

A Área Central de São Luís resulta do processo espacial de centralização do capital. Em nenhum outro setor do município e/ou nos demais municípios da Região Metropolitana têm-se maior intensidade das atividades de comércio e serviços. Essa concentração espacial contou desde o início do século XX com duas condições determinantes, uma relacionada com a atividade industrial e a outra relacionada com o sistema de transportes e comunicação. A fixação do capital, ao longo dos sistemas urbanísticos implantados, sob a égide do Estado, desvenda como a produção, o consumo, à circulação das mercadorias convergem para as áreas de maior acessibilidade e de concentração populacional.

Para Corrêa (2000), a centralização tornou-se "interesse de estudiosos do fenômeno urbano, a partir do começo do século XX". Esses processos acontecem na esteira da Revolução Industrial e dos eventos subsequentes, como expressão dos arranjos que a cidade precisou fazer para se ajustar às intensas transformações em seu tecido urbano.

Para Johnson (1974) as principais características do centro da cidade são a acessibilidade, a verticalidade e a ausência de população residencial. Essas expressões territoriais expostas de forma descritiva abriram discussões importantes sobre as contradições do urbano, manifestadas em estruturas que podem ou não favorecer a qualidade de vida, além de permitir a visibilidade dos agentes e das possíveis lógicas de produção do espaço, entre outros. Conquanto as dinâmicas atuais imprimam novas morfologias urbanas e redefinição da centralidade urbana no interior das cidades, conforme Sposito (1996, p.114), essas caracterizações comunicam conteúdos urbanos importantes para São Luís.

Assim que, para esse autor, existe um "setor da cidade ao qual se pode chegar com maior facilidade desde o restante da área edificada. É também a parte mais acessível em geral para os que vivem dentro da esfera de influência da cidade, especialmente se fazem uso de transportes públicos" (JOHNSON, 1974, p. 155). Dessa forma, a acessibilidade é fator dominante na caracterização do centro da cidade. É fato que algumas grandes cidades e/ou metrópoles modernizaram seus sistemas viários e de transportes assegurando acessibilidade em toda a cidade. Seria, portanto a maior acessibilidade para determinado setor o que permitiria a identificação do centro urbano.

A discussão sobre acessibilidade em Johnson (1974, p. 156) relaciona a forte influência da localização no centro urbano às redes de comunicação e de transportes, com a

concentração das atividades de comércio e serviços. As estruturas urbanas em que predominam áreas e eixos comerciais e de serviços importantes e construções verticalizadas para uso comercial são organizadas hierárquica e seletivamente. O capital tem suas estratégias para assegurar a fluidez de todos os atributos desse solo urbano, validando a sinergia das atividades que, nessa área, advém das chamadas economias de aglomeração.

Em São Luís, o único setor que tem acessibilidade garantida é o centro urbano, embora o custo da viagem e o tempo gasto sejam fatores restritivos. Esta dinamicidade é dada a partir de um sistema integrado de transportes públicos. Conforme dados oficiais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, toda área urbana e rural do município tem acessibilidade para o centro da cidade: Praça Deodoro e adjacências, que é assegurada por meio de 72% da frota operante, o que equivale a 662 ônibus do Sistema Integrado de Transportes que fazem percursos diretos e parada na área central. Os demais têm acesso ao centro da cidade através dos terminais de integração, que dão cobertura para todos os municípios da Ilha. A centralização seletiva é reafirmada no movimento intenso apontado na curva de oferta de viagens que é maior nos horários que coincidem com o horário comercial da área central, onde estão concentrados os postos de trabalho e a oferta de bens e serviços.

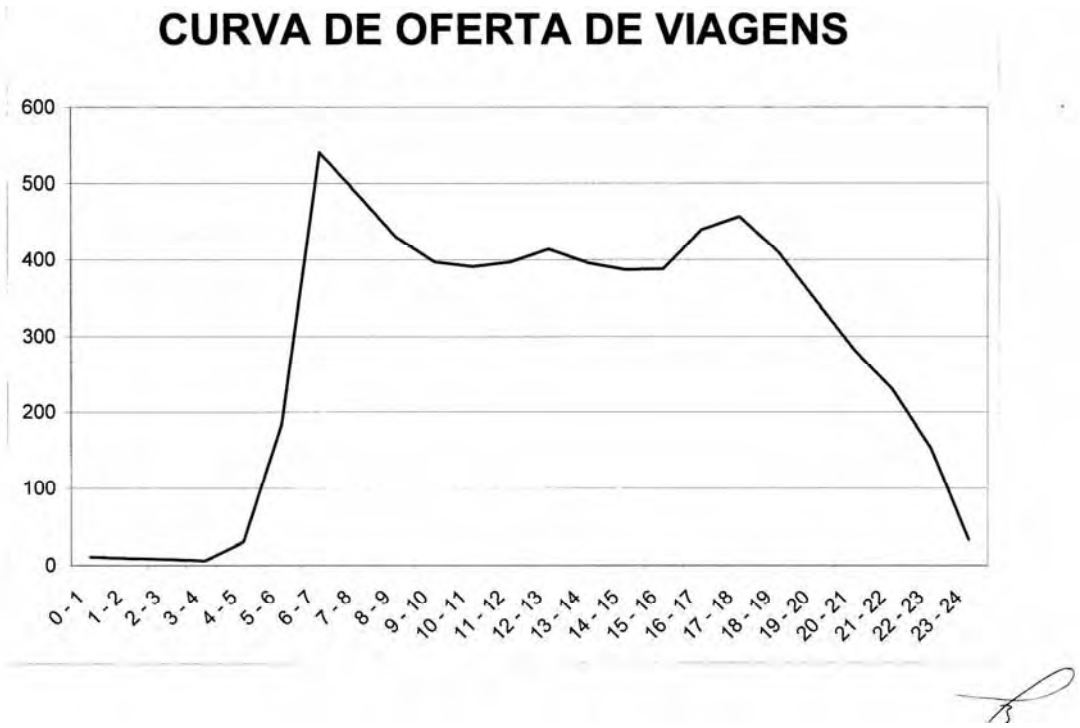


Gráfico 1 – São Luís. Movimento diário de passageiros no terminal rodoviário da Praia Grande, 2008

Tal observação é enfatizada, também, por Mckenzie (1926) ao afirmar que "a centralização é uma função do transporte e da comunicação". A identificação dos agentes, dos interesses que expressam a lógica que comanda os arranjos na cidade e suas combinações refletirão os movimentos e as tendências do conteúdo social e suas respectivas formas espaciais. Em vista desses processos, alguns centros tendem a afastar-se para áreas residenciais das populações com maior poder aquisitivo. Os centros locais de negócios são mais móveis, refletindo com bastante exatidão as tendências locais de segregação e fluidez. Portanto, esses e outros centros põem em evidência a importância da concentração e de fluidez como determinantes na sua distribuição.

Outra característica do centro urbano descrita por Johnson é a verticalização, cuja materialidade expressa a maior valorização do solo urbano nas áreas centrais. A localização central é uma mercadoria disputada devido à "mais elevada densidade de utilização do solo, que se reflete na concentração de edifícios com muitos andares e cujos preços alcançam valores máximos". Em geral, o centro das grandes cidades pode ser identificado pela concentração de edifícios. Entretanto, é oportuna a ressalva do autor sobre ser esta característica inicialmente predominante nas cidades norte-americanas, estendendo-se posteriormente no cenário urbano mundial (JOHNSON, 1974, p. 160).

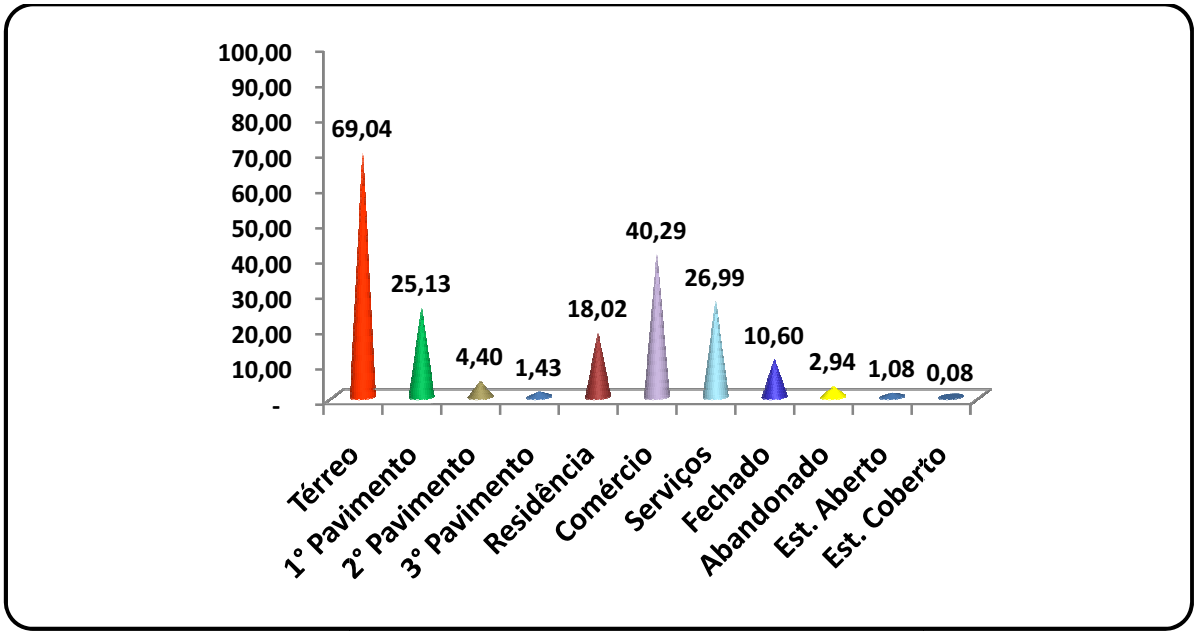


Gráfico 2 – São Luís. Uso do solo do núcleo da área central. 2009.
Fonte: Pesquisa de campo

Este é um grande diferencial no centro urbano de São Luís. O conjunto urbano da área central de São Luís coincide como a Zona de Preservação Histórica, incluída na Lista do

Patrimônio Mundial da UNESCO, sendo uma área de tombamento federal, estadual e municipal, portanto essa caracterização não é observada em sua a área central. Portanto, as atividades de comércio e serviços estão dispostas numa escala horizontal em cerca de 70% em prédios térreos (Gráfico 2).

A pesquisa de campo constatou outra característica dos centros urbanos para Johnson (1974), que é a progressiva diminuição da população residencial neste setor da cidade e a expansão das atividades comerciais. No caso de São Luís, nas ruas que correspondem ao núcleo do centro urbano a população residencial é de 18,02%. Esta realidade, comum em outros centros urbanos, segundo Johnson (1974) ao fazer alusão a outros autores para os quais a redução da população residencial provocaria a "morte da área central", ou o centro seria um "coração morto". Ele justifica sua discordância ao apontar que o distanciamento da população do centro se dá somente à noite, pois durante o dia há intensa concentração de pessoas, carros etc., o que mantém a centralidade desta área, assegurando a sua maior atratividade no conjunto do espaço urbano. O que também é verdadeiro para São Luís, pois nos horários de funcionamento das atividades comerciais é intensa a frequentação nesse setor da cidade.

Para o referido autor, mesmo sendo áreas que concentrem edifícios residenciais, ou núcleos históricos que exerçam atratividade nas cidades, essa área tem perdido população residencial. A concentração das atividades típicas das áreas centrais em setor que poderia ser percorrido a pé em pouco tempo deixou de ser vantagem para aqueles que tiveram que morar em outros locais. Portanto, a expansão dessa área, o aumento das aglomerações de pedestres em movimentos pendulares e a melhoria do transporte público têm estimulado mudanças no padrão de uso desse solo urbano.

Efetivamente a distribuição das atividades de comércio e serviços nesse setor da cidade expõe a importância dos processos espaciais de concentração e centralização. A sobreposição de funções político-administrativas, financeiras, comerciais tendo como resultante o maior número de empregos e o maior volume de capital, a ausência de outra área que se aproxime em nível de centralidade no conjunto urbano ou em outro município da Região Metropolitana, ampliam as economias de aglomeração já localizadas e provocam arranjos que fazem desse o setor mais dinâmico da urbe. Decerto, é uma centralidade diurna que, estruturada pelo sistema de transportes urbanos, consolida a força dessa área central.

Então, essa especialização tende a ser mais forte nas áreas centrais que têm preço do solo mais elevado, nas quais os investimentos devem retornar com o máximo de vantagens e lucros. Logo, são as áreas com maior densidade de veículos, pessoas e atrações. Desse mo-

do, Johnson (1974) reafirma o poder concentrador do centro urbano de uma cidade moderna ao agrupar as atividades do CBD. Tal observação ajusta-se ao entendimento que pode ser dado à especialização da área central em São Luís. As atividades típicas do CBD, ou seja, do núcleo da área central, encontram-se fortemente concentradas na Rua Grande, Rua da Paz, Rua do Sol e Rua de Santana e nas ruas transversais, a ser discutido mais adiante.

Todavia, esta é uma questão importante em nossa discussão, pois reúne elementos sobre a permanência do centro único e polarizador ou debate a forte retenção de papéis centrais que mantém uma alta frequentação no centro principal. A pesquisa mostrou que o pequeno número de subcentros e a capacidade de oferta de bens e serviços que eles oferecem, reforçam a centralidade urbana neste setor, como discutiremos a seguir. Mas, foram as obras viárias que a cidade recebeu a partir da década de 1960, as grandes indutoras da expansão do tecido urbano, da configuração de novas formas urbanas e redefinições de centralidades, a exemplo da ocupação das áreas litorâneas pelas populações de maior poder aquisitivo e as demais para as áreas rurais, distantes do centro e com infraestrutura precária.

Esse deslocamento populacional provocou uma mudança do padrão locacional, pois as residências da área central passaram por adaptações para abrigar pequenas lojas, principalmente nas ruas mais bem servidas por transporte público, isto é próximo a Praça Deodoro, excetuando as grande lojas de departamentos é o comércio varejista que se destaca de imediato no centro da cidade.

O estudo de Johnson descreve os vários tipos de comércio e serviços concentrados espacialmente no centro da cidade. A notabilidade desses processos espaciais pode ser conferida na dinâmica e na força dos movimentos empreendidos e diferenciados pelo volume do capital nesta área da cidade. Esses disputam e se localizam em pontos nodais ou nas vias mais privilegiadas, ampliando as possibilidades da acumulação capitalista por meio da maior circulação de pessoas, atividades e fluxos crescentes.

Por sua vez, outros conflitos emergem na produção e consumo desse espaço pelos que se deslocam nesse setor, seja como portadores da força de trabalho ou não, na ação dos profissionais liberais, nos sindicatos e nas representações sociais, entre outros. Portanto, a propositura do autor trata da identificação das relações que aí se (re)definem, expondo a espacialidade que se forma na estruturação urbana. Whitacker (1997, p. 111-112) comenta-a:

> Também três tipos básicos de comércio se dariam no centro: estabelecimentos de grande volume de vendas (magazines e cadeias de lojas), estabelecimentos de menor volume de vendas, porém com grande volume de dinheiro

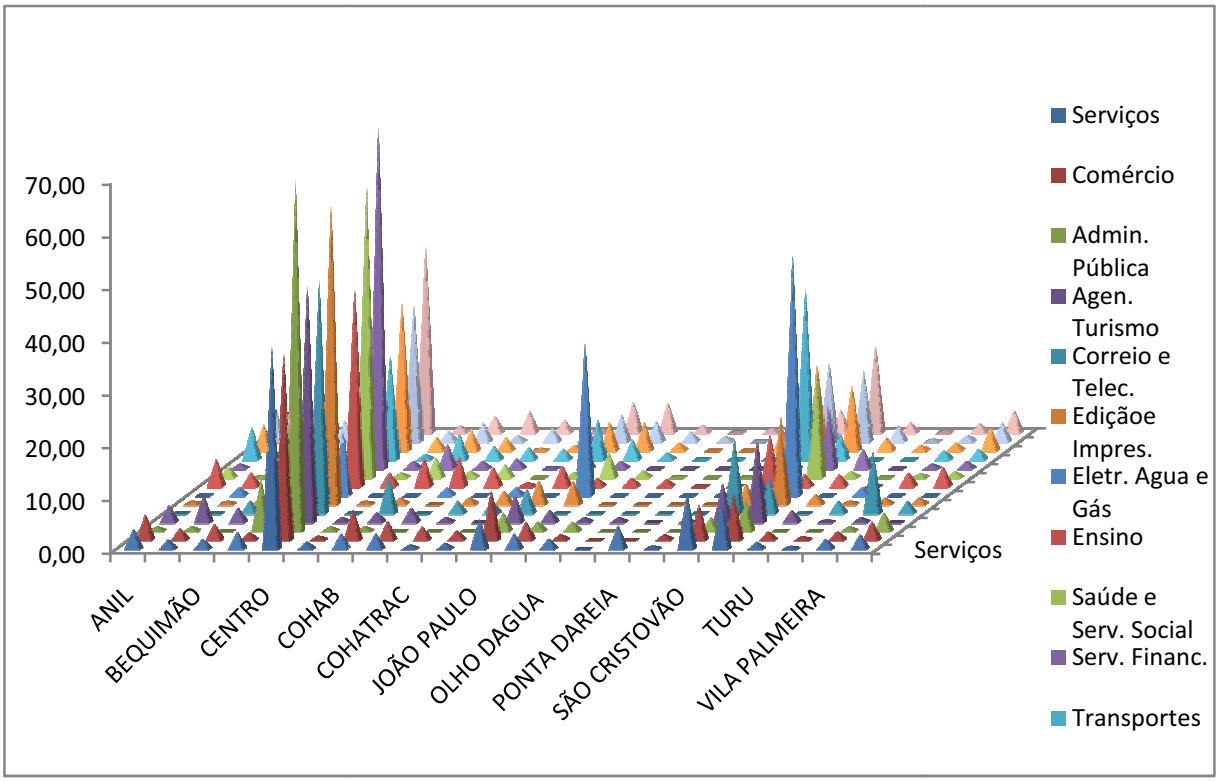
> por vendas unitárias, voltadas para uma população diferenciada de alto poder aquisitivo, como joalherias e galerias de arte, e estabelecimentos de comércio especializados (como uma livraria técnica). O primeiro tipo de comércio descrito tenderia a localizar-se nas ruas principais, devido ao maior fluxo de pessoas; o segundo tipo também procuraria por um localização mais central, por necessitar "captar mais atenção do público" e ser identificada com uma área de certo status, o terceiro tipo, tenderia a se localizar nas ruas secundárias. [...] localizar-se-iam na área central também um grande número de escritórios (públicos, privados, sedes de empresa, profissionais liberais) que se beneficiariam mutuamente de sua proximidade e se aproveitariam do fator acessibilidade por mais um aspecto: a facilidade de acesso para seus empregados. [...] Concomitantemente a estas atividades, estariam localizadas na área central restaurantes, barbearias, bares etc., com o intuito de atenderem aqueles que trabalham e passam pelo centro urbano. Tais atividades tenderiam a se localizar também nas ruas secundárias do centro.

Os conteúdos socioespaciais desse setor podem agregar/negar possibilidades locacionais que são determinantes para a qualidade de vida na cidade. Em São Luís, a permanência dessa concentração das atividades de comércio e serviços, dos postos e das oportunidades de trabalho nesse setor, redimensiona o viver e o sobreviver na cidade. Outro componente urbano importante na discussão da cidade e, portanto a ser destacado em São Luís, conforme Sposito (1983) é o fator acessibilidade/proximidade ao centro. A expansão do tecido urbano que ocorreu a partir de 1950, deu visibilidade às desiguais possibilidades de consumo da cidade, uma vez que a concentração, a precariedade ou inexistência de sistemas viários e de transportes, encarecem, limitam ou impossibilitam o consumo na cidade.

O papel de comando das centralidades econômicas e culturais ainda está vinculado ao centro urbano de São Luís, embora o ritmo das atividades produtivas seja muito lento, devido o volume de capital e intensidade da concentração das atividades terciárias. Esta concentração ressalta, no contexto de São Luís, a questão que considera a expansão do tecido urbano e a possibilidade de apropriação espacial de uma cidade tão centralizada e que por certo restringe o direito à cidade para todos os citadinos, notadamente para aqueles que estão distantes do centro. Embora não sendo alvo deste estudo, é significativo ratificar nessa discussão o fato desta centralidade urbana ser extensiva a todos os municípios da Ilha do Maranhão, no fornecimento de bens e serviços, excetuando os serviços públicos de modo geral, pois os serviços de saúde mais especializados e o ensino superior estão centralizados em São Luís.

A evidência de uma área central (Gráfico 3) tão expressiva no conjunto urbano abriu possibilidades consistentes para a discussão sobre as tendências dessa área central e das novas centralidades que estão sendo definidas. Podemos pensar a abrangência da centralidade urbana dessa área central, "isto é, todo espaço está carregado de significação, mas além disso, como há uma hierarquia social implícita nesta valorização simbólica, existe também uma hie-

rarquia na organização social", conforme Castells (1983, p.64). Portanto, a relevância da temática se expressa tanto pela influência local quanto regional de São Luís.



Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2009

Gráfico 3 – São Luís. Espacialização das atividades de comércio e serviços

Tal fato decorre de que até a década de 1950, na Ilha do Maranhão havia a estrutura municipal de São Luís. De fato, a implantação dos sistemas viários e de transportes públicos foram, também, grandes indutores da expansão do tecido urbano e estimularam a criação dos outros municípios atualmente localizados na ilha. A Lei Nº. 758, de 24 de setembro de 1952, instituiu o município de Ribamar, que posteriormente recebeu a denominação de São José de Ribamar, formado na época por três distritos, um com sede em Ribamar, o segundo com sede no povoado da Mata e o terceiro no povoado Vila do Paço. A Lei Nº. 1890, de 7 de dezembro de 1959, criou o município de Paço do Lumiar, desmembrado do município de Ribamar. A Lei Nº. 6132, de 10 de novembro de 1994, criou o município de Raposa, desmembrado do município de Paço do Lumiar . Em pesquisa de campo, constatou-se que as cidades de São José de Ribamar, da Raposa e de Paço do Lumiar, que integram a Região Metropolitana, são servidas por subcentros de bairros do município de São Luís, exceção feita ao subcentro do Maiobão (Figura 20).



Figura 20 – São José de Ribamar. Paço do Lumiar. Raposa e o Subcentro do Maiobão, pertencente a Paço do Lumiar. 2009

Fonte: Prefeitura de São Luís e pesquisa de campo

Essa inter-relação das formas com as funções evidenciadas, entre outros, pela participação das atividades de comércio e serviços na estruturação urbana, dão visibilidade às contradições dos processos socioespaciais em São Luís. Quanto maior for essa concentração, tanto maior será a diferenciação espacial, vista na acumulação do capital, na desigual possibilidade que as pessoas têm de fazerem uso do espaço urbano, no qual estão implícitas questões fundamentais da vida humana, tais como: o trabalho, o desenvolvimento pessoal, as trocas, a saúde, o lazer etc. O estudo de Johnson, a nosso ver, antecipou as discussões atuais sobre o

centro, centros secundários e novas centralidades. O centro (e os subcentros, centros secundários ou novos centros) aqui entendido em sua expressão de "perenidade" e a centralidade percebida nos fluxos e na fluidez dos processos intraurbanos, conforme Whitacker (1997).

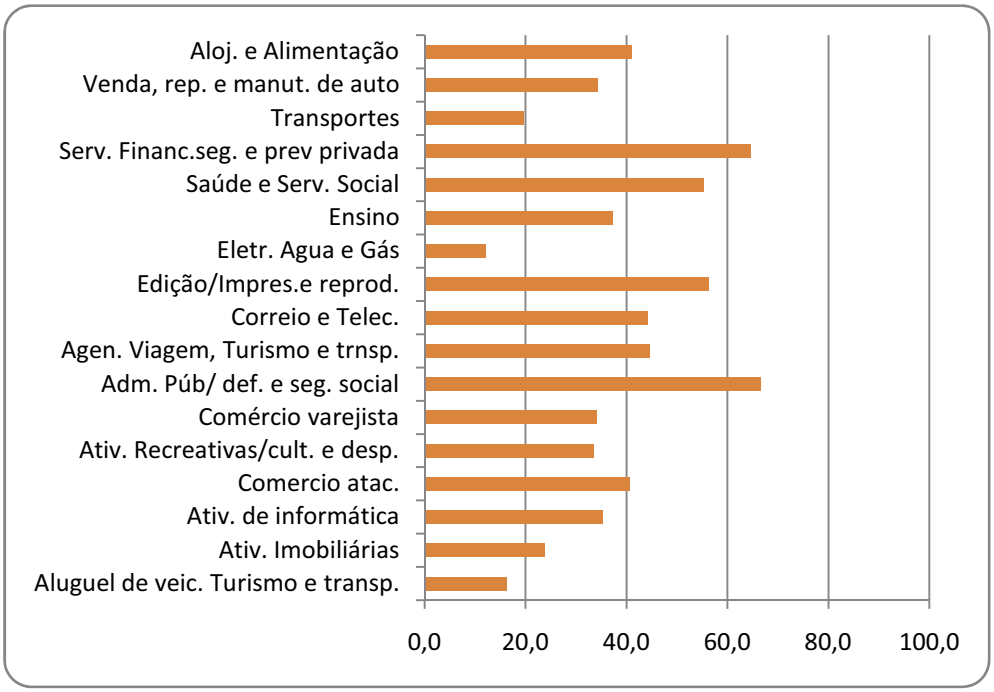
Além disso, a importância dessa concentração de comércio e serviços no centro de está associada ao consumo da cidade. Em São Luís e nos demais municípios da Ilha, no imaginário coletivo, "ir à cidade", como referiu Duarte (1967) e Whitacker (1997) , entre outros, é deslocar-se para a área de maior dinamismo das atividades terciárias no conjunto urbano, setor que denominamos de núcleo da área central, parte de nossa discussão no próximo capítulo. O centro ou a área central e o seu núcleo, ainda hoje em São Luís, materializam e podem sintetizar o que pode ser oferecido para o atendimento às necessidades da população.

Tal fato decorre do "sistema de ações" que, para Santos (2008, p. 82), resulta "de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções" que transformam cidades ou parte delas em foco de atração para os proprietários dos meios de produção ou o Estado. A localização das condições qualitativas e quantitativas privilegia algumas cidades e/ou setores, ampliando a integração interna e as articulações externas. Corrêa (2000), dentre outros autores, ressalta a importância dos terminais de transportes coletivos na concretização desses atributos e possibilidades de agregar maior valor ao solo urbano, tais como a acessibilidade, economias de aglomeração etc. Portanto, observa-se que a localização na Área Central traz vantagens "capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados".

Em São Luís, o setor que designamos área central (Gráfico 4) tem sua delimitação proveniente da Lei 3.253, de 29 de dezembro de 1992[26] e inclui os bairros: Apicum, Camboa, Centro, Coreia, Desterro, Diamante, Fabril, Goiabal, Madre Deus, Vila Passos e Lira, entretanto as dinâmicas urbanas na atualidade fluem nos bairros do Desterro e Centro.

As cinco últimas décadas trouxeram mudanças espaciais e sociais na distribuição dos comércios e serviços nas cidades. A pesquisa apontou que essa distribuição ainda permanece concentrada em São Luís, pois a cidade ainda não recebeu alterações significativas devido à implantação de grandes equipamentos de comércio e serviços, tais como grandes shopping centers ou cadeia de hipermercados de abrangência nacional, entre outros. A localização desses equipamentos em São Luís está nos conjuntos urbanos que concentram as populações com maior poder aquisitivo.

[26] Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências.



Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

Gráfico 4 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no Centro.

O centro urbano, ou área central, não perdeu a sua importância, porém a diversificação das possibilidades de atendimento das necessidades das populações em ambientes construídos, tornaram o consumo uma estratégia de acumulação do capital e de redefinição de centralidades. Portanto, buscando entender os processos espaciais subjacentes nessa espacialização, discutimos centralidade, conforme Whitacker (1997, p.161), que explica:

> a centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, da expressão em nível de espaço do que os estudiosos chamavam há algum tempo de divisão social do espaço ... os centros urbanos são (então) a organização espacial da configuração, do intercâmbio e da coordenação, na sua relação com o processo da divisão social do trabalho.

A discussão sobre uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade, conforme Santos (1994), trouxe entendimentos sobre a importância do centro e demais formas apontadas na espacialização das atividades de comércio e serviços em São Luís. Na área central da cidade estão cristalizadas as divisões sociais e territoriais do trabalho, revelando uma produção e a reprodução social para atender interesses externos. Os demais setores foram sendo ajustados pela própria a cidade, configurando a participação espacial dos agentes sociais, movimentos e estruturações. A crise deflagrada com a decadência da economia algodoeira em São Luís é um bom exemplo do processo indissociável de urbanização e a cidade. O declínio desse setor provocou grande impacto socioeconômico no contexto urbano e

pode ser relacionada com redefinições de outras centralidades, formação e/ou consolidação de subcentros, desdobramento da área central, e outros.

2.3 DISCUTINDO OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO DA CENTRALIDADE

O distanciamento entre a Área Central e o restante da cidade é determinante para "a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, levando as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros" conforme Corrêa (2000). Esse processo de descentralização do comércio varejista começou na década de 1920, em várias cidades norte-americanas. Desse modo, a configuração espacial da cidade torna-se mais complexa, pois "a competição entre firmas comerciais pressupunha anteriormente uma localização central; agora, adicionalmente, várias localizações descentralizadas".

A visibilidade da distribuição das atividades de comércio e serviços por setores (Mapa 3) abriu nossa discussão sobre a desconcentração e a descentralização. Efetivamente, as contradições criadas apontam movimentos que circunscrevem o apropriar-se da cidade aos que têm acesso aos bens, às informações e aos serviços disponíveis em determinados setores da cidade, enquanto os demais citadinos amargam a escassez das oportunidades que nela estão concentradas.

Ribeiro Filho (2004) explicita a desconcentração a partir dos estudos de Charles Colby (1930, 1958). Ele pontua a identificação "das forças centrífugas que estão relacionadas aos agentes de repulsão das atividades de comércio e serviços para fora da Área Central"; nesses casos, a concentração de pessoas, veículos e a saturação da infraestrutura agregam mais dificuldades que vantagens, novas dinâmicas e formas espaciais decorrentes, o que no-estimula a desconcentração.

Dessa forma, as mudanças que ocorrem na Área Central e que impõem migrações funcionais notadamente em seu núcleo, segundo Colby (apud Ribeiro Filho, 2004, p. 161), podem estar relacionadas aos agentes de repulsão tais como: alto valor monetário do solo urbano devido aos aumentos, impostos e aluguéis, trânsito congestionado por pedestres e veículos, alto custo dos sistemas de transportes e comunicação, impossibilidade de expansão das atividades, ausência e perda de amenidades, grandes exigências legais e tributárias que limitam as ações dos usuários.

Igualmente foram identificados, pelo referido autor, agentes de atração das áreas não-centrais existentes ou a serem criados, a saber: grandes parcelas de terras desocupadas de baixo custo e menores impostos, infraestrutura implantada, facilidades de transportes, qualidades atrativas do sítio, como demografia e drenagem, legislação flexível ou inexistente para o uso ou controle do solo, a presença de amenidades físicas ou sociais (RIBEIRO FILHO, 2004).

Considerando que nossa pesquisa não tinha a abrangência para identificar os agentes de atração e repulsão, empreendemos a possibilidade de uma leitura de São Luís, a partir de indicadores presentes em todos os setores estudados, a saber: o comércio, e os serviços de educação e saúde. Selecionamos a função comercial devido sua permanência e produtividade na história urbana da cidade. Os dois serviços essenciais, um voltado para a saúde humana e social esteve majoritariamente concentrado no centro até a década de 1980, e o outro, das atividades educativas, eram descentralizadas somente no ensino fundamental e, nos demais níveis somente a partir da década de 1990.

A descentralização manifestou que a distribuição de serviços essenciais para a população de baixa renda traduz ainda a tímida participação do Estado na organização espacial de uma cidade para todos. Entretanto, a atuação do capital individual ou coletivo na educação e saúde atraiu outras economias de aglomeração, configurando tendências de novas formas espaciais, tais como: desdobramento da área central no Renascença, a consolidação dos subcentros da COHAB, João Paulo e o novo subcentro do São Cristóvão. Os setores que apresentam maior centralidade são os que concentram as populações de maior poder aquisitivo, validando a acumulação interminável do capital.

Considerando a lógica de produção do espaço urbano a partir das reflexões feitas por Corrêa (2000), torna-se evidente que "no capitalismo monopolista há centralização do capital e descentralização espacial". Esses dois processos guardam em suas dinâmicas características espaciotemporais importantes quando associadas ao capitalismo em suas diversas fases. O poder do capital para criar e fixar as estruturas do seu interesse, aproximar as atividades das matérias-primas, estabelecer locais centrais é tão presente quanto no "aparecimento de núcleos secundários de atividades comerciais que geram economias de transporte e tempo, induzindo a um maior consumo, o que é do interesse do capital produtivo e comercial". Portanto esses movimentos viabilizam a acumulação capitalista em geral.

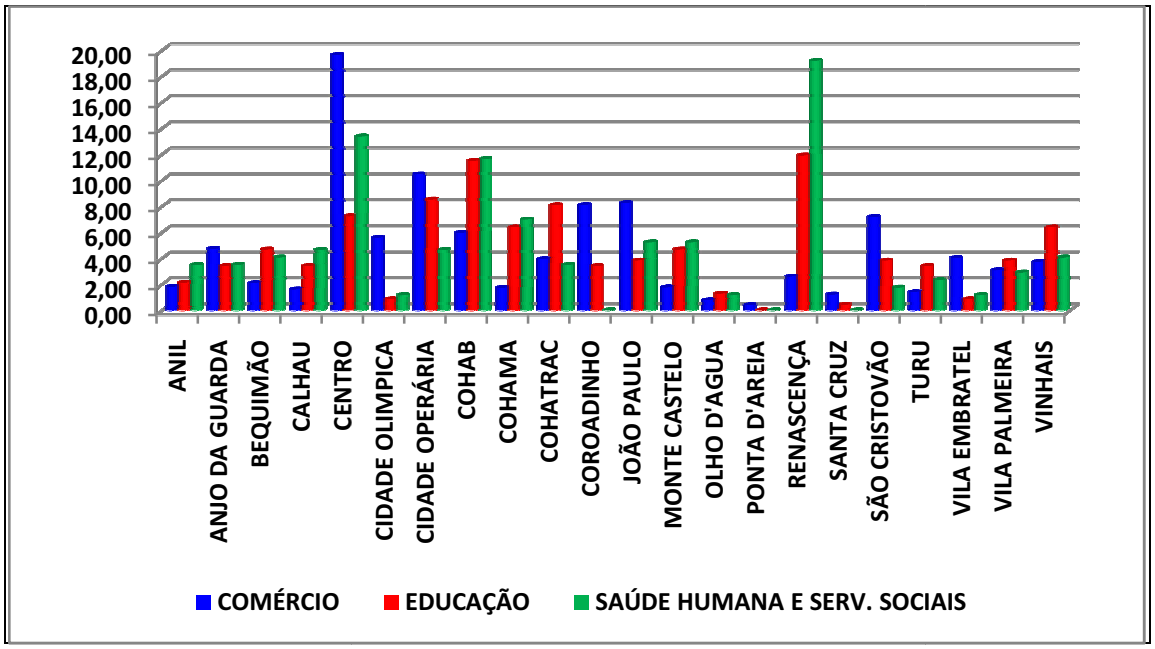


Gráfico 5 – São Luís. Distribuição do comércio e serviços de educação, saúde e serviços sociais.
Fonte: SEBRAE, Cadastro empresarial em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2008

Corrêa (2000, p. 48) alerta que:

> A descentralização do capital comercial, por outro lado, tende a levar ao desaparecimento das firmas dos bairros, pequenas firmas sem economias de escala, incapazes de concorrerem com as grandes, estruturadas em cadeias de lojas comandadas da Área Central: isto é particularmente marcante para certos gêneros comerciais.

Efetivamente, segundo Ribeiro Filho (2004), a descentralização do comércio varejista provoca uma discussão necessária dos padrões de localização na compreensão da configuração espacial urbana. A ela estão associadas as "transformações da estrutura comercial das grandes cidades" e, entre outros, ele destaca os estudos de: Proudfoot (1930), Kelley (1970), Vance (1970) e Berry (1968). No caso de São Luís, a pesquisa mostrou a importância dessa descentralização para a geração dos núcleos secundários. O padrão de localização dessas centralidades apontou uma diferenciação socioespacial extremamente desigual na oferta de comércio e de serviços, em maioria os públicos, excetuando-se o Renascença, o João Paulo, a COHAB e o São Cristóvão, nos demais na estrutura comercial predominam os mercados públicos de bairro e pequenos comércios de bairro, a exemplo da rua Amália Saldanha e Avenida Principal da Cidade Operária, que podem ser consideradas de bem equipadas para atender as populações de baixa renda.



Av. Colares Moreira - Renascença Av. João Pessoa –João Paulo

Figura 21 – São Luís. Diferenciação socioespacial entre setores Renascença e João Paulo



Av. Amália Saldanha- Coroadinho Av. Principal da Cidade Operária

Figura 22 – São Luís. Diferenciação socioespacial nos setores Coroadinho e São Cristovão

Assim, podemos pensar a formação dos centros secundários no contexto dos movimentos qualitativos e quantitativos do capital, "campo para novos investimentos e reprodução", segundo entende Corrêa (2000, p. 49). A natureza seletiva da descentralização que é dada em diversas especificidades, a saber: de atividade, de tempo, de divisão territorial do trabalho, de tamanho da cidade e de território, compõe uma estrutura de grande complexidade

urbana. Entretanto, conforme o autor, ela foi viabilizada "pelo desenvolvimento de meios de transporte mais flexíveis, como ônibus, caminhão e automóvel, não mais presos aos trilhos e resultou também do interesse dos proprietários fundiários e promotores imobiliários" (CORRÊA, 2000, p. 46-47).

Buscamos um entendimento sobre a espacialização das atividades de comércio e serviços nos demais setores de São Luís para as quais as contribuições de Corrêa (2000a e 2000b), Mckenzie (1926) e Santos (1994) mostraram-se elucidativas. A importância desse estudo é a possibilidade de capturar as mudanças socioespaciais que agregam articulações entre o passado e presente, os agentes sociais que as efetivam e dão visibilidade à lógica espacial motivadora, considerando que os " processos e formas espaciais não são excludentes entre si" e as dinâmicas urbanas nas cidades ou em setores menores como bairros podem ocorrer de forma concomitante, complementar ou não a outros processos.

O espraiamento do tecido urbano de São Luís estimulou processos espaciais que se tornaram mais visíveis com a distribuição das atividades terciárias, conforme a pesquisa. Essa centralização é fortemente expressa em São Luís pelo comércio varejista de alimentos, vestuário e calçados, medicamentos, cosméticos que principalmente por meio dos pequenos empreendimentos formais ou não, (Gráfico 6) devido à atratividade que essas atividades exercem, elas respondem pelo grande dinamismo dos setores urbanos estudados.



Praça do Anjo da Guarda **Avenida da Divinéia**

Figura 23 – São Luís. Diferenciação socioespacial nos setores Anjo da Guarda e Turu

Elas estão dispostas predominantemente nas vias primárias e/ou secundárias, nas vias coletoras principais e/ou vias coletoras secundárias (Quadro 4). Essas atividades suprem as populações mais próximas, garantindo o abastecimento de gêneros de primeira necessidade e empregabilidade nos serviços públicos de educação, saúde e segurança, conforme a pesquisa de campo. Tal observação vem complementar que "a cidade desempenha, pois fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista" (LOJKINE, 1997, p. 185).

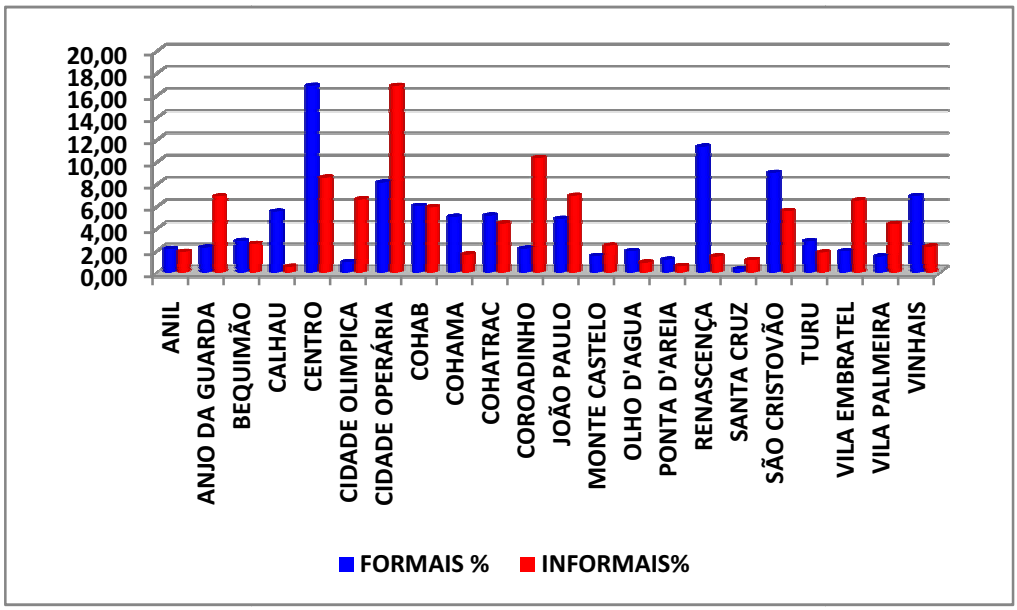
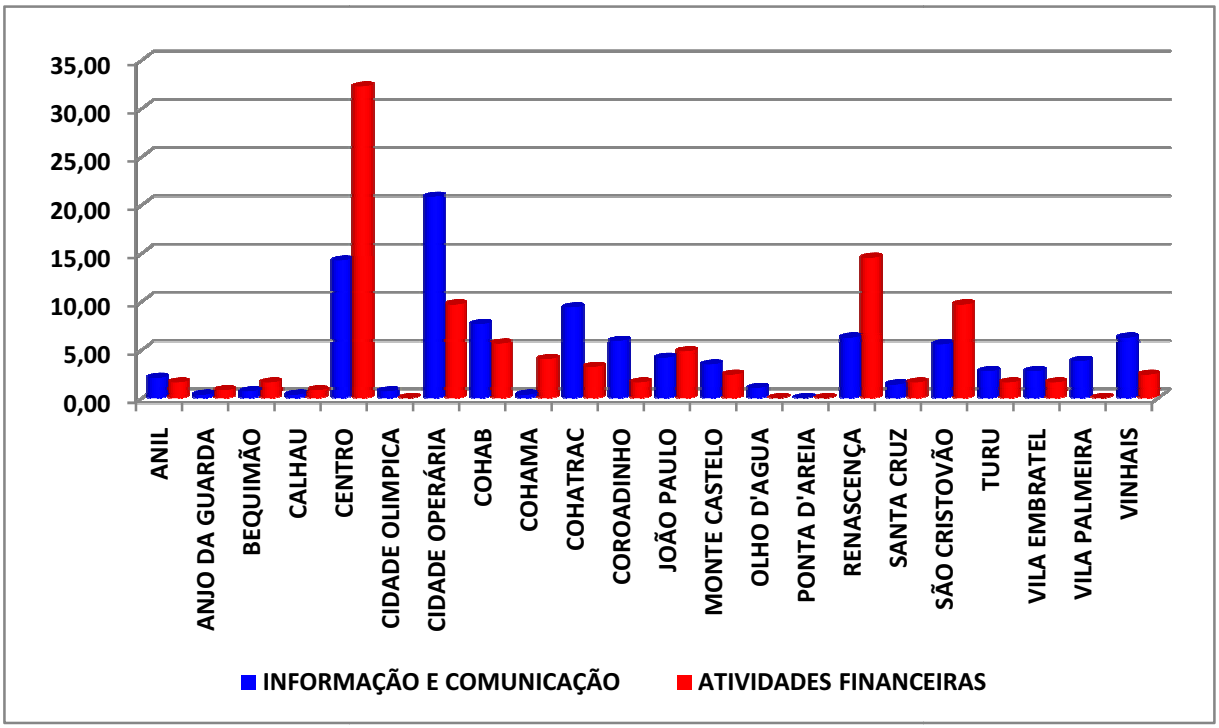


Gráfico 4 – São Luís. Distribuição das atividades formais e informais.
Fonte: SEBRAE, Cadastro empresarial em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2009.

A pesquisa apontou a força dos fluxos imateriais (Quadro 5) nos processos de descentralização comercial e a produção de uma importante acumulação capitalista em toda cidade, para qual se pode aplicar a afirmação de Corrêa (2000, p. 48) trata-se "de uma rede de drenagem de salários da população". É a função de centralidade das atividades de informação, comunicação e atividades financeiras representadas por instituições bancárias ou alternativos bancários que juntamente com empreendimentos do tipo lan house com acesso à internet predominantemente para jogos em rede.



Fonte: SEBRAE, Cadastro empresarial em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2008

Gráfico 5 – São Luís. Distribuição dos serviços de informação, comunicação e financeiros.

Para Corrêa (2000), a descentralização expõe as contradições e tensões que os arranjos da cidade e da economia estabelecem. Sua identificação, conforme Berry (1971 e 1982) dá-se a partir das funções de hierarquização de setores, em cujas áreas podem localizar-se um subcentro regional, ou subcentro de bairros ou de bairro, ou lojas de esquina, ou rua comercial de bairros ou de bairro; ou da função de especialização, que tipifica áreas tais como distrito médico, distrito de diversões ou tipifica as ruas comerciais de bairros, rua comercial de bairro. Igualmente importante em hierarquização é o processo espacial associado aos *shopping centers*, pois a centralidade que pode ser criada ou expandida efetiva uma descentralização mais voltada para as classes com maior poder aquisitivo em princípio. Portanto, o sistema de transporte e comunicação, a densidade e o nível de renda da população, entre outros, implicam em maior ou menor funcionalidade das formas espaciais que se constituem.

Da discussão de Corrêa (2000) sobre essa temática, priorizamos os dois processos espaciais circunscritos ao objeto de estudo da pesquisa e as formas espaciais decorrentes que são a centralização e a área central e a descentralização (e recentralização) e os núcleos secundários. Tomamos entre os vinte e dois setores, os cinco setores com melhor oferta de bens e serviços e que já exercem uma centralidade no conjunto de setores mais próximos, buscando entender qual a autonomia e o nível de aproximação que esses conjuntos teriam em relação ao

centro, para identificação de outras centralidades. Foram escolhidos o Anjo da Guarda, o João Paulo, o Renascença, a COHAB e o São Cristóvão.

O conjunto urbano centralizado pelo Anjo da Guarda (Gráfico 6) integra a expansão do tecido urbano após a década de 1970, ele recebeu a função portuária da cidade que opera o complexo do porto do Itaqui, do porto da Vale e do porto da ALUMAR e, nele também estão localizados os terminais de transportes ferroviário e hidroviário, as atividades de comércio e serviços estão distribuídas nas vias coletoras primárias em ruas comerciais de bairro. Abrange os bairros do Anjo da Guarda, Fumacê, Gancharia, São Raimundo, Vila São Luís, Alto da Esperança, Jambeiro, Sá Viana, Vila Bacanga,Vila Embratel e Vila Isabel.

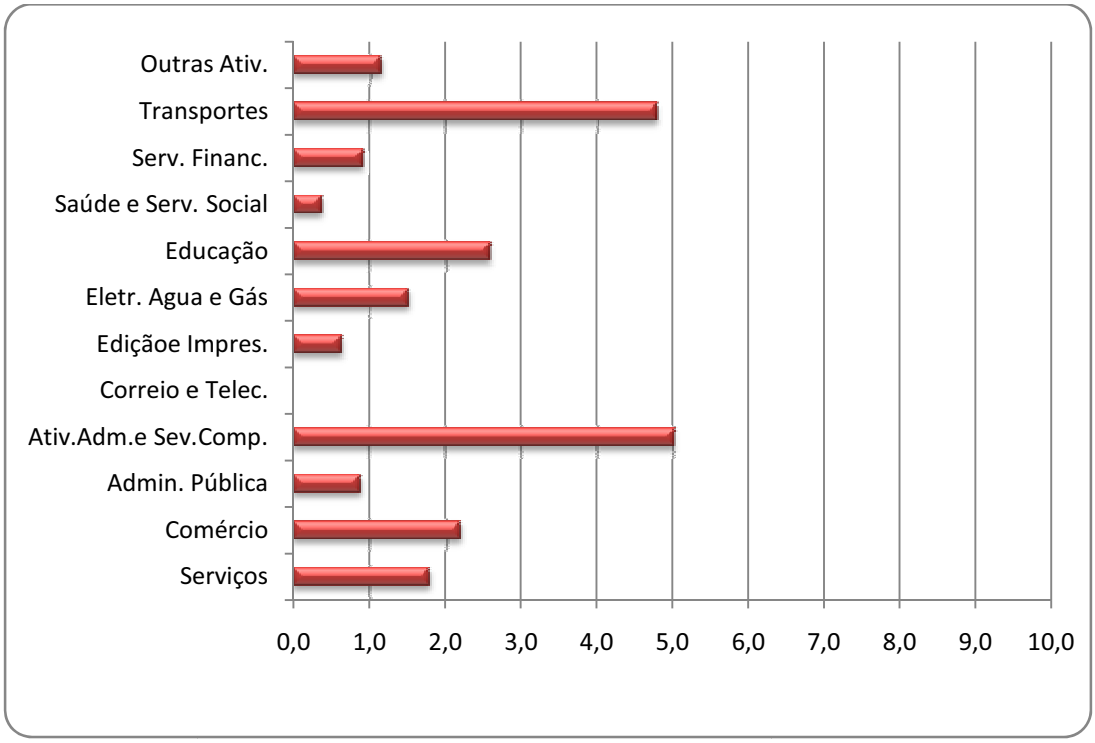


Gráfico 6 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no Anjo da Guarda.
Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

O conjunto urbano de João Paulo (Quadro 7) corresponde a uma ocupação antiga da cidade, sendo o bairro do João Paulo um subcentro, onde prevalece o comércio atacadista da cidade e que devido à proximidade com o centro da cidade apresenta uma perda em sua centralidade. Abrange os bairros: Areinha, Parque Amazonas, Fátima, Apeadouro, Bom Milagre, Retiro Natal, Monte Castelo, Fé em Deus, Liberdade, Coroado, Filipinho, João Paulo, Jordoa, Redenção, Sítio Leal,Túnel do Sacavém, Rio Anil, Bom Jesus, Conjunto Dom Sebastião, Parque dos Nobres, Pindorama, Parque Timbira, Coroadinho, Vila dos Nobres, Primavera, Vila Conceição, Vila dos Frades, Alemanha, Caratatiua, Ivar Saldanha, Santa Cruz,Vila

Palmeira, Radional, COHEB, Outeiro da Cruz, Sacavém, Túnel do Sacavém, Salinas do Sacavém, Barreto e COHEB.

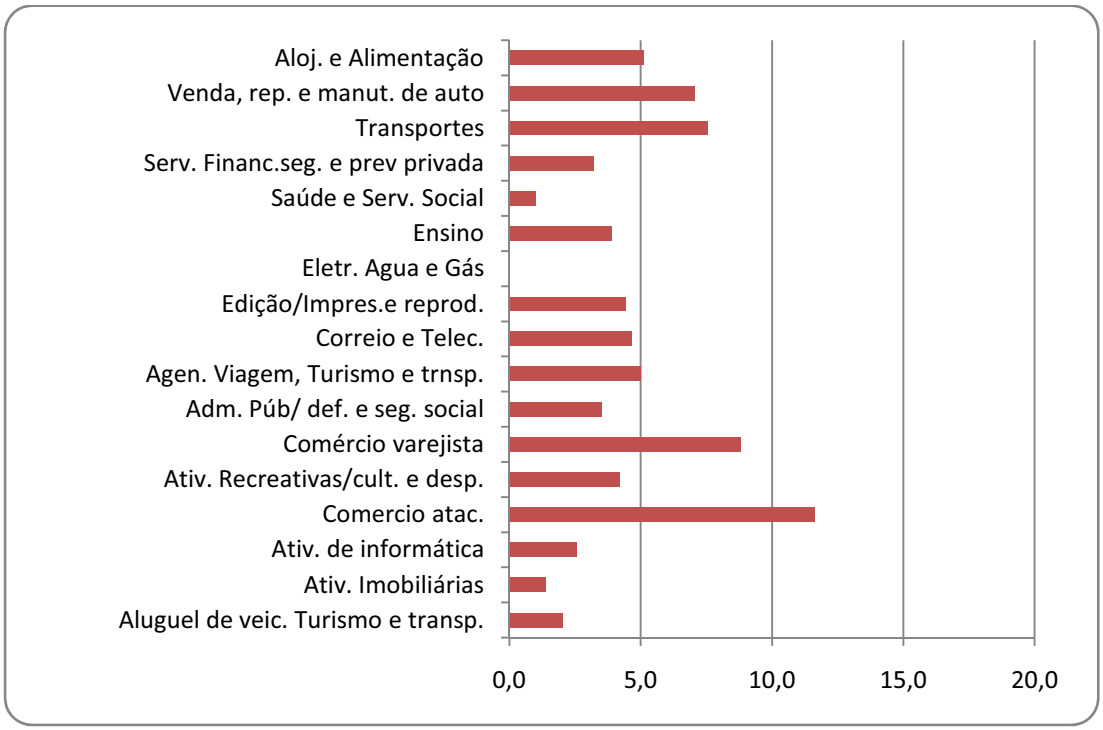


Gráfico 7 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no João Paulo.
Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

O conjunto urbano do Renascença (Quadro 8) compreende as áreas de ocupação mais recente articulada pelas vias primárias da Avenida dos Holandeses, Avenida Jerônimo de Albuquerque, Avenida Colares Moreira, Avenida Daniel de la Touche, Avenida Euclides Figueiredo e Avenida Castelo Branco; nele estão localizados os conjuntos residenciais de classes média e alta e os solo urbanos mais valorizados. Abrange os bairros: Cantinho do Céu, Conj. Manoel Beckman, COHAMA, COHASERMA I, COHASERMA II, Bequimão, Angelim, Rio Anil, Ipase, Japão, Maranhão Novo, Jardim das Oliveiras, Parque Atenas, COHAJAP, Recanto Fialho, Vila 07 de setembro,Vila Cruzado, Vila Fialho, COHAFUMA, Conj. dos Ipês,Conj.Hab.Vinhais, Belo Horizonte, Res. Vinhais I e II, Recanto Vinhais, Boa Morada, Parque Angela, Parque Olinda, Vila Independente, Vila Roseana, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV,Ponta do Farol, Conjunto São Marcos, Ponta d'Areia, São Marcos, São Francisco, Renascença, Jaracaty, Ilhinha e Calhau.

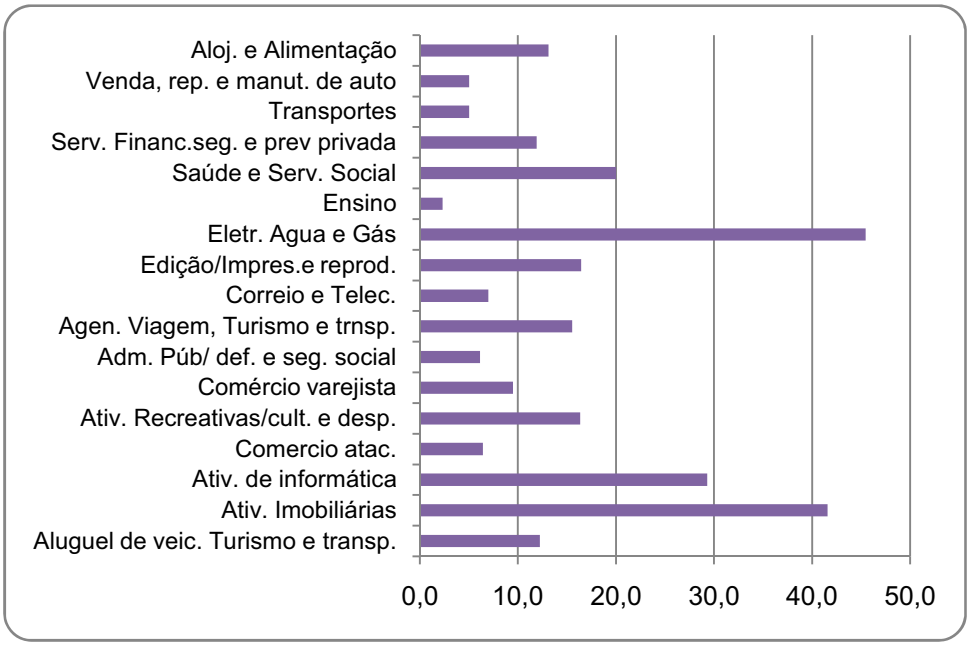


Gráfico 8 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no Renascença.
Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

O conjunto urbano da COHAB (Quadro 9) compreende um subcentro muito dinâmico devido à proximidade de conjuntos habitacionais populares, que devido o sistema de transportes tem garantido uma excelente acessibilidade ao centro; integra também uma área de ocupação antiga da faixa litorânea da cidade e um intenso processo de ocupação não planejada. Abrange os bairros: Angelim, Anil, Aurora, Cruzeiro do Anil, Cutim Anil, Santo Antonio, Pirapora, Vila Isabel Cafeteira, Parque Guanabara, Centauros, Parque Aurora, João de Deus, Planalto Anil, Parque Universitário, Sítio São José, Olho d'Água, COHAB Anil I, II, III, IV, Forquilha, Jardim de Fátima, Planalto Anil I, II, III, Parque Sabiá, São Bernardo, Vila Brasil, COHATRAC I, II, III, IV e V, Jardim das Margaridas, Primavera, IPEM Turu, Itapiracó, Jardim Atlântico, Jardim Eldorado, Chácara Brasil, Turu, Parque Vitória, Santa Rosa e Vila União.

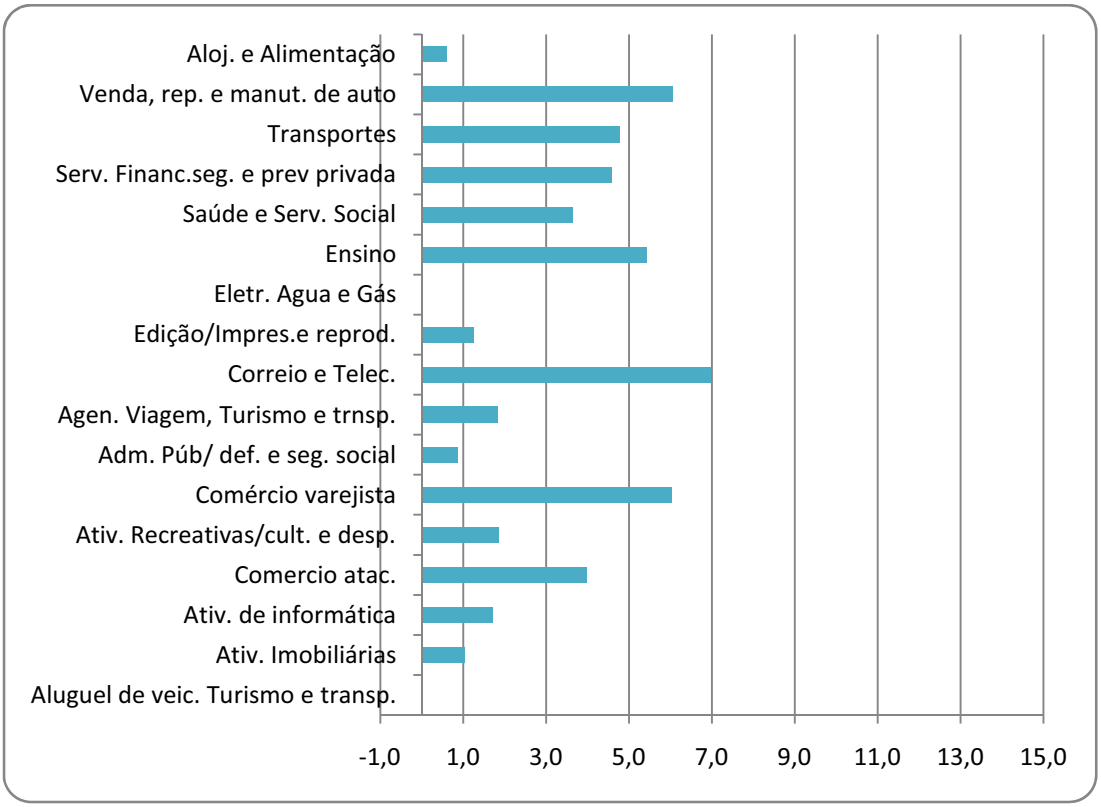


Gráfico 9 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no COHAB.
Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

O conjunto urbano do São Cristóvão (Quadro 10) agrupa os dois maiores conjuntos habitacionais populares e outras ocupações não planejadas, considerando a concentração populacional é onde estão as maiores disparidades na distribuição das atividades de comércio e serviços. Abrange os bairros: Ipem São Cristóvão, Juçara, Penalva, São Carlos, Ilha Bela, COHAPAM, São Cristóvão, Jardim São Cristóvão, Jardim São Cristóvão II, São Raimundo, Airton Sena, Valean, Alameda dos Sonhos, Cruzeiro de Santa Bárbara, Conjunto Habitar, Santa Clara, Santa Bárbara, Vila Vitória, Jardim América, Vila Janaína, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Santa Efigênia, Vila América, Jardim América Central, Vila Jeniparana, Conj. Residencial Jeniparana, Maiobinha e Santa Terezinha.

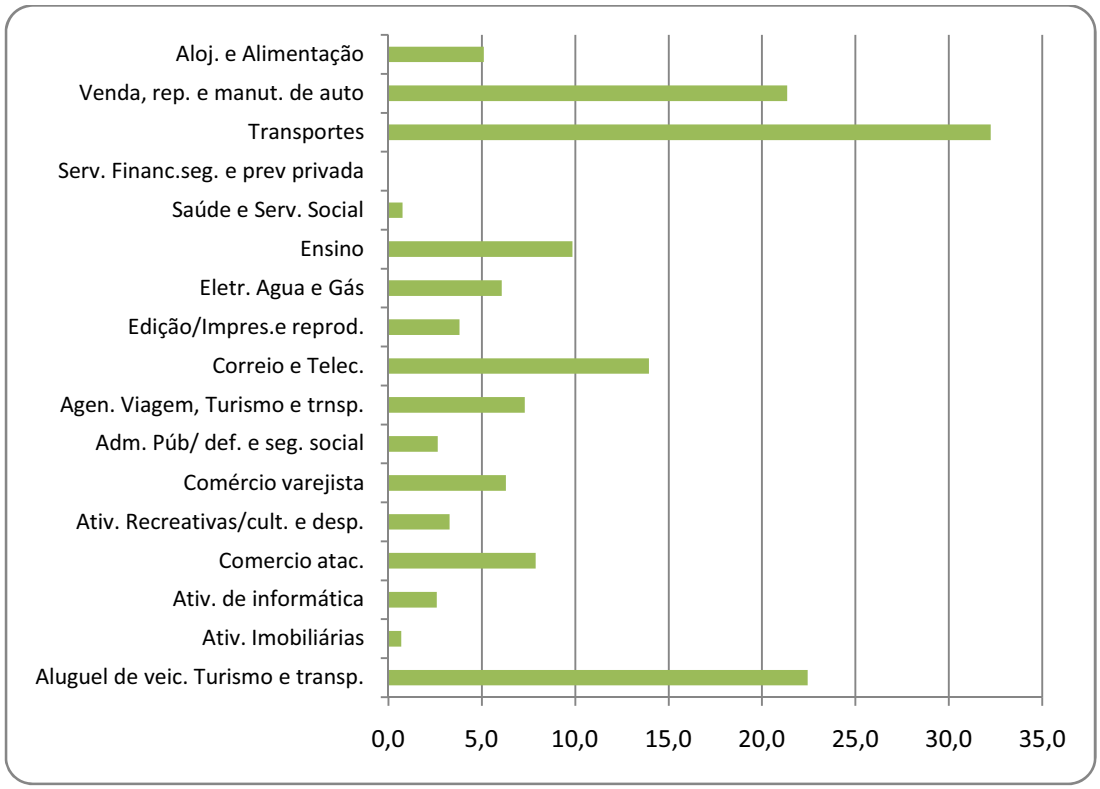


Gráfico 10 – São Luís. Distribuição das atividades de comércio e serviços no São Cristóvão.
Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

A distribuição das atividades de comércio e serviços pode ser interpretada nos conjuntos urbanos, a partir do índice de concentração[27]construído para o estudo. A identificação das centralidades já existentes reafirmou a permanência, a falta e/ou controle das dinâmicas urbanas capazes de alavancar os processos urbanos que estão na base de uma cidade menos desigual para a maioria, os habitantes de menor poder aquisitivo. A disparidade entre os percentuais de distribuição das atividades terciárias permitiu a identificação dos setores centrais. Os bairros foram agrupados pela abrangência deste bairro com maior polarização, cuja centralidade já estabelecida, portanto, os baixos índices nesses conjuntos urbanos nos permitiram inferir a complementaridade entre eles (Tabela 4). As constatações expuseram a força da centralidade do centro; os conjuntos urbanos do João Paulo e COHAB, que poderiam ser subcentros completos pelo tempo de formação e demandas das populações do seu entorno, perderam centralidade. Os setores do Renascença e São Cristóvão serão analisados a seguir.

[27] Foi feito uma regra de três tendo como totalidade os valores do centro urbano. O percentual para cada atividade foi multiplicado por 10 e dividido por 100. Na discussão considerou-se que quanto maior o índice, maior será a concentração das atividades de comércio e serviços.

Tabela 4 – São Luís. Outras centralidades urbanas: concentração das atividades de comércio e serviços segundo o índice de concentração.

ATIVIDADES	CENTRO	ANJO DA GUARDA E VILA EMBRATEL	MONTE CASTELO, JOÃO PAULO, COROADINHO, VILA PALMEIRA e OUTEIRO DA CRUZ	BEQUIMÃO, VINHAIS, PORTA D'AREIA, RENASCENÇA, CALHAU e COHAMA	ANIL, COHATRAC, OLHO D'ÁGUA, TURU e COHAB	SÃO CRISTOVÃO, CIDADE OPERÁRIA e CIDADE OLÍMPICA
Serviços	3,83	0,24	1,22	2,44	1,07	1,25
Comércio	3,53	0,29	1,62	2,10	1,58	0,85
Admin. Pública	6,67	0,09	0,61	1,93	0,35	0,35
Agen. Turismo	4,48	0,55	0,91	2,28	0,91	0,87
Correio e Teleg	4,42	0,23	1,86	1,17	0,93	1,40
Edições e Impres	5,63	0,13	1,27	2,03	0,51	0,44
Eletr. Água e Gás	1,21	0,30	3,03	4,85	-	0,61
Ensino	3,73	0,29	1,01	1,91	1,81	1,24
Saúde e Serv. Social	5,52	0,05	0,67	2,54	1,04	0,18
Serv. Financ.	6,47	0,09	0,60	1,60	1,10	0,30
Transportes	1,97	0,48	1,54	1,23	1,44	3,35
Outras Atividades	3,52	0,15	1,40	3,02	1,30	0,60

Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

Tanto na centralização como na descentralização a proximidade das atividades afins – economias externas de aglomeração demonstram, segundo Corrêa (2000), o processo espacial da coesão ou magnetismo funcional. Estas atividades relacionam algumas características, a saber, agrupamento de: "lojas varejistas de mesma linha de produtos" favorecendo a escolha "entre vários tipos, marcas e preços" resultando em "ruas especializadas em móveis, autopeças, lustres e confecções no atacado" etc.; atividades distintas operando no mesmo local, a exemplo do "comércio varejista do núcleo central, dos subcentros regionais espontâneos e dos *shopping centers*; atividades "complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções" etc.; atividades que "juntas criam economias de escala"; atividades que dependem do fluxo de pessoas "que exigem contatos pessoais face a face".

Whitacker (1997) avança na discussão ao destacar que:

> A análise das formas de concentração econômica e especialização funcional no centro tradicional colocam para o debate duas dinâmicas importantes: a expansão do centro tradicional e a "crise" dessa forma de centralidade. Uma crise que não supõe a busca de um estado de equilíbrio, mas que deve ser compreendida como parte integrante do movimento contínuo de redefinição de papéis dentro da cidade e que já traz dentro de si sua superação.

De fato, o ritmo e a complexidade do dinamismo urbano provocam cada vez mais o entendimento do caráter indissociável "dos níveis econômico, ideológico e político-institucional" (WHITACKER, 1997) que redefinem a centralidade dos espaços tendo em vista os papéis que a cidade desempenha ou não. Sem dúvida, a singularidade de cada processo manifesta o conteúdo-forma dos arranjos de cada cidade às determinantes que comandam ou influenciam os processos espaciais.

Já os subcentros devem ser analisados como "núcleos centrais", pois trazem "a ideia de centralidade e de coesão espacial presentes no centro como no subcentro" com as características de localização distantes do centro voltadas para atender à população mais próxima, com o oferecimento de comércios e serviços em escala menor.

Buscando apreender comparativamente as possibilidades e/ou restrições provenientes da distribuição das atividades de comércio e serviços, tendo em vista a cidade em sua "organização social, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)" conforme Corrêa (2000a., p.55), analisamos o centro e os dois outros setores com maior quantidade e diversidade das atividades terciárias, a saber: Renascença e o São Cristóvão.

O setor do Renascença, abrange os bairros do São Francisco, Renascença, Jaracaty e Ilhinha, corresponde às expansões recentes do tecido urbano da cidade, a partir da construção das pontes sobre o rio Anil: José Sarney e Bandeira Tribuzzi, na década de 1970. A valorização do solo urbano em função das obras viárias atraiu e concentrou a população de maior poder aquisitivo e promoveu a ocupação da área litorânea. O setor tem assumido a característica de desdobramento da área central tendo em vista a funcionalidade assumida nas áreas: financeira, comercial, de saúde e educacional, além de concentrar três dos quatro shopping centers da cidade.

O setor do São Cristóvão é uma área de ocupação antiga que somente nas últimas décadas com a localização das atividades terciárias tem interagido com a dinâmica das atividades terciárias, sua

área mais dinâmica é a Avenida Guajajaras, eixo principal de entrada da cidade e via primária na hierarquia do sistema viário básico. Abrange os bairros do Ipem São Cristóvão, Juçara, Penalva, São Carlos, Ilha Bela, COHAPAM, São Cristóvão, Jardim São Cristóvão, Jardim São Cristóvão II, São Raimundo, Airton Sena, Valean, Alameda dos Sonhos.

O exemplo que analisou comparativamente, a partir de um índice de concentração os setores do Centro, do Renascença e do São Cristóvão (Tabela 5), permitiu identificar que: a concentração prevalece muito acentuada no Centro; a centralização do capital explica o predomínio do trabalho assalariado em domicílios; o comércio que aparece nos três setores é o varejista, que se diferencia no Renascença devido à concentração dos shopping centers; a administração pública descentralizou as atividades educacionais, de saúde e de segurança; nas atividades de eletricidade, água e gás, o diferencial do Renascença refere-se a localização das empresas de arrecadação e, no indicador de saúde, o deslocamento das clínicas e outros serviços de saúde já aponta tendência para uma especialização do Renascença. Portanto, são os movimentos do capital individual ou coletivo que tem promovido o dinamismo desses setores e, pela história urbana de perdas de centralidade, questiona-se por quanto tempo?

Tabela 5 – São Luís. Concentração das atividades de comércio e serviços nos setores mais dinâmicos segundo o índice de concentração.

ATIVIDADES	CENTRO	RENASCENÇA	SÃO CRISTOVÃO
Serviços	3,83	0,92	0,38
Comércio	3,53	0,90	0,35
Admin. Pública	6,67	0,61	0,67
Agen. Turismo	4,48	1,55	0,45
Correio e Teleg	4,42	0,70	0,44
Edições e Impres	5,63	1,65	0,56
Eletr. Água e Gás	1,21	4,55	0,12
Ensino	3,73	0,23	0,37
Saúde e Serv. Social	5,52	2,00	0,55
Serv. Financ.	6,47	1,19	0,65
Transportes	1,97	0,50	0,20
Outras Atividades	3,52	1,64	0,35

Fonte: Delegacia da Receita Previdenciária em São Luís - MA, organizado pela autora. Ano 2007

Buscamos identificar os processos referentes a centralização, a descentralização e a recentralização. A complexidade desses processos espaciais se estabelece na contínua e demasiada expansão do tecido urbano e saturação do núcleo do centro urbano. Para Mckenzie

(1926), eles são considerados “apenas fases do processo de centralização”. São movimentos opostos à centralização e que se tornam importantes na redefinição do espaço devido à “tendência que têm as áreas de centralização de diminuir de tamanho”, em decorrência da descentralização. Some-se a isso a multiplicação dos centros, o que se constitui num tipo de recentralização e dá origem às “novas unidades de centralização que aparecem constantemente” na cidade, em geral sob o comando do capital.

Duas questões são pertinentes em relação aos processos de (des)centralização em São Luís. A meu ver, em primeiro lugar não podemos afirmar a saturação do núcleo do centro urbano de São Luís se considerar a densidade de sua ocupação e, em segundo lugar, exceção feita ao setor do Renascença e São Cristóvão, padrão locacional das empresas de comércio e serviços que estão nos núcleos secundários revelam que a origem dessas atividades não são o grande capital, pois predominam as lojas de bairro para atendimento das necessidades básicas da população de menor poder aquisitivo.

Considerando o recorte empírico da distribuição das atividades de comércio e serviços, obtivemos uma aproximação da morfologia urbana de São Luís que nos permite concluir provisoriamente a partir de Mckenzie (1926), que está havendo uma descentralização das atividades de educação, saúde e serviços sociais que eram efetivadas principalmente pelo serviço público e operacionalizados no centro urbano e que foram disseminadas em todos os setores da cidade, sob a coordenação de instituições do poder público localizadas no centro urbano .

Ainda buscando entender os processos espaciais conforme o autor, destacamos a importante tendência assumida pelo setor do Renascença como um **desdobramento da área central**. Definida por Whitacker (1997, p.175) como redefinições de centralidade que podem provocar a expansão do centro tradicional com usos do solo diferenciados ou não, e, descentralização de atividades centrais, o desdobramento das atividades centrais distingue essa redefinição de centralidade quando ocorre em “áreas contínuas ou não ao centro, geralmente em eixos de circulação, que passam a receber atividades ditas centrais, em substituição de atividades não centrais de forma especializada”. Incluído entre as aglomerações urbanas formadas a partir da década de setenta, o poder aquisitivo da população que aí vive tem atraído grandes empreendimentos comerciais, de serviços financeiros, educacionais e de saúde, entre outros.

Outro fator que também aponta a tendência a descentralização da área central neste setor é o reforço da centralidade com a verticalização, que tornou-se determinante devido a alta valorização do solo urbano predominante em São Luís.



Figura 25 – São Luís. Renascença, tendência de desdobramento da Área Central de São Luís. 2009
Fonte: Jalmir Sales

É importante que concentração e a centralização sejam vistas em todo o comprometimento socioespacial que tem sido produzido pela omissão e/ou comissão do capitalismo monopolista do Estado[28]. A distribuição das atividades comerciais e de serviços em São Luís apontou uma discrepância entre o centro e os demais setores da cidade. As condições de produção e reprodução social que estão refletidas na materialização desses processos permitem inferir uma cidade com uma configuração espacial muito complexa e perpetuadora da apropriação desigual da cidade. Se considerarmos que as atividades terciárias correspondem ao maior volume de capital e pela absorção da população economicamente ativa, podemos apreender a problemática urbana que é a concentração e a centralização sintetizam em São Luís.

No próximo capítulo discutiremos a força da centralidade das atividades comerciais no núcleo da área central de São Luís e apresentaremos a distribuição destas atividades buscando enfatizar o papel de centralidade que elas expressam.

[28] Conforme Bottomore (1983, p.55) "é a fase mais recente do capitalismo, caracterizada pela ascensão do Estado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital.

CAPÍTULO 3 – O NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE: formação e transformações

A amplitude e os desdobramentos dos conteúdos urbanos relacionados com a espacialização das atividades comerciais e de serviços permitiu-nos antever a necessidade de outras pesquisas específicas para as questões que foram sendo levantadas, porém de imediato nos direcionou para o setor onde a expressão da centralidade urbana, ainda, está fortemente configurada histórica, simbólica e economicamente: o núcleo da área central de São Luís.

Este setor no conjunto urbano é discutido nos estudos americanos de Murphy e Vance (1954), Murphy, Vance e Epstein (1955), Horwood e Bouce (1959), a partir dos quais Ribeiro Filho (2004, p. 156) caracteriza-o como "a área em que se encontra a maior concentração das atividades de comércio varejista e de serviços, cujo reflexo pode ser percebido pelo alto valor da terra em relação às demais áreas da cidade. [...] foco principal do fluxo de pedestres e veículos e sendo denominado de núcleo da Área Central (*core*) ou Central Business District (CBD)". Em São Luís essa área corresponde atualmente a: Rua Grande, Rua de Santana, Rua da Paz e Rua do Sol, tendo como limites as Praças João Lisboa e Praça Deodoro. Entretanto até 1930, ele podia ser claramente identificado na Praça João Lisboa, que integrava a Praia Grande – o Centro, desde a fundação até aquela década.

A Praça João Lisboa é o nome atual do Largo do Carmo, que é integrante da historiografia da cidade desde os primeiros sistemas urbanísticos, conforme registro dos franceses que pretendiam fundar a França Equinocial em 1612; "escolheram uma bela praça muito indicada para esse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado do que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista (ABEVILLE, 1985, p. 57-58). O Largo do Carmo, em frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, é tradicional e histórico, nele funcionou a primeira feira da São Luís colonial, inicialmente como mercado de rua e posteriormente como importante centro de compras, ele respondia pelo comércio varejista e era uma das mais importantes localizações da cidade, segundo Lima (2007, p. 73-78).



Figura 26– São Luís. Largo do Carmo em 1908 e em 1950.
Fonte: Lopes, 2008



Figura 27 – São Luís. Antigo Largo do Carmo, hoje Praça João Lisboa. 2009
Fonte: Prefeitura de São Luís

Para Mckenzie (1926), esse é o "ponto focal da centralização", pois este processo reúne compradores e vendedores – o local do mercado – e também contribui para a formação da comunidade. No caso de São Luís, essa centralização esteve na base das dinâmicas que individualizaram esse setor, conquanto a cidade de São Luís já existisse antes de sua intensificação. O autor afirma também que os diferentes níveis de centralidade que essas atividades expressam dão visibilidade para as formas espaciais da cidade e os fluxos que se estabelecem. Portanto, entendendo a Praça João Lisboa, segundo o autor, inferimos que a centralização

assumiu maior importância devido à forte atração que "o centro de comércio varejista" estabeleceu tanto no local quanto maior foi sua abrangência na hinterlândia.

Em vista dessa função, buscamos compreender quais dinâmicas urbanas explicam as transformações na centralidade urbana que a Praia Grande expressou e quais as características marcantes no atual núcleo da área central. A discussão de Alves (2005, p.137-142), sobre a constituição e as transformações das centralidades em São Paulo, trouxe algumas elucidações importantes. Consideramos algumas aproximações de São Luís com São Paulo, tendo em vista ambas serem cidades coloniais, seculares e com diferenciações significativas. Alves (1999, p. 38) nos remete ao quadro físico da área central da cidade de São Paulo, que também "permaneceu enclausurada por sobre a colina histórica, entre os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí" até a terceira década do século XX, enquanto São Luís também esteve enclausurada entre os rios Anil e Bacanga e começou seu processo de expansão territorial após a década de 1960.

Para a Alves (1999), a longa permanência da centralidade única, expressa territorialmente no centro urbano, assegura a forma espacial necessária para a consolidação dos modos de produção vigentes e o fortalecimento das economias de aglomeração. Nesse sentido, a permanência das formas é essencial no desenvolvimento da centralidade, visando à consolidação do papel de comando econômico, administrativo, cultural. São Paulo e São Luís tiveram uma permanência secular de suas áreas centrais, sendo que para São Paulo havia uma política nacional para desenvolvimento de sua centralidade e para São Luís havia os interesses cambiantes da acumulação capitalista ou do capitalismo monopolista.

A constituição espacial da centralidade culminará com a sua explosão a partir do momento em que a rigidez/permanência das formas provoque a fragmentação espacial da centralidade em função da valorização dos solos centrais, deseconomias originadas por congestionamentos, falta de estacionamentos, ausência de áreas para expansão das economias já instaladas, entre outros, como afirma Alves (2005, p.139). Assim que, quanto maior for "ritmo da reprodução do modo de produção capitalista [que a centralidade única] desenvolveu ou adquiriu", mais cedo as formas se estabelecem como entraves, pois surgem novas necessidades, "fazendo com que a centralidade ali existente" pressione a criação de novas centralidades em outros locais. A meu ver, é aqui que os processos de formação das centralidades se separam, pois enquanto para São Paulo houve "irradiação de centralidades", isto é, essa centralidade passou por um processo de desenvolvimento que culminou com sua reprodução em outros locais, em São Luís, somente o papel de comando da centralidade administrativa, devido a sua

estruturação legal, que assegurou a criação de novas centralidades. Logo, em São Luís, as demais centralidades que tinham como determinantes os movimentos temporais do capital, isto é, os processos eram passíveis da descontinuidade, o desenvolvimento da centralidade não chegou ao momento "em que a força da centralidade exigiu sua própria expansão". As novas centralidades parecem estar associadas primeiramente à expansão da mancha urbana e não à fragmentação espacial da centralidade urbana. Não que uma prescinda da outra, porém reflete como as políticas públicas estão descoladas das necessidades locais, o que seria uma possível explicação para o nível precário da maioria dos centros secundários e mesmo do núcleo da área central em São Luís.

Interessante notar que, "na constituição espacial da centralidade", a fragmentação espacial pode implicar uma "degeneração da centralidade única", quando elementos que estiveram em sua formação passam "a contribuir para o surgimento de novas centralidades: algumas espacialmente contínuas ou próximas do centro tradicional e outras que não tinham essa contigüidade territorial", permitindo-nos acompanhar "esse processo de reprodução espacial da sociedade capitalista". Efetivamente, devemos buscar o entendimento dos elementos que estão na base da formação ou fragmentação espacial das centralidades, tais como: quais necessidades e usos conflitam com a rigidez das formas, a elevada valoração do solo urbano devido à própria centralidade local, a ação do mercado imobiliário ao atribuir vantagens ou desvantagens as formas existentes, "o desenvolvimento das técnicas, principalmente de comunicações, contribuindo para formação de novas centralidades" (ALVES, 2005, p. 139).

Enquanto em São Paulo "tem várias centralidades (Berrini, Nova Faria Lima, Paulista, Centro Empresarial, Centro histórico e tradicional) que possuem os elementos que possibilitam e servem de atrativos para novos investimentos", em São Luís, novas centralidades podem ser identificadas no Renascença II, onde está a maior concentração de bancos públicos e privados, a maior concentração de escolas particulares da educação básica e do ensino superior, clínicas e serviços médicos e os *shopping centers*, três dos quatro existentes na cidade, grandes empreendimentos de comércio e serviços para atender as classes de maior poder aquisitivo e no São Cristóvão. A diferenciação no padrão dos estabelecimentos de comércio de serviços deste local, juntamente com o Renascença II, indica que centralidade está relacionada ao fornecimento de comércio e serviços para uma das áreas mais populosas da cidade, os bairros de Cidade Operária e Cidade Olímpica.

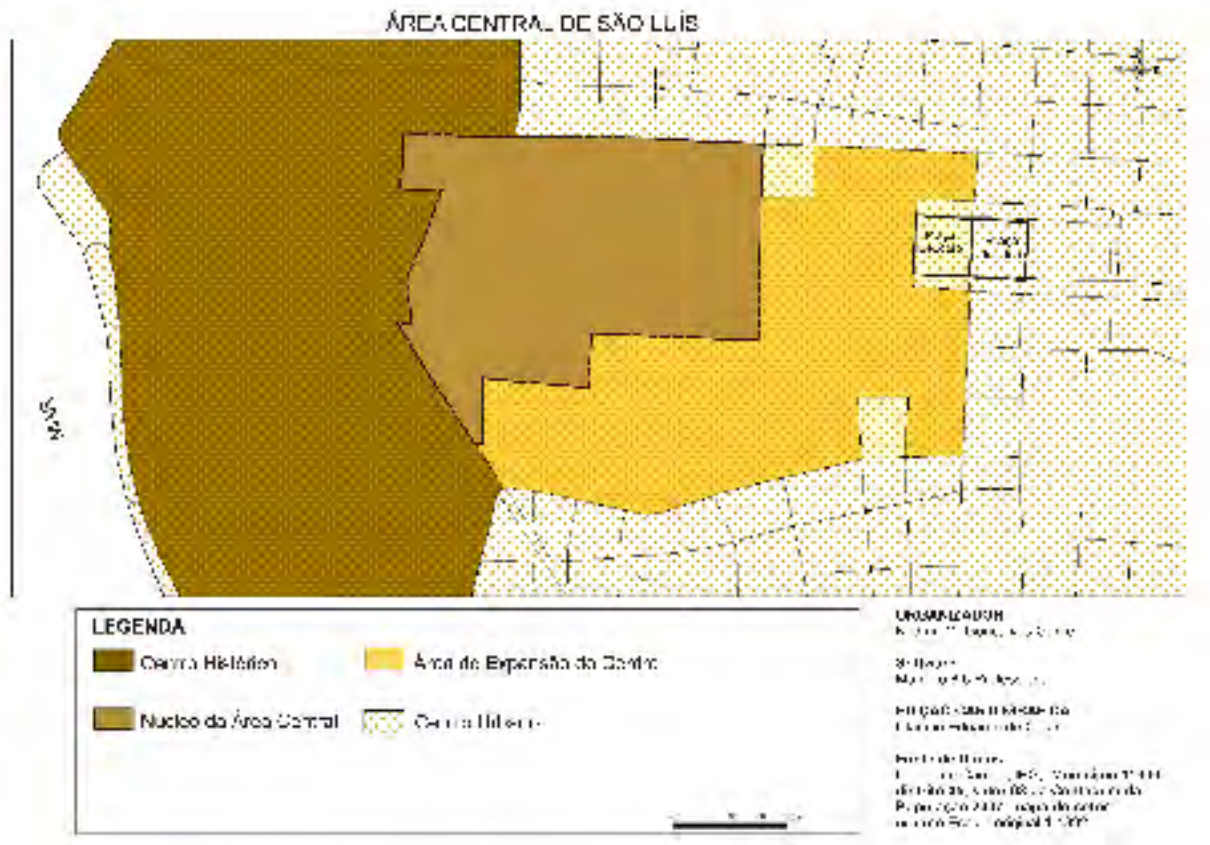
A centralidade urbana que se efetivou no centro urbano da Praia Grande por meio dos papéis de comando econômico, administrativo e cultural, foi despojada de suas articula-

ções, pois "sem as atividades mercantis que lhe haviam dado vida, [o centro] acabaria por se transformar simplesmente em um novo acervo arquitetônico de grande valor histórico", segundo Viveiros (1954, p. 219). Porém, a forma espacial que abrigava esse acervo arquitetônico, o centro, mesmo com a perda da centralidade econômica, sustentou dinâmicas que orientaram as redefinições do espaço urbano, pois "o centro histórico, ainda que tendo a degradação de parte de suas formas espaciais, não perde sua atribuição de central, mas de centralidade única, conforme Alves (2005, p.140). No caso de São Luís, tendo em vista que a cidade não estava vivendo uma explosão de centralidade urbana e, sim, um período de falência de suas estruturas produtivas, em meio a um período de crescimento populacional e expansão do seu tecido urbano, a nosso ver, a centralidade única permaneceu e ainda permanece no centro urbano (Figura 28), mesmo que os processos de desconcentração e descentralização sejam notórios no Renascença, nos eixos primários da cidade. Em São Luís, os papéis de comando econômico, administrativos e culturais ainda são centrais.



Figura 28 – São Luís. Movimento de pessoas na Rua Grande. 2008.

O estudo propõe que o **centro urbano ou área central** de São Luís é constituído pelo **centro histórico**, pelo **núcleo da área central** e **área de expansão do centro**, caracterizando uma multicentralidade, segundo Sposito (1996, p. 12), pois "a centralidade assim redefinida, reflete ainda a ideia de concentração, que tenhamos um centro urbano [que é o caso de São Luís], quer tenhamos uma expressão territorial múltipla" (grifo nosso). (Mapa 4).



Mapa 4 – São Luís. Área Central. 2009.

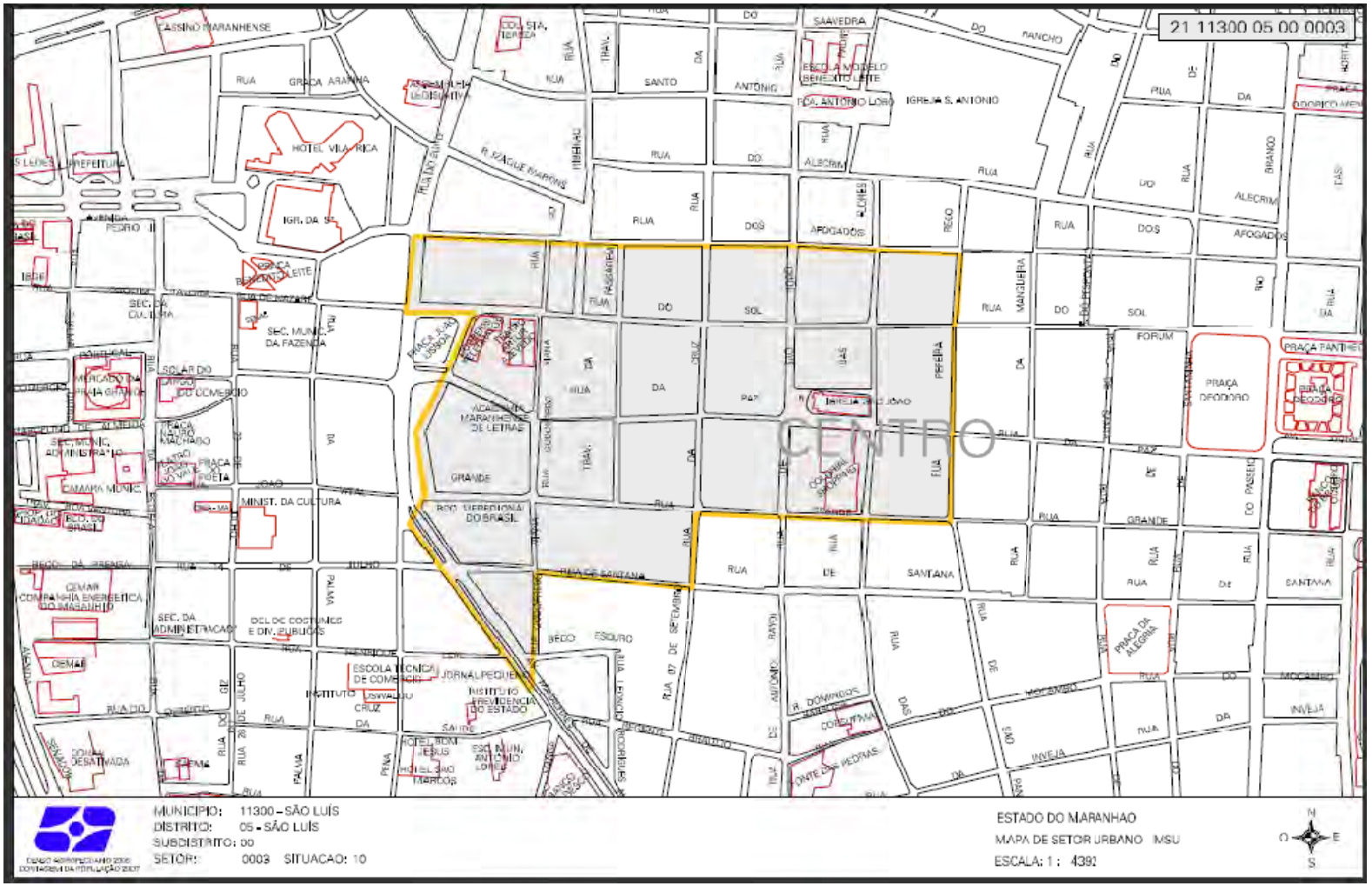
O centro histórico teve sua centralidade administrativa preservada e ampliada devido ao tombamento[29] feito pelo IPHAN, pelo Governo Estadual e pelo Governo Municipal, e o retorno das instituições estaduais e municipais para a localidade, promovendo a requalificação do uso dos prédios. Entre as principais instituições estão as sedes do governo estadual e municipal, do poder judiciário, do poder legislativo municipal, da marinha do Brasil, das secretarias estaduais da justiça, da cultura, da receita federal, estadual e municipal, de terras e urbanismo, do instituto de previdência, dos departamentos das universidades federal e estadual, do IBGE, SENAC, CAEMA, CEMAR, dentre outros. Essa centralidade administrativa contribuiu para o fortalecimento da centralidade econômica e, consequente, do papel de comando, tendo em vista a importante parcela da força produtiva do setor terciário, que é representado pelo funcionalismo público e pelos serviços de alimentação, alojamento e lazer. As políticas públicas relacionadas com o centro histórico estimularam movimentos de restaura-

[29] O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.

ção e de requalificação, que asseguraram o retorno da centralidade cultural para o setor ao dotá-lo de teatros, agendas de eventos culturais voltados para garantir e estimular a frequentação diurna e noturna na área.

A cidade, dentro do contexto estadual, apresenta indicadores de grande dinamismo econômico. “A taxa de expansão média anual no período compreendido entre os anos 2000 e 2008 deverá atingir 5,3%, comparada à média de 1,5% obtida na década de 1990. Os setores líderes da expansão são Comércio, Agricultura, Indústria Extrativa Mineral e Alojamento/Alimentação”, conforme o IMESC (2008).

O **núcleo da área central** e **área de expansão do centro**, tomado também como recorte empírico, é constituído pelas ruas: Rua Grande, Rua do Sol, Rua da Paz e Rua de Santana. Conforme Lima (2007, p. 182-184), a Rua Grande, juntamente com a Rua da Paz e a Rua do Sol, era uma das “vias mais importantes dos tempos coloniais” (Figura 29) e já figurava nas plantas mais antigas da cidade. Começava no Largo do Carmo (hoje Praça João Lisboa) e expandia-se no Caminho Grande (hoje Avenida Getúlio Vargas e outras vias), que ligava a cidade com a área rural, atualmente finda na Avenida Getúlio Vargas (na pesquisa, porém, a área de estudo teve como limite a Rua do Passeio). A Rua do Sol foi “um dos três caminhos grandes por onde a cidade se alongou”, iniciava-se na Praça João Lisboa e terminava na Rua Celso Magalhães. A Rua da Paz iniciava também na Praça João Lisboa e terminava na Praça Deodoro e a Rua de Santana iniciava-se na Avenida Magalhães de Almeida e terminava na Praça Deodoro.


21 11300 05 00 0003
CENTRO
MUNICIPIO: 11300 – SÃO LUÍS
DISTRITO: 05 - SÃO LUÍS
SUBDISTRITO: 00
SETOR: 0003 SITUACAO: 10
ESTADO DO MARANHAO
MAPA DE SETOR URBANO MSU
ESCALA: 1 : 4391

3.1 O USO DO SOLO URBANO NO NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL

Buscamos conhecer o uso do solo predominante nas ruas, tentando identificar pela intensidade de ocupação as tendências da centralidade neste segmento da área central de São Luís.

O uso do solo urbano nessa área já foi residencial e destinado às famílias de maior poder aquisitivo. É importante destacar que, no auge do ciclo econômico agroexportador, financeiro e fabril, no qual a centralidade urbana estava fixada no centro urbano da Praia Grande, esse uso residencial estabeleceu as bases para um desdobramento da área central que, conforme Sposito (1991, p.10-11), caracteriza-se "pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada". A Rua Grande passou a receber os grandes empreendimentos comerciais mais sofisticados tais como as lojas de joias, de tecidos finos, as confeitarias, cinemas passando a constituir o que seria "um eixo de desdobramento da centralidade socioeconômica".

Porém, a cidade coexistiu com a "degeneração da centralidade única", em 1930, no declínio da Praia Grande. Além do impacto socioeconômico proveniente da falência do setor fabril, o centro urbano foi profundamente alterado. Atualmente temos "diferentes escalas de centralidade"[30] e a centralidade econômica que articula o comércio varejista e parte dos serviços foi deslocada para a Rua Grande. Conforme Alves (2005, p.139), entendemos que não é adequado usar a expressão desdobramento dessa centralidade, porque as mudanças na economia e as transformações introduzidas pelo poder público foram estruturais; por exemplo, podemos citar: o sistema de transportes urbanos passou a ser somente rodoviário, os trajetos que tinham como ponto final a Praça João Lisboa, por ser o ponto mais próximo da Praia Grande, foram fixados na Praça Deodoro e a Praça João Lisboa deixou de ser o ponto nodal dos bondes, ônibus e automóveis, local de maior intensidade dos fluxos de pedestres. Portanto, a Praia Grande perdeu a função comercial e em consequência o papel de comando da centralidade proveniente das atividades comerciais e as estas atividade foram deslocadas para a Rua Grande e seu entorno. Lopes (2008, p.129) nos relata que:

> o porto da Praia Grande, que foi a porta de entrada durante o período colonial e imperial, passa a ser a retaguarda da cidade com o acesso principal sendo feito através dos meios ferroviário e rodoviário, implantados em locais afastados do centro histórico, retirando daí a exclusividade do movimento comercial da capital maranhense.

[30] SPOSITO (1996, P.121)

A área de expansão do núcleo da área central em São Luís deve ser analisado a partir das contribuições de Mckenzie (1926) ao destacar que "o grau de centralização em um determinado centro serve, portanto, para medir a sua respectiva força de atração nas condições culturais e econômicas existentes". A produção capitalista do espaço agregará a esse setor da cidade "condições de trânsito e de concentração" que garantirá a maior fluidez, a "especialização territorial da satisfação de interesses" e tornará visível uma centralidade sazonal conforme o horário de funcionamento dos comércios e serviços por ele oferecido – "o fluxo e refluxo das ondas de centralização seletiva".

Efetivamente, a elevada frequentação nas Ruas Grande, Paz, Sol e Santana está relacionada à centralização do capital oriundo do fornecimento de bens e serviços. Com mais de 71,02% do solo urbano destinado para as atividades de comércio e serviços (Quadro 5), este núcleo apresenta uma multicentralidade [31]que tem como determinantes a capacidade de consumo do e no espaço de mercadorias nele concentrados.

O núcleo da área central em São Luís foi constituído em um momento de crise na economia local e as estruturas disponíveis para o ajustamento da cidade a esse momento impuseram as requalificações das residências em estabelecimentos comerciais. As restrições prediais, das vias públicas, do tráfego de pessoas e veículos, o abandono das casas antigas e a adaptação de prédios abandonados em estacionamentos podem ser relacionados a essas condições de implantação e/ou ausência do poder público, com sérias implicações para o desenvolvimento da centralidade. "A cidade centraliza, porque concentra atividades econômicas e lúdicas, porque é ponto de concentração de pessoas, porque é o espaço do exercício do poder" e determinados setores no conjunto da cidade configuram diferentes "formas de acesso e 'apropriação' dos espaços destinados ao comércio e aos serviços", como propõe Sposito (1996, p.116/122). Portanto, devido à complexidade de sua implantação ele já agrega problemas que poderiam estar relacionados à fragmentação espacial da centralidade, conforme indica Alves (2005, p.139). O poder público local parece desconsiderar e/ou ignorar a força da centralidade das atividades comerciais e de serviços nas dinâmicas urbanas.

[31] Maria Encarnação Beltrão SPOSITO. "Reestruturação da cidade, p.121.

Quadro 5 – São Luís. Tipologia das edificações e uso do solo urbano no núcleo da área central, ruas Grande, Paz, Sol e Santana. 2009

NÚCLEO DA ÁREA CENTRAL DE SÃO LUÍS-MA												
Quadras	Terr	1° Pav	2° Pav	3° Pav	Res.	Comer.	Serv.	Fech.	Aban.	Est. Aber	Est. Cob.	Total
QUADRAS 1	39,71	7,35	4,41	2,94	-	38,24	7,35	-	-	-	-	100%
QUADRAS 2	44,23	9,62				9,62	21,15	13,46	-	1,92	-	100%
QUADRAS 3	55,41	8,11	1,35	1,35		9,46	17,57	5,41		2,70		100%
QUADRAS 4	37,93	8,62	5,17	3,45	32,75	12,07						100%
QUADRAS 5	50,00	-	-	-	33,33	16,67	-	-	-	-	-	100%
QUADRAS 6	46,24	9,68			15,05	15,05	13,98					100%
QUADRAS 7	44,59	8,11			35,14	4,05		6,76		1,35		100%
QUADRAS 8	40,00	16,47	2,35		23,53	10,59	1,18	4,71		1,18		100%
QUADRAS 9	43,04	12,66			11,39	15,19	3,8	11,39	2,53			100%
QUADRAS 10	33,85	18,46			38,46	1,54	3,08	4,62				100%
QUADRAS 11	37,33	16	1,33		1,33	30,67	8	4	1,33			100%
QUADRAS 12	38,04	13,04			11,96	20,65	10,87	4,35		1,09		100%
QUADRAS 13	42,65	13,24			2,94	16,18	20,59	2,94	1,47			100%
QUADRAS 14	39,74	21,79	3,85	3,85	5,13	17,95	7,69					100%
QUADRAS 15	43,48	15,94	2,90		2,9	5,8	23,19	1,45	4,35			100%
QUADRAS 16	36,51	12,7	3,17			31,75	14,29	1,59				100%
QUADRAS 17	41,79	14,93	1,49			37,31	4,48					100%
QUADRAS 18	39,13	17,39	2,17		2,17	8,7	28,26		2,17			100%
QUADRAS 19	34,48	26,44	1,15		1,15	24,14	11,49		1,15			100%
QUADRAS 20	36,00	14,67	6,67		2,67	28	9,33	2,67				100%
QUADRAS 21	38,1	19,05	7,14		4,76	8,33	14,29	5,95	2,38			100%
QUADRAS 22	35,00	18,00	9,00		1,00	26,00	5,00	5,00	1,00			100%
QUADRAS 23	38,53	16,51	1,83	-	1,83	38,53	0,92	1,83	-	-	-	100%
QUADRAS 24	42,62	16,39	1,64	-	4,92	4,92	16,39	6,56	6,56	-	-	100%
QUADRAS 25	41,86	20,93	-	-	-	13,95	13,95	9,30				100%
QUADRAS 26	35,71	21,43	9,52	-	-	4,76	21,43	-	-	7,14	-	100%
QUADRAS 27	30,77	25,64	12,82	2,56	2,56	17,95	7,69	-	-	-	-	100%
QUADRAS 28	31,25	26,56	3,13	-	1,56	28,13	6,25	3,13	-	-	-	100%
QUADRAS 29	41,67	16,67	-	-	-	-	22,22	2,78	13,89	2,78	-	100%
QUADRAS 30	47,06	5,88	-	-	10,29	5,88	14,71	7,35	4,41	2,94	1,47	100%
QUADRAS 31	46,15	7,69	-	-	17,31	3,85	15,38	1,92	3,85	3,85	-	100%
QUADRAS 32	44,83	8,62	-	-	15,52	-	12,07	12,07	6,90	-	-	100%
QUADRAS 33	47,83	7,25	1,45	-	10,14	10,14	21,74	1,45	-	-	-	100%
QUADRAS 34	46,03	11,11	1,59	1,59	11,11	4,76	12,70	11,11				100%
QUADRAS 35	19,48	-	-	10,39	5,19	12,99	9,09	1,30				100%
QUADRAS 36	50,91	3,64	-	-	5,45	1,82	30,91	5,45	-	1,82	-	100%
QUADRAS 37	40,54	21,62	5,41	-	5,41	5,41	18,92	2,70	-	-	-	100%
QUADRAS 38	27,62	14,29	-	-	2,86	2,86	43,81	8,57	-	-	-	100%
QUADRAS 39	23,81	17,46	7,14	11,11	6,35	1,59	7,14	23,81	1,59	-	-	100%
QUADRAS 40	50,00	14,29	4,76	2,38	2,38	21,43	4,76					100%
QUADRAS 41	36,92	10,77	1,54	-	6,15	27,69	9,23	3,08	1,54	3,08	-	100%
QUADRAS 42	47,22	5,56	-	-	2,78	33,33	5,56	5,56	-	-	-	100%
QUADRAS 43	40,91	9,09	-	-	-	36,36	13,64	-	-	-	-	100%
QUADRAS 44	41,18	5,88	2,94	-	-	35,29	8,82	5,88	-	-	-	100%
QUADRAS 45	33,90	13,56	3,39	-	1,69	30,51	13,56	3,39	-	-	-	100%
QUADRAS 46	21,43	21,43	7,14	-	-	28,57	7,14	7,14	7,14	-	-	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

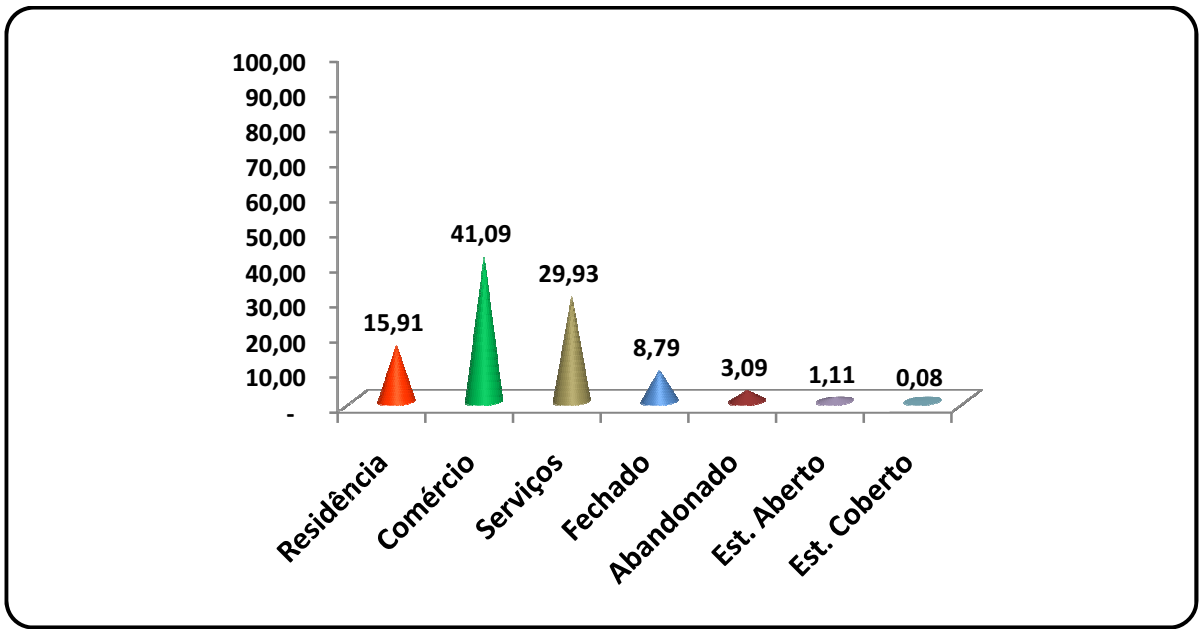


Gráfico 11 – São Luís.Uso do solo urbano no núcleo da área central. 2009
Fonte: Pesquisa de campo.

O papel de comando da centralidade econômica das atividades comerciais na cidade está espacialmente constituído no núcleo da área central e em sua expansão. Segundo o IMESC (2008), "a trajetória do Comércio explica-se pela vigorosa expansão do crédito, a elevação das transferências federais e a melhoria no mercado de trabalho". Esta expansão do núcleo ou *core* da Rua dos Craveiros até a Praça Deodoro foi orientada pelo poder público ao constituir na Praça Deodoro o ponto nodal dos transportes públicos, fluxos de pedestres, entre outros. De fato, como afirma Mckenzie (1926), toda comunidade possui um ponto central, o nó do sistema de circulação, foco do interesse do Estado e do capital para manter a vitalidade do sistema.

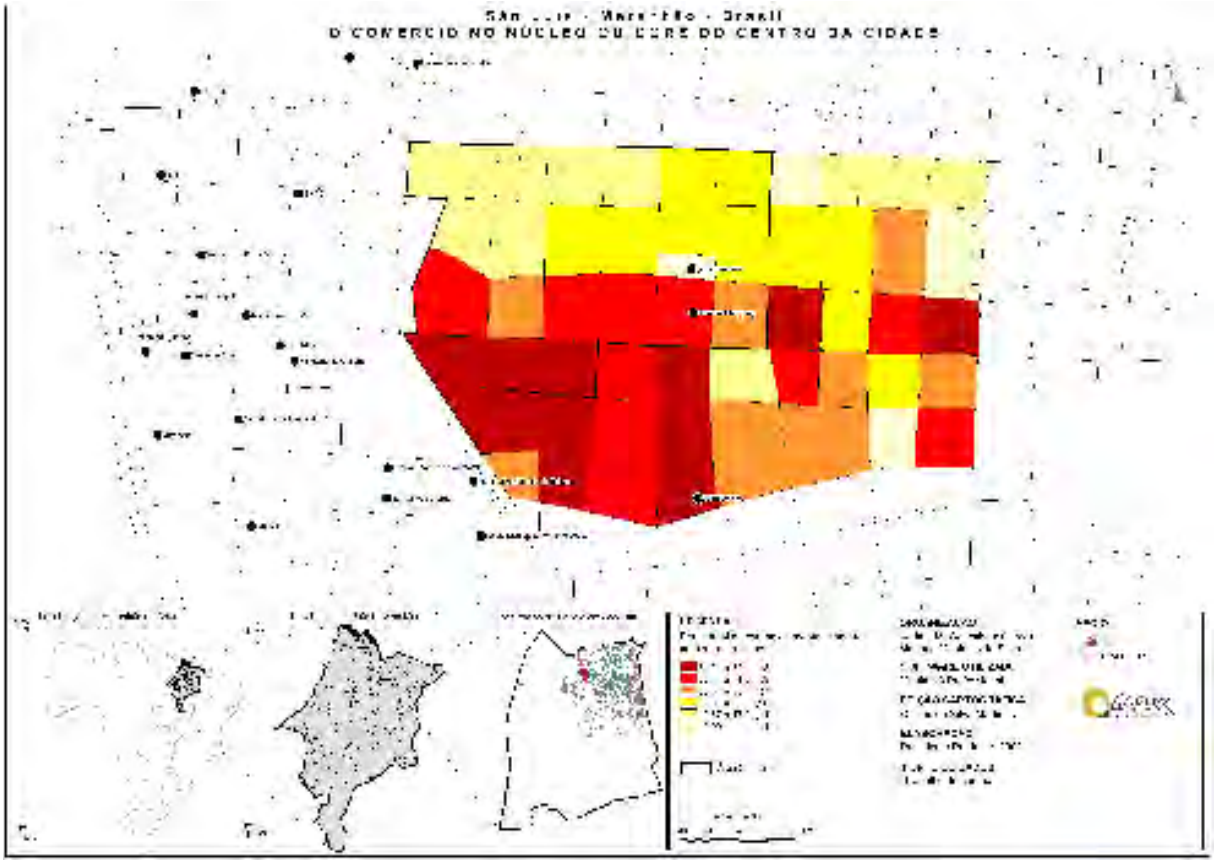
Esta vitalidade de que trata o autor pode ser observada na maior concentração de lojas e serviços distribuídos em dois grupos. O primeiro grupo abrange as quadras próximas à Praça Deodoro (Figura 30) em que predominam as lojas adaptadas em pequenas residências. Em muitos casos, um casa abriga uma diversidade de lojas e serviços, a exemplo de uma casa onde funcionam 2 lojas de roupas, 1 de roupas e calcados e 1 salão de beleza, de proprietários diferentes. Numa outra situação, pode ser vista a quadra 1, que está entre a Rua Grande e a Rua da Paz, que tem 23 pontos comerciais e 6 pontos de serviços diversos, em um processo de multiplicação de oferta de bens e serviços populares. O segundo grupo corresponde à forte concentração de bens e serviços em prédios mais amplos, as lojas de departamento, que inte-

gram as redes nacionais e estão localizadas na outra extremidade do núcleo da área central próximo da Praça João Lisboa.



Figura 30 – São Luís. Rua Grande, requalificação das residências em lojas. 2009
Fonte: Reginaldo Monteiro

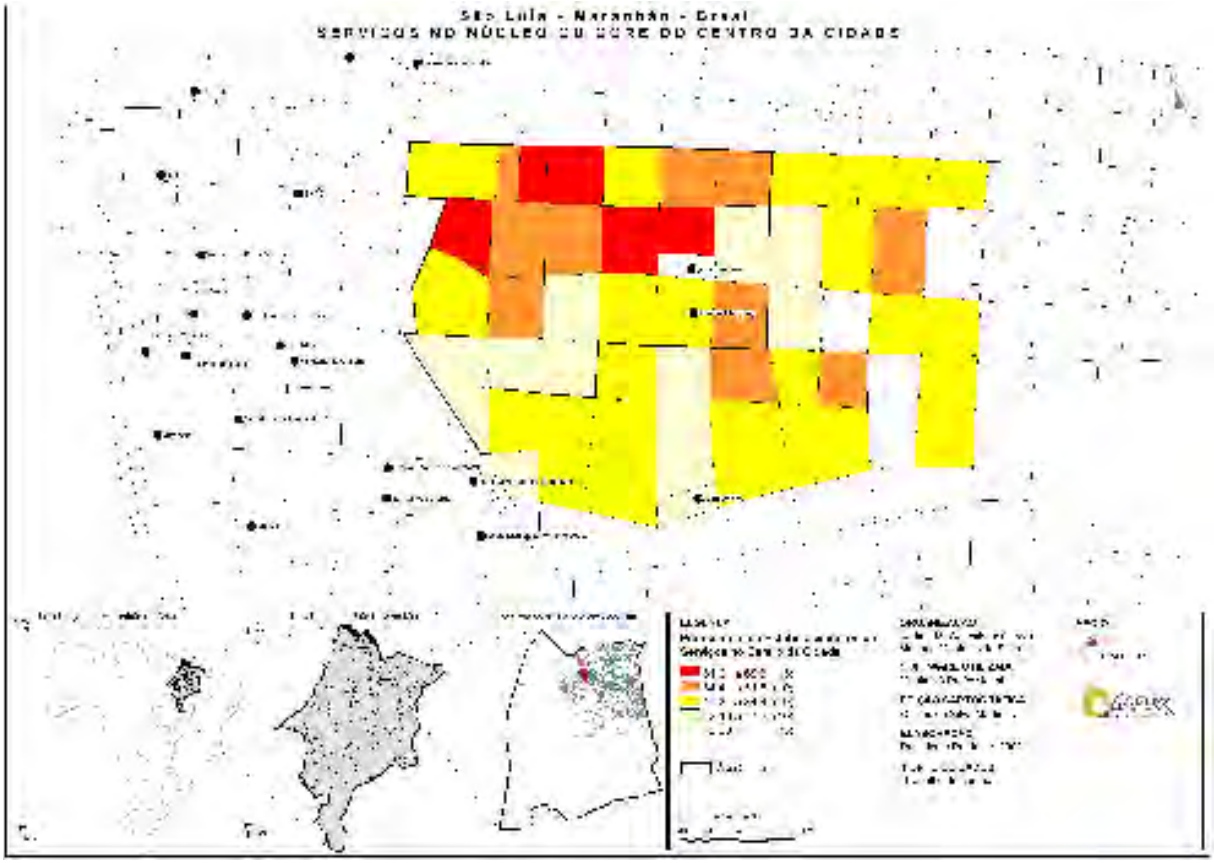
As atividades comerciais (Mapa 5) estão distribuídas diferenciadamente no núcleo da área central e em sua área de expansão. Na Rua Grande, estão as quadras com maior concentração das atividades comerciais, dos mais populares aos que são distribuídos por lojas filiais de grandes nacionais; as lojas mais especializadas em todos os seguimentos não são mais encontradas neste seguimento. O único *shopping center* tem fechado muitas de suas lojas, já sinalizando a perda de sua centralidade. A Rua de Santana tem assumido a centralidade por meio do comércio varejista de produtos diversos e populares, miudezas não encontradas na Rua Grande.



Mapa 5 – São Luís. Distribuição de atividades comerciais no núcleo da área central

A distribuição dos serviços (Mapa 6) no núcleo da área está relacionada aos consultórios médicos, de dentistas, escritórios de advocacia, de contabilidade. O preço do solo urbano nesse seguimento pressionou a localização destes serviços nas bordas do núcleo nas ruas da Paz e maior concentração na Rua do Sol.

A produção e reprodução do espaço a partir das atividades comerciais e de serviços dão visibilidade às centralidades que são criadas ou redefinidas, pois não há em São Luís outro local com maior frequentação. Analisando o conteúdo e a diversidade das atividades comerciais nas ruas do núcleo da área central de São Luís, observamos, como já referimos anteriormente, que os produtos e o padrão das lojas destinam-se as camadas populares.



Mapa 6 – São Luís. Distribuição dos serviços no núcleo da área central

Entre os segmentos de maior destaque, está o de vestuário que conta com a forte participação de lojas que integram redes nacionais e o setor de móveis que está se concentrando na Rua da Paz, indicando uma especialização nesta área. A diversidade de produtos apontou características importantes de uma multicentralidade. A distribuição das atividades comerciais (Gráfico) expôs a divisão social e territorial do espaço, pois as atividades estão distribuídas de modo diferenciado e complementar. Portanto o volume do capital e o aspecto de complementaridade no fornecimento de bens e serviços nas ruas desse setor, tornou evidente que há uma expansão de centralidade, com diversidade de produtos e serviços, que nos permite considerar que está havendo uma expansão da centralidade da Rua Grande para a Rua de Santana.

Tabela 6 – São Luís. Principais atividades comerciais no núcleo da área central . 2009

PRINCIPAIS ATIVIDADES COMERCIAIS				
Atividades Comerciais	**R. Grande**	**R. Santana**	**R. da Paz**	**R. do Sol**
Alimentação	2,11	7,69	10,64	19,51
Vestuário	51,41	20,88	29,79	9,76
Calçados e bolsas em geral	17,61	9,89	2,13	-
Cosméticos	3,52	2,20	4,26	2,44
Óticas	6,34	2,20	6,38	17,07
Medicamentos	4,23	3,30	4,26	12,20
Móveis e Eletrodomésticos	4,93	12,09	25,53	4,88
Livrarias	1,41	3,30	4,26	7,32
Joias e relógios	2,11	5,49	4,26	4,88
Diversos	6,34	32,97	8,51	21,95
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

.

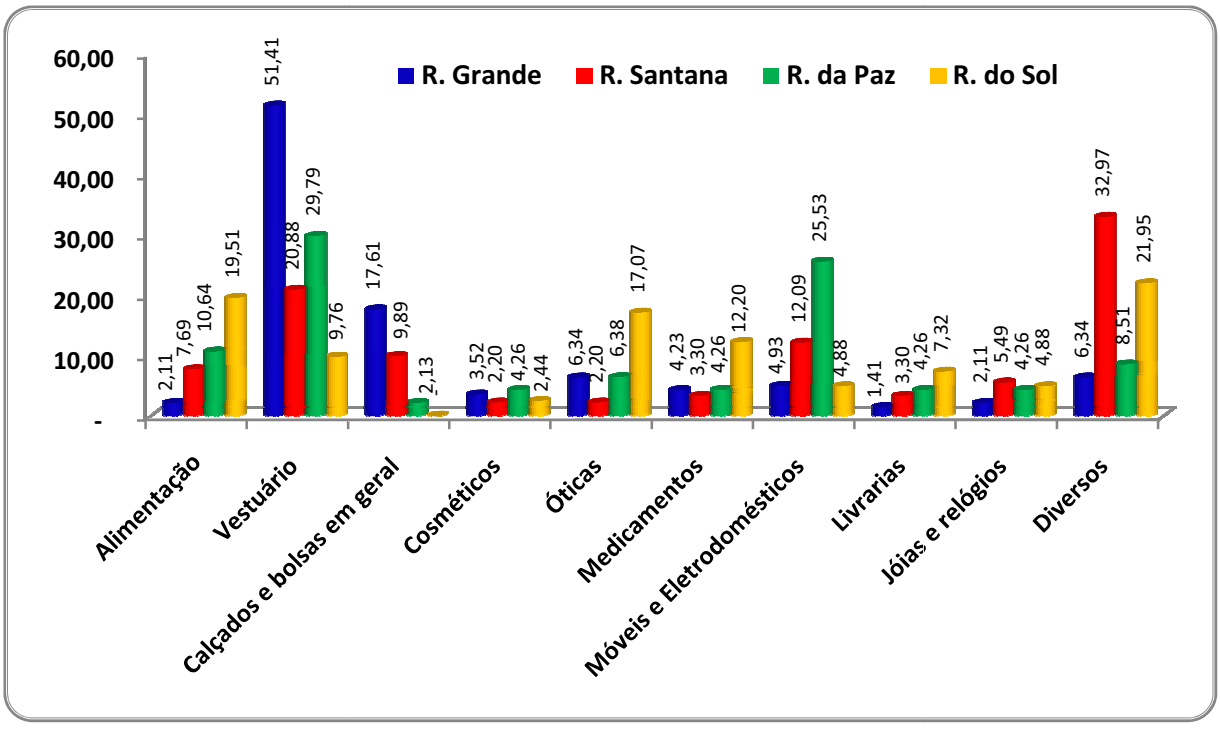


Gráfico 12 – São Luís. Distribuição de atividades comerciais no núcleo da área central.

O núcleo da área central de São Luís é um recorte significativo das dinâmicas urbanas na cidade. A concentração e centralização do capital, tem mantido a centralidade econômica e uma grande densidade populacional, que muito lhe favorece em termos da acumulação do capital, porém, o retorno socioespacial não ocorre na mesma proporção. Essa centralidade tem em si, o atrativo da possibilidade da apropriação pois ela reúne os bens, os fluxos materiais e imaterial.

Considerações finais

Dentre as possibilidades de pensar a produção o espaço urbano de São Luís, adotamos o enfoque que buscou, a partir do tecido urbano, as formas e fluxos espaciais apreendidos na distribuição das atividades de comércio e serviços, como uma perspectiva de poder discutir a dinâmica da centralidade. Essas atividades, comumente, podem estar concentradas ou não em setores no conjunto urbano, ou dispersas tornando o consumo mais acessível à mancha urbana. Esses movimentos devem comunicar os arranjos, as possibilidades ou restrições/escassez na apropriação da cidade, dentre outras. Tanto as formas – cristalizações desses processos espaciais – quanto os fluxos que atraem a frequentação para alguns segmentos, permitem interpretações geográficas que podem contribuir significativamente para o entendimento das dinâmicas da cidade, pois os que produzem e consomem a cidade podem/devem discernir e interpretar "a trama da cidade". "Se os cidadãos devem perceber a cidade como legível, devem ser capazes de fazer a leitura de pelo menos um padrão, porém, de preferência, de diversos padrões sobrepostos e facilmente reconhecíveis", tal como propõe Rykwert (2006, p.55).

Um bom exemplo dessa leitura é a indicação, ainda feita comumente em São Luís, quando os citadinos dizem que vão à "cidade", porém, estão se deslocando especificamente para o centro urbano – o local em que são oferecidas concentradamente as atividades comerciais, os serviços diversos e onde estão os principais acessos ao mundo do trabalho, à saúde, à educação, à segurança etc. no conjunto da cidade. As leituras equivocadas, inconsistentes e/ou incompletas que fazemos da cidade assinalam implicações socioespaciais que comprometem a vida de muitos. Sposito (1991, p. 5-6) ao enfatizar a cidade como "o lugar da produção e do consumo, e [que] os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, e para a circulação, permitindo que a troca se realize", coloca-a efetivamente como "o lugar da apropriação" (WHITACKER, 2006, p. 131). Ambos contribuem para a compreensão de que a dimensão espacial da cidade pode ser assimilada no cotidiano dos citadinos.

De fato, a produção capitalista do espaço atenua ou mascara os seus mecanismos que atendem às leis de mercado tanto na "produção da cidade (crescimento territorial horizontal e vertical) quanto no seu consumo (localização dos diferentes usos de solo)", afirma Sposito (1991, p. 5/7). Nesse sentido, os processos espaciais na cidade precisam ser considerados

abrangendo os múltiplos interesses e arranjos em todas as escalas apreensíveis, pois "quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais o capital se concentra". O centro – um lugar de concentração no interior da cidade – é "onde a circulação e as trocas das mercadorias e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços". Portanto, ainda que o capital tenha escolhido a cidade como o seu *locus* preferencial de realização, a cidade precisa, também, assegurar a realização humana nesse espaço de disputa de poder, pois, como afirma Smith (1998, p. 224), o capital, ao invés de utilizar o mundo subdesenvolvido como uma fonte de mercados, usou-o como fonte de mão-de-obra barata, impedindo assim sua plena integração ao mercado mundial.

Isso nos levaria a crer que a formação de novas centralidades devem ser discutidas, conforme Santos (2003, p. 125-126), na possibilidade de se apreender a lógica que está subjacente na centralidade urbana, para além das formas e dos processos e suas implicações socioespaciais. O autor destaca que a diferenciação da configuração espacial nos países subdesenvolvidos – o que podemos também observar para São Luís – tem "enormes disparidades de renda, que caracterizam consequências espaciais". Assim, "a localização determina, por sua vez, a capacidade individual de produzir e de consumir". Produzir e consumir são dinâmicas sociais exacerbadas no cotidiano da cidade.

O centro urbano de São Luís foi constituído e consolidado alternando períodos de lento crescimento e/ou declínio com períodos de pujança econômica. E as demandas socioespaciais da cidade, que foram geradas em cada um desses períodos, são indiferentes para os movimentos do capitalismo monopolista. Assim, a centralidade nos permite acompanhar as dinâmicas urbanas mais produtivas e as disparidades de renda nos indicam as localizações do capital e as possibilidades ou não de consumo da cidade.

A centralidade urbana que se efetivou no centro urbano da Praia Grande, desde 1612 até 1930, por meio dos papéis de comando econômico, administrativo e cultural, foi despojada de suas articulações, pois "sem as atividades mercantis que lhe haviam dado vida, [o centro] acabaria por se transformar simplesmente em um novo acervo arquitetônico de grande valor histórico", segundo explica Viveiros (1954, p. 219). Porém, a forma espacial que abrigava esse acervo arquitetônico, o centro, mesmo com a perda da centralidade econômica, sustentou dinâmicas que orientaram as redefinições do espaço urbano, já que "o centro histórico, mesmo tendo a degradação de parte de suas formas espaciais, não perde sua atribuição de central, mas de centralidade única, conforme indica Alves (2005, p.140). No caso de São Luís, em virtude de a cidade não estar vivendo na época, como discutimos no primeiro

capítulo, uma explosão de centralidade urbana e, sim, um período de falência de suas estruturas produtivas, em meio a um período de crescimento populacional e expansão do seu tecido urbano, a nosso ver a centralidade única permaneceu e ainda permanece no centro urbano, ainda que os processos de desconcentração e descentralização sejam notórios no Renascença, nos eixos primários da cidade. Em São Luís, os papéis de comando econômico, administrativos e culturais ainda são centrais.

O ordenamento teórico de um estudo inicial, a partir da espacialização das atividades de comércio e serviços, trouxe-nos algumas convicções provisórias que se constituem em questões a serem elucidadas, aprofundadas sobre as dinâmicas das centralidades em São Luís. A pesquisa permitiu-nos identificar uma área central em São Luís, em diferentes centralidades, logo uma multicentralidade. Essa centalidade multicêntrica também pode se expressar em escalas distintas e complementares. "Essas escalas articulam-se, em função de diferentes níveis de especialização funcional", conforme salienta Sposito (1996, 121), que foram historicamente construídas em um contexto de urbanização dependente, o que explica a temporalidade de alguns processos e o modo abrupto tanto da instalação quanto da degeneração e/ou extinção de algumas centralidades. A nosso ver, isso esvazia as terminologias de centro novo ou centro antigo pois, no caso de São Luís, o que seria o centro antigo está integrado dinamicamente à área central, tem o papel de comando administrativo e ainda divide o comando econômico com o núcleo da área central. A força dessa centralidade urbana é mantida pela concentração na área central do papel de comando administrativo, econômico e cultural da cidade.

A área central ou centro urbano ocupa o sítio urbano original e uma área de expansão do centro para onde foram deslocadas as atividades de comércio e serviços, após 1930, e as novas centralidades que se estabelecem fortalecem seu papel e sua funcionalidade.

De fato, essa centralização restringe o setor mais dinâmico da cidade somente aos que dele podem se apropriar no cotidiano. Essa segmentação é mais contundente quando essa centralidade responde pela condição de sobrevivência de uma parcela significativa da sociedade. Este setor apreende a divisão social do trabalho e o consumo do espaço para muitos. Não basta estar na cidade, é necessário estar no centro. Logo, uma concentração espacial mantida secularmente agrega conjunturas materiais e simbólicas que tendem a legitimar a restrição aos bens e serviços que deveriam estar acessíveis a todos os citadinos.

Ao iniciarmos a pesquisa buscávamos uma aproximação inicial da cidade a partir da distribuição das atividades de comércio e serviços. A concentração destas atividades na

área central e as possibilidades ou não de consumo, de reprodução social aguçaram a busca de compreensão sobre a apropriação da cidade. O consumo da cidade parecia estar destinado aos que tinham acesso ao centro urbano, então, quais as possibilidades de consumo na e da cidade era uma ideia central. Os objetivos da pesquisa permitiram o contato, as inquietações e reflexões sobre a formação histórica da produção capitalista do espaço ludovicense, identificando: nas formas e fluxos, as centralidades que estavam sendo articuladas aos diferentes papéis que a cidade tem desempenhado; na distribuição das atividades de comércio e serviços, os processos espaciais capazes de permitir interpretações sobre o uso do solo urbano e suas tendências.

Construímos convicções que nos permitem discutir a produção do espaço urbano de São Luís no contexto de uma urbanização dependente que, ontem e hoje, parece relacionar-se com interesses externos prioritariamente, conforme já discutimos, e suas marcas características são a concentração e a centralização. Portanto, a centralidade urbana que já foi única, por todas as transformações da cidade, afirma-se na multicentralidade, tanto em diversidade quanto nas diversas escalas que ela abrange. Os papéis de comando dessas centralidades estão vinculados ao centro principal, que é segmentado em dois setores: o centro histórico, que tem o comando da centralidade administrativa e econômica; e o núcleo da área central, que responde pela centralidade econômica e sua expansão. Os centros secundários estão dispersos atendendo às demandas do crescimento populacional e articulando predominantemente a centralidade administrativa dos serviços públicos de saúde, educação, exceção feita aos bairros do Renascença e São Cristóvão.

O estudo permitiu encaminhar questões para pesquisas posteriores, a saber: (1) como inferir que mesmo em momentos de grande desenvolvimento de atividades econômicas não centrais não foram consolidadas, como o parque industrial fabril, cujas centralidades poderiam ter alavancado a expansão do tecido urbano e consolidado novas formas, o subcentro do Anil, o primeiro da cidade constituído na década de 1930, que não foi consolidado mas, pelo contrário, seu declínio aponta para o papel do Estado e outros agentes modeladores do espaço, a natureza temporária das centralidades em São Luís, que ocorreu após a construção da segunda ponte sobre o Rio Anil, que ligava a área central ao bairro do São Francisco; (2) o ritmo acelerado do modo de produção atraiu centralidades econômicas e culturais, cuja efervescência parecia configurar uma área de desdobramento da centralidade única do centro e que não foi concretizado, pois em menos de vinte anos as centralidades foram deslocadas para o bairro contíguo, o Renascença II, que tem constituído formas espaciais que parecem poder conter o desenvolvimento da centralidade, com fortes tendências para ser o desdobramento da

área central de São Luís; (3) se a cidade não perdeu a função portuária e comercial, como interpretar o isolamento desta espacialização que centraliza os grandes enclaves portuários, a 11 quilômetros do centro da cidade – o Porto do Itaqui, oTerminal da ALUMAR, consórcio que reúne Alcoa e BHPBilinton e o Terminal da Ponta da Madeira (TMPM).

Por fim, esperamos ter contribuindo para a discussão sobre a dinâmica da centralidade urbana em São Luís. Tendo por certo que a complexidade desses processos manifesta, a partir da espacialização dessas centralidades, movimentos importantes da produção capitalista do espaço urbano da cidade, o que nos desafia a prosseguir na busca pela compreensão dessas questões urbanas.

Referências

ALVES, Glória da Anunciação. *O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação.* 1999. 196f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

_____. *São Paulo: uma cidade global*. In: CARLOS, Ana Fani; CARRERAS, Carles. *Urbanização e mundialização : estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

D'ABEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo: Livraria Martins, 1985.

AMORIM Filho, Oswaldo Bueno; SENA Filho, Nelson de. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

BEAUJEU-GUARNIER, Jaqueline. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CAPEL, Horácio. *La morfologia de las ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O espaço urbano*. Novos ensaios sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 11-30, jan.-jn., 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em redes – (A era da informação: economia, sociedade, espaço e cultura)*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COLBBY, Charles C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. In: KOHN, C.; MAYER, R. (Ed.). *Readings in Urban Geography*. Chigago: Chicago University Press, 1958. P. 287-298.

CORDEIRO. Helena Kohn. *O centro da metrópole paulistana:* expansão recente. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980.

CORRÊA, Roberto L. *Trajetórias geográficas*. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: 2000.

_____. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: 2000.

_____. *Processos espaciais e a cidade*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 41 (3): 100-110. 1979.

DUARTE, Aluizio C. *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CNG/ IBGE, 1967.

DUARTE, Haïdine da Silva Barros. *A cidade do Rio de Janeiro*: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 36 (1): 53-98, jan./mar. 1974.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista*. Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. *Plano municipal de gestão:* a revitalização do centro histórico de São Luís. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos:* objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

_____. (Org.). São Luís: uma leitura da cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983.

GOTTIDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *O novo imperialismo.* 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

HORWOOD, Edgar M. e BOYCE, R. R. *Studies of the central business district and urban freeway development.* In: The Urban American City. M. Yeater, org. Seatlle, University of Washington Press. 1959, p. 319-327.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Sócio-Econômicos e Cartográficos. Dados socioeconomicos dos municípios maranhenses. São Luís: IMESC, 2006.

_____.. *Perfil do Maranhão 2006/2007* V.1 – São Luís: IMESC, 2008.

JORGE, Miércio de Miranda. Álbum do Maranhão – 1950. São Luís, s. ed., 1950.

JOHNSON, James H. *Geografia Urbana*. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

LEITE FILHO, Deusdédit Carneiro. *Os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão.* In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português -1945 – 1822. Lisboa: 2001.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMA, Carlos de. Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos. 2. ed. São Luís : Livraria Vozes, 2007.

LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

LOPES, José Antonio Viana (Org.). *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara*: guia de arquitetura e paisagem = SAN Luis Isla de Marañon y Alcântara: guia de arquitectura y paisaje – Ed. Bilíngüe – Sevilha: Consejeria de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.p. 11-49.

_____. São Luís no século XXI. In ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

MCKENZIE, Roderick D. *The scope of human ecology*. The American Jounal of Sociology, v. XXXII, n. 1, Parte 2 (julho de 1926), P.141-154. IN: CIDADES. *O âmbito da ecologia humana.* v.2, n. 4, 2005, p. 341-353.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão.* São Luís: DASP, Serviço de Documentação, 1960.

MURPHY, Raymond E.; VANCE, James E. Jr . *Delimiting the CBD.* Readings in Urban Geography. In: KOHN, C; MAYER, R. (Ed.). Chicago: The University of Chicago Press, 1954. P. 418-446.

MURPHY, Raymond E.; VANCE, James E. Jr. EPSTEIN, B.J. *Internal structure of the CBD*. Economic Geography*,* v. 31, n. 1, 1955.

RIBEIRO FILHO, Vitor. *A área central e sua dinâmica*: uma discussão. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 155-167, dez., 2004.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís.* São Luís: Edições FUNC, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000. (Uspiana-Brasil 500 anos).

ROLNIK, R. *Estatuto da Cidade, instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza.* Disponível em: <http://www.estatutodacidade.org.br/estatuto>. Acesso em: 10 mar. 2006.

RYKWERT, Joseph. *A idéia de cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SÃO LUÍS. Plano Diretor de São Luís, 2006.

_____. Plano Diretor de São Luís, 1974.

_____. *Rua grande*: um passeio no tempo. São Paulo: Pancrom, 1992.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. *Metamorfoses citadinas:* constituições do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís/MA/Brasil. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Milton. *Salvador*: Centro e centralidade na cidade contemporânea. In: Pelo Pêlo: História, Cultura e Cidade (org.) Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995, p. 11-29.

_____. Manual de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____.*A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *A natureza do espaço*. 4. ed reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *O centro de Salvador*: estudo de geografia urbana. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Editora Progresso, 1958.

SILVA. Willian Ribeiro. *Para além das cidades:* centralidade e estruturação urbana em Londrina e Maringá. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização.* São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 9-28.

_____. *O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

SMALL. J. e WITHERICK. M. *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. A. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. de. *O abc do desenvolvimento urbano.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O desafio metropolitano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Mudar a cidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia*: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e urbanização*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *A urbanização da sociedade*: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In:Damiani, A.L.;CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. *O espaço no fim do século*: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.p.83-99.

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia,* São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1991.

_____. "*Reestruturação da cidade"* in MELO, J. (org) *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente. GAsPERR. 1996.

_____. *O chão em Presidente Prudente:* a lógica da expansão territorial urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 1983.

SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e campo*: relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. *O abc do desenvolvimento urbano.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O desafio metropolitano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação? 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/PPGG/UFG, Goiânia.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institut, 1998.

VIVEIROS, Jeronimo de. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WHITACKER, A. M. *Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidade médias*. Scripta Nova – Revista Eletrónica de Geografia y Ciências Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. v. 11, n.245, Não paginado, ago. 2007.

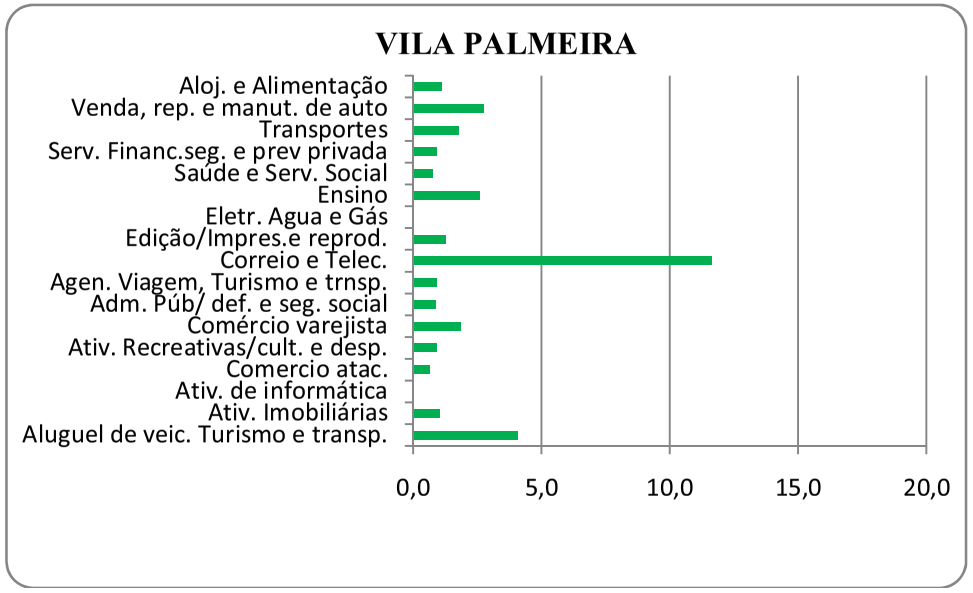
_____. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (org.) *Cidade e campo*: relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

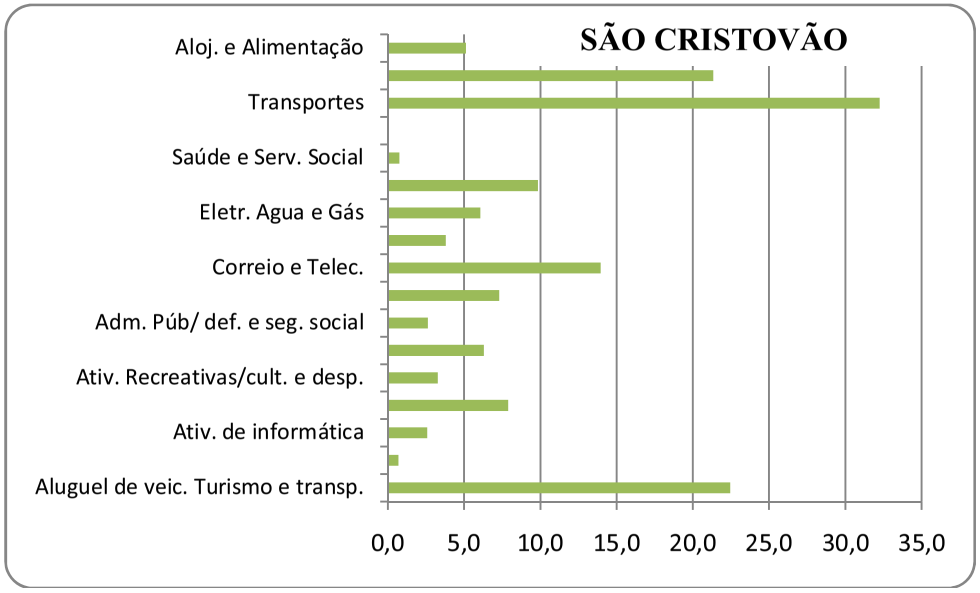
_____. Restruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP. 2003. 243f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

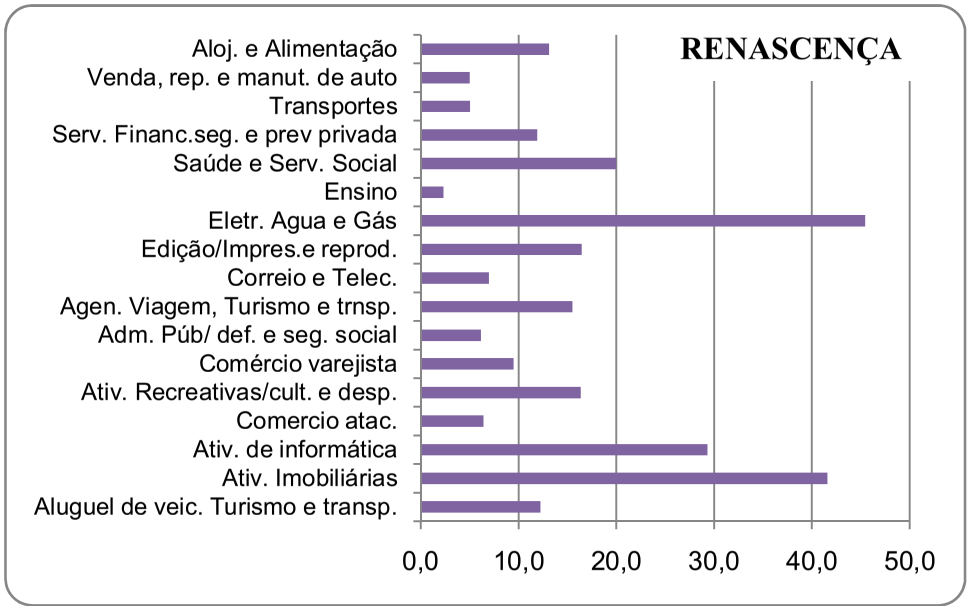
_____. *A produção do espaço em Presidente Prudente*: uma discussão sobre a centralidade urbana. 1997. 301f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

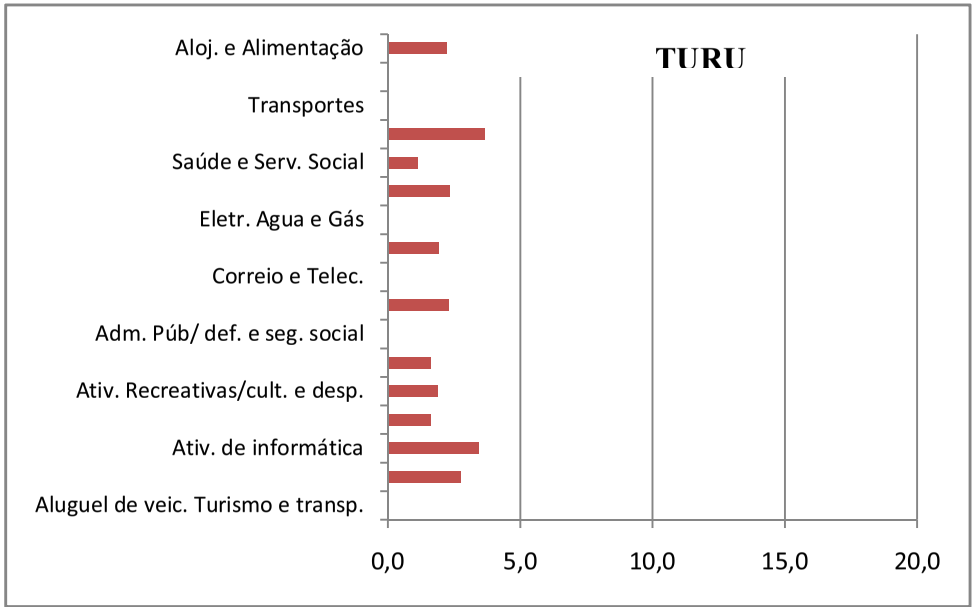
APÊNDICE

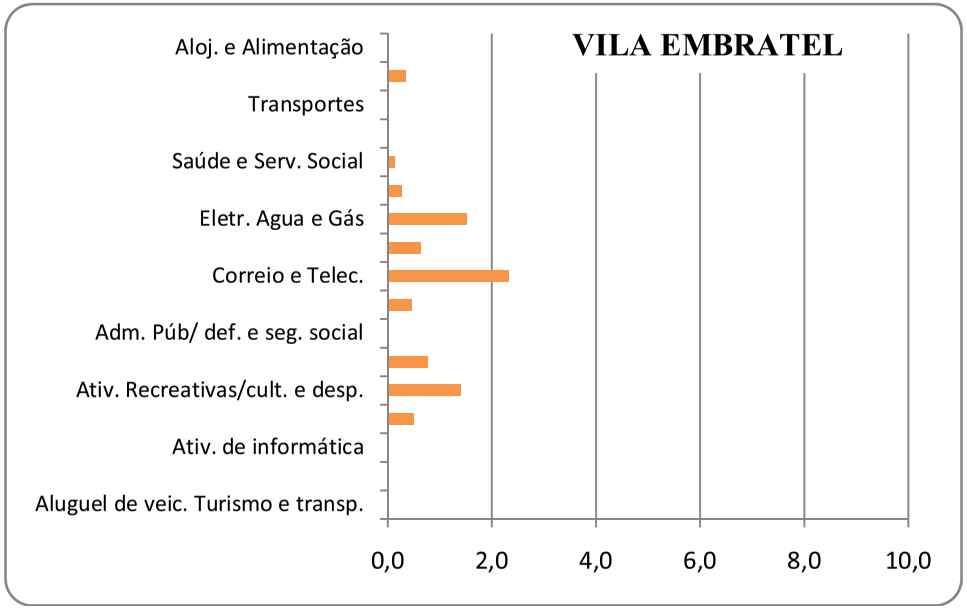
Distribuição de atividades comerciais e de serviços nos setores na cidade de São Luís

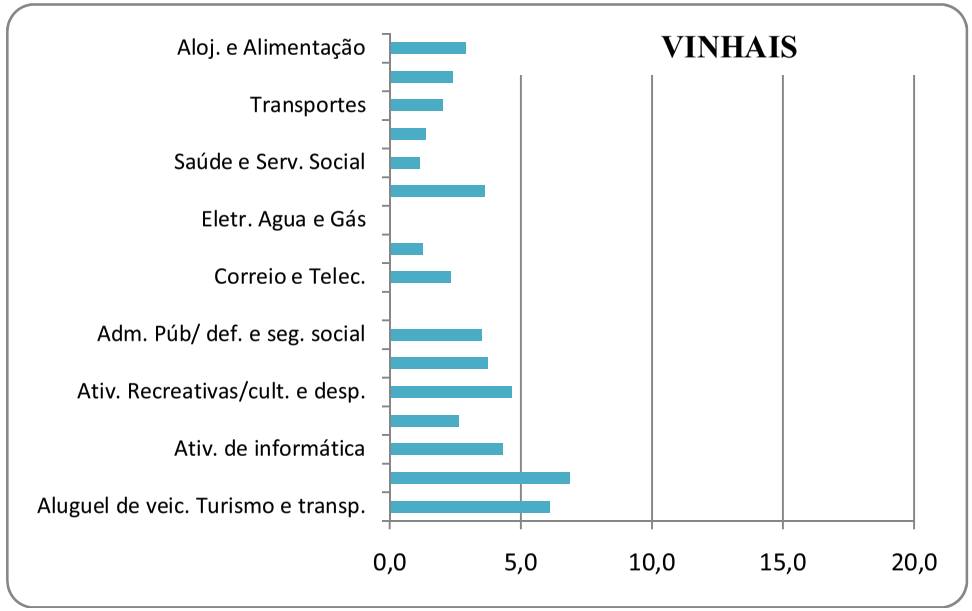


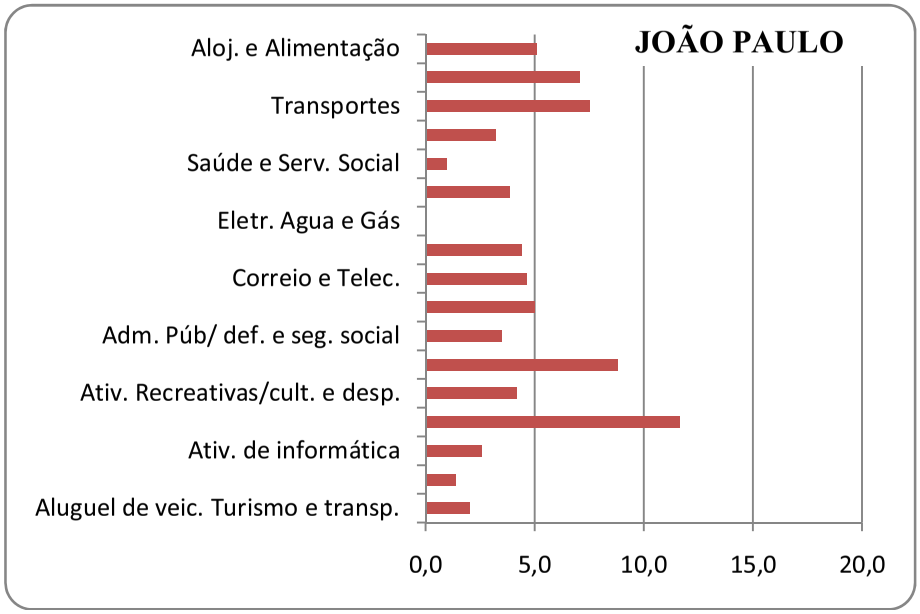


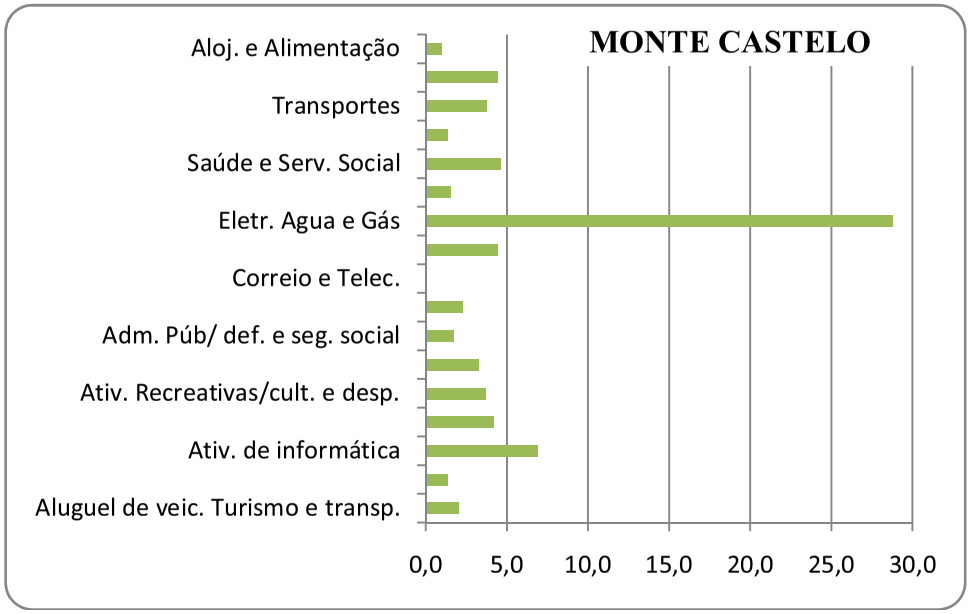

RENASCENÇA
Aloj. e Alimentação
Venda, rep. e manut. de auto
Transportes
Serv. Financ.seg. e prev privada
Saúde e Serv. Social
Ensino
Eletr. Agua e Gás
Edição/Impres.e reprod.
Correio e Telec.
Agen. Viagem, Turismo e trnsp.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Comércio varejista
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Comercio atac.
Ativ. de informática
Ativ. Imobiliárias
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
10,0
20,0
30,0
40,0
50,0

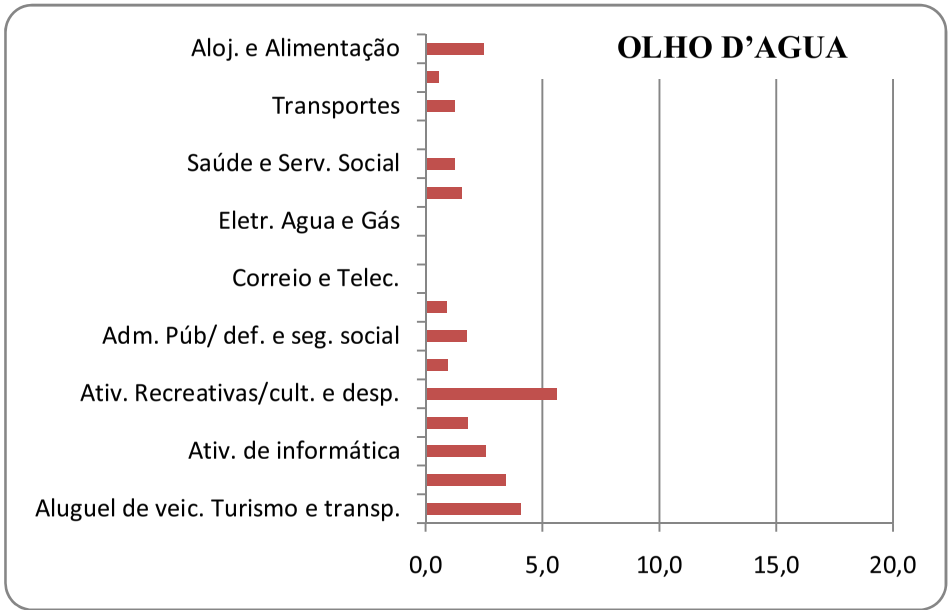

TURU
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0
20,0

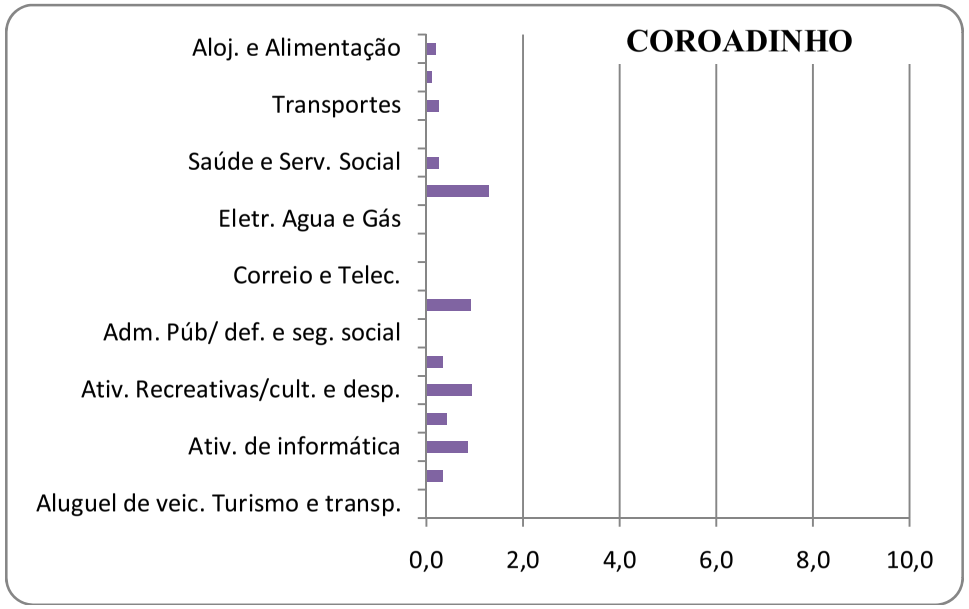

VILA EMBRATEL
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0

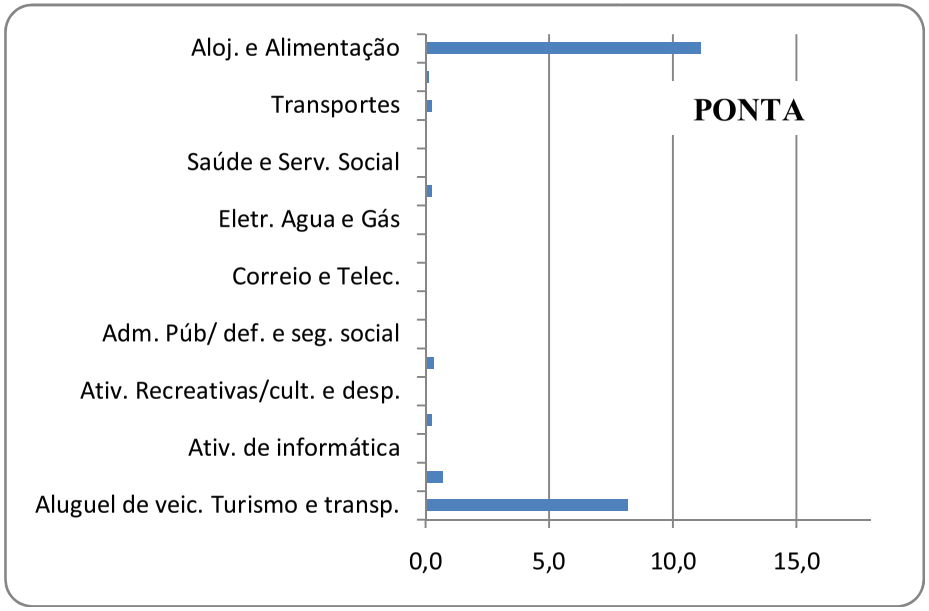

VINHAIS
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0
20,0

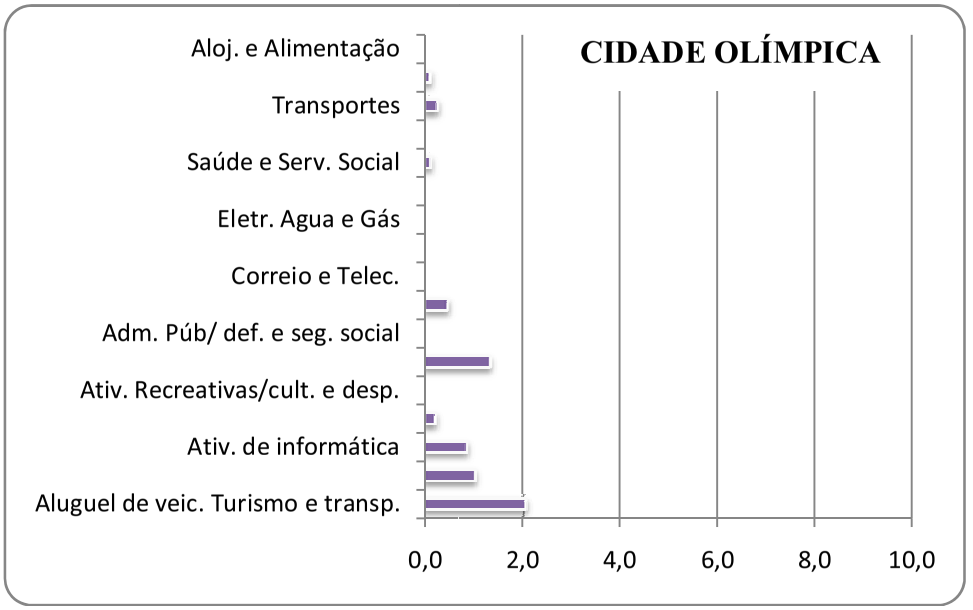

JOÃO PAULO
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0
20,0

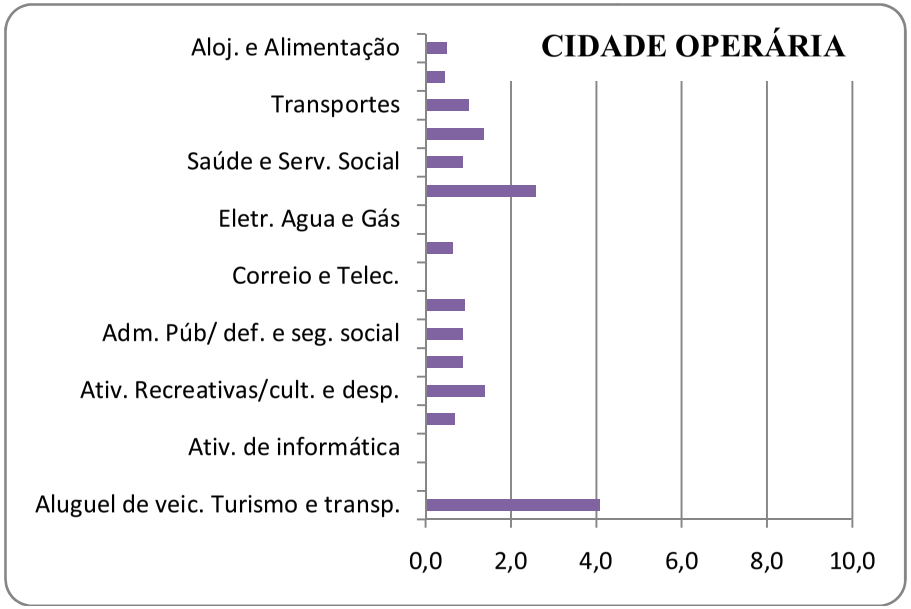

MONTE CASTELO
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0
20,0
25,0
30,0

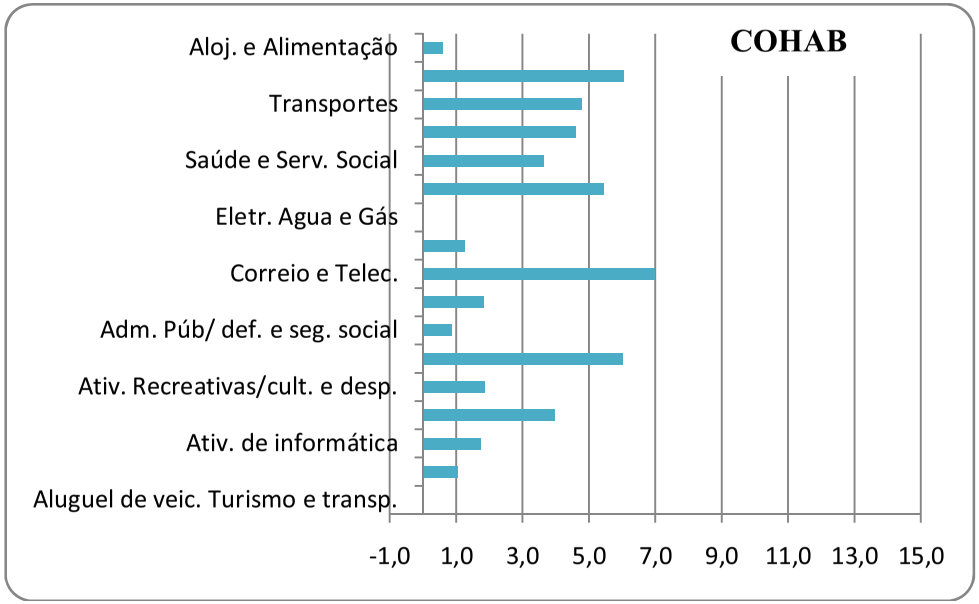

OLHO D'AGUA
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0
20,0

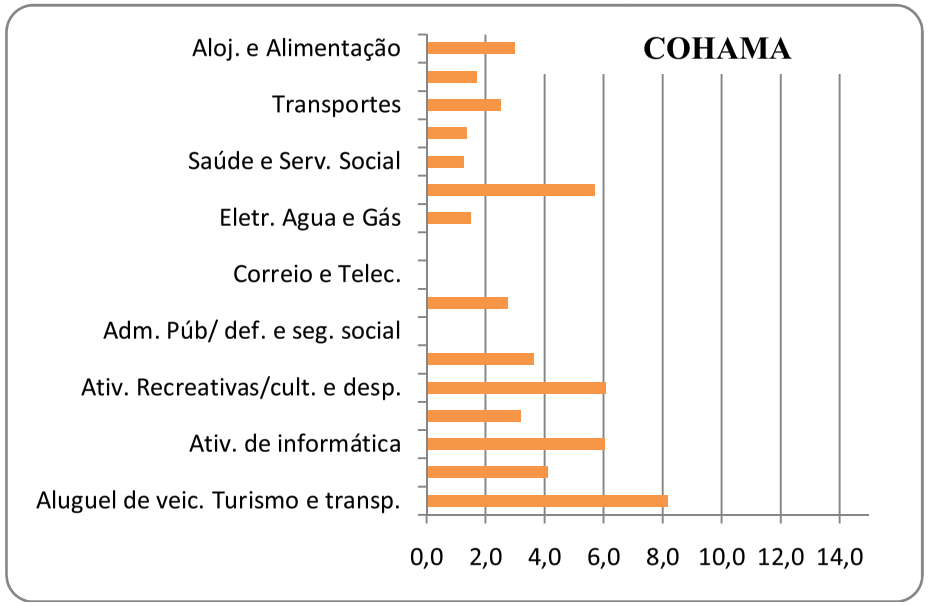

COROADINHO
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0

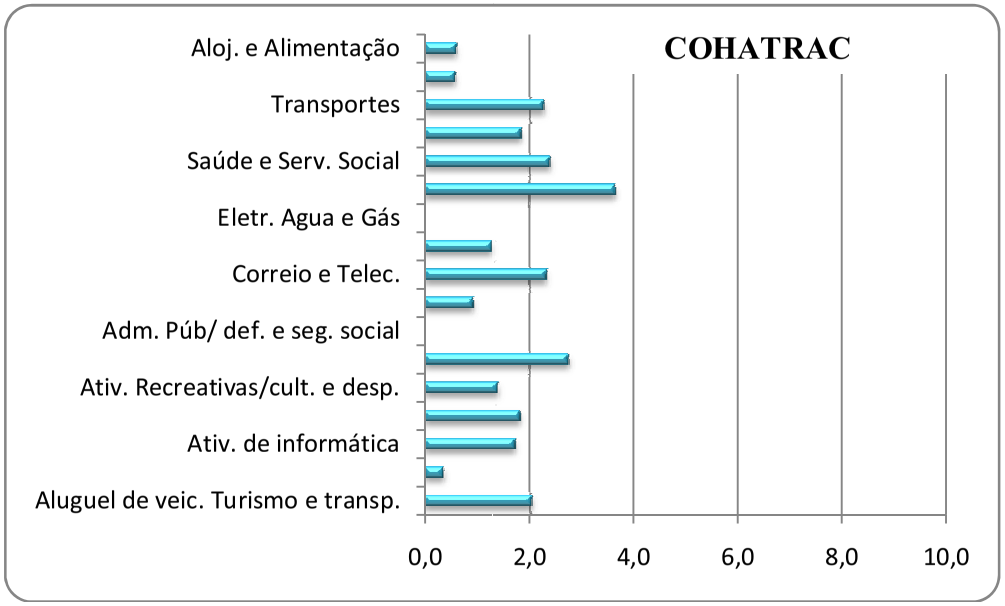

PONTA
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
5,0
10,0
15,0

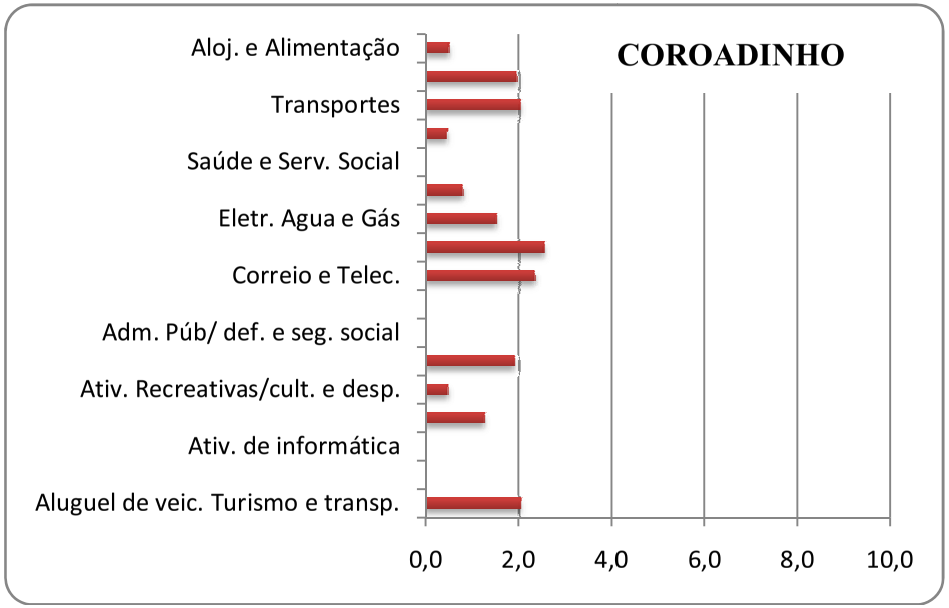

CIDADE OLÍMPICA
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0

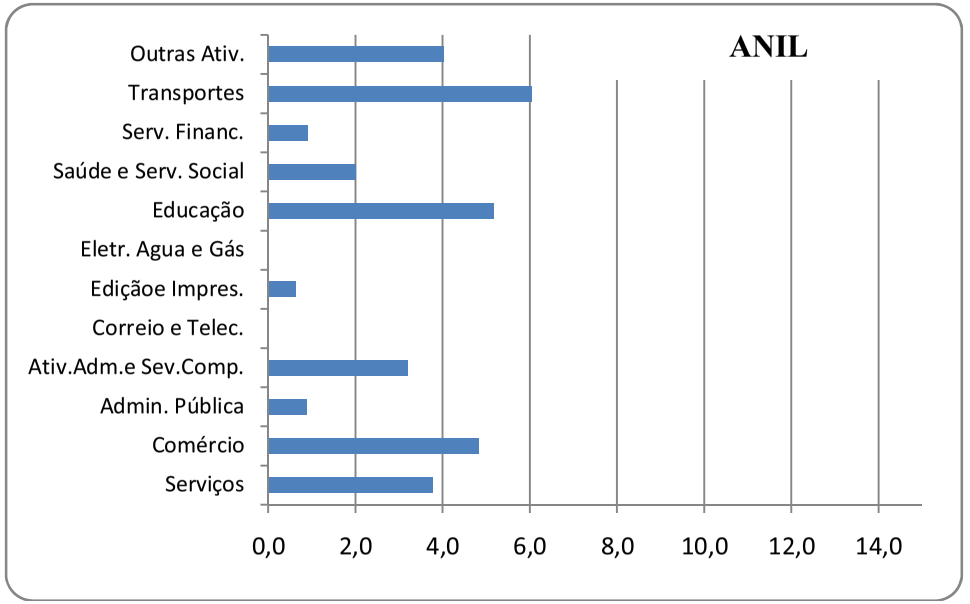

CIDADE OPERÁRIA
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0

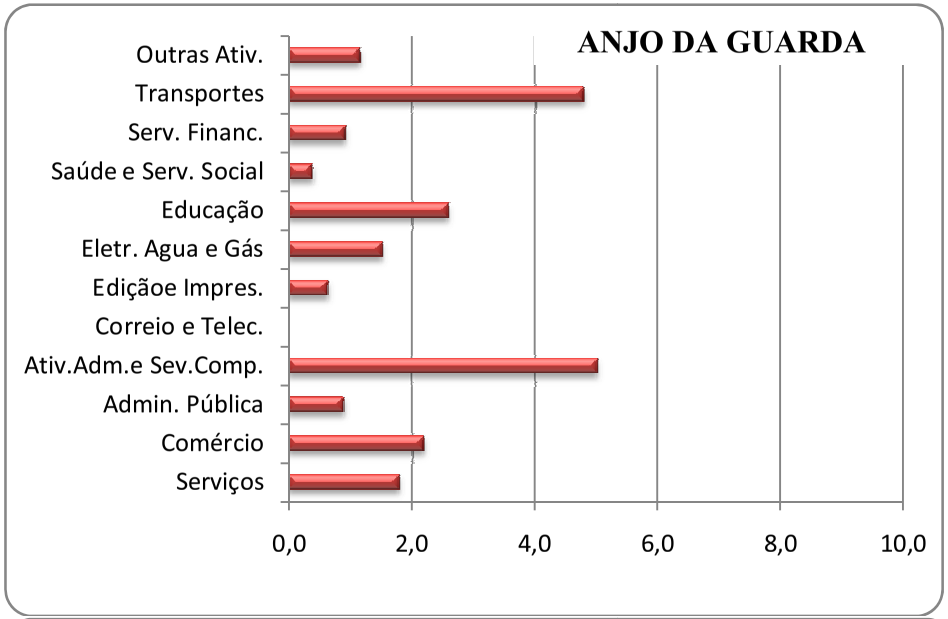

COHAB
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
-1,0
1,0
3,0
5,0
7,0
9,0
11,0
13,0
15,0

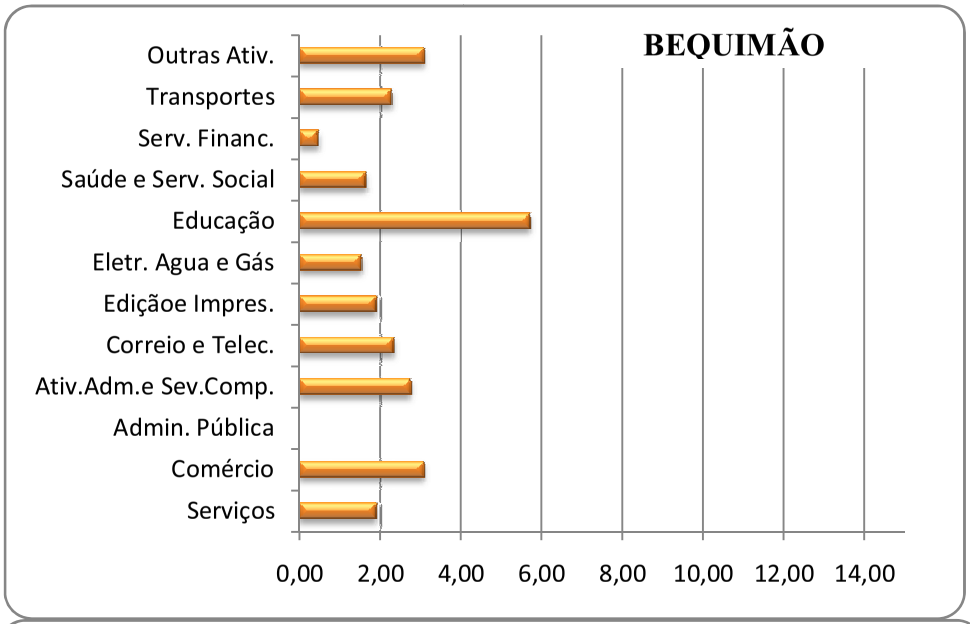

COHAMA
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0 2,0 4,0 6,0 8,0 10,0 12,0 14,0

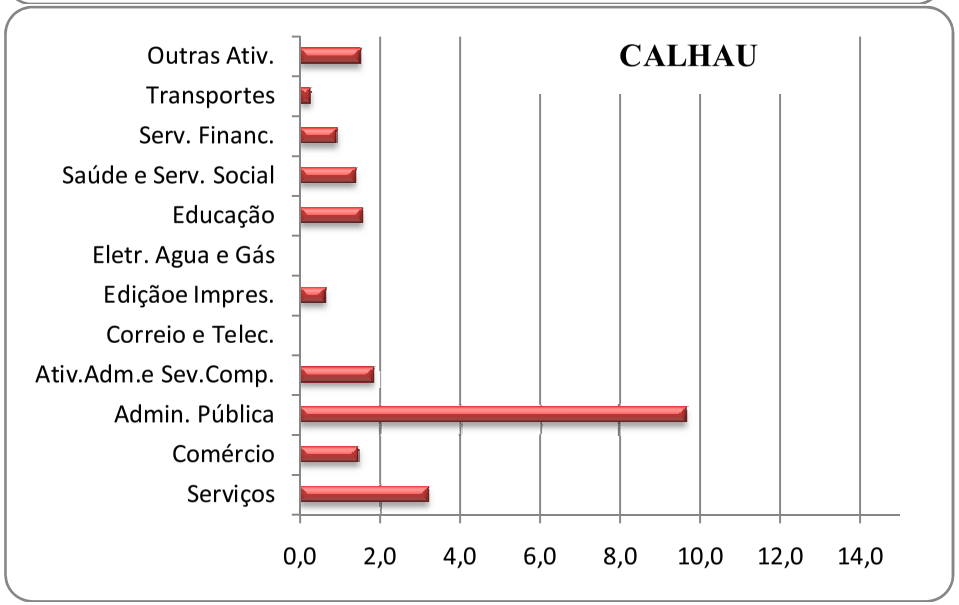

COHATRAC
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0 2,0 4,0 6,0 8,0 10,0

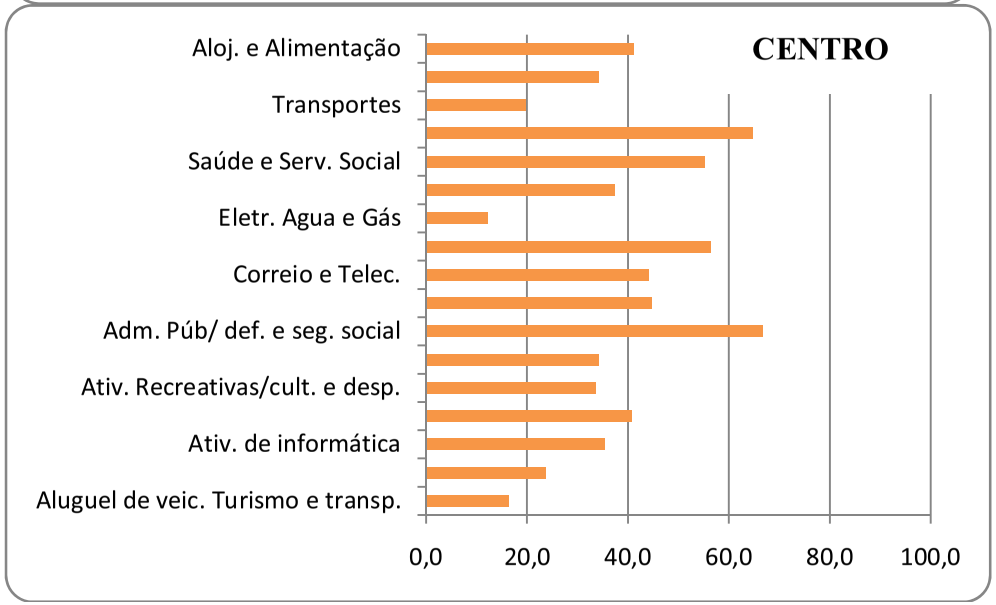

COROADINHO
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0 2,0 4,0 6,0 8,0 10,0


ANIL
Outras Ativ.
Transportes
Serv. Financ.
Saúde e Serv. Social
Educação
Eletr. Agua e Gás
Ediçãoe Impres.
Correio e Telec.
Ativ.Adm.e Sev.Comp.
Admin. Pública
Comércio
Serviços
0,0 2,0 4,0 6,0 8,0 10,0 12,0 14,0


ANJO DA GUARDA
Outras Ativ.
Transportes
Serv. Financ.
Saúde e Serv. Social
Educação
Eletr. Agua e Gás
Edição Impres.
Correio e Telec.
Ativ.Adm.e Sev.Comp.
Admin. Pública
Comércio
Serviços
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0


BEQUIMÃO
Outras Ativ.
Transportes
Serv. Financ.
Saúde e Serv. Social
Educação
Eletr. Agua e Gás
Edição Impres.
Correio e Telec.
Ativ.Adm.e Sev.Comp.
Admin. Pública
Comércio
Serviços
0,00
2,00
4,00
6,00
8,00
10,00
12,00
14,00


CALHAU
Outras Ativ.
Transportes
Serv. Financ.
Saúde e Serv. Social
Educação
Eletr. Agua e Gás
Edição Impres.
Correio e Telec.
Ativ.Adm.e Sev.Comp.
Admin. Pública
Comércio
Serviços
0,0
2,0
4,0
6,0
8,0
10,0
12,0
14,0


CENTRO
Aloj. e Alimentação
Transportes
Saúde e Serv. Social
Eletr. Agua e Gás
Correio e Telec.
Adm. Púb/ def. e seg. social
Ativ. Recreativas/cult. e desp.
Ativ. de informática
Aluguel de veic. Turismo e transp.
0,0
20,0
40,0
60,0
80,0
100,0

Modelo de realização do trabalho de campo nas quadras

UNESP/PESQUISA DE CAMPO/ÁREA CENTRAL DE SÃO LUÍS

Nº	QUADRA/RUA	LOTE	NOME DO EMPREEDIMENTO E NÚMERO DO PRÉDIO	Larg. M	Pav.	Com.	Ser.	Res.	Est.	Fec.	Aband.	Obs.
1	1- Rua da Paz	1	Balcão de negócios: Empréstimo pessoal - nº 12	8m	T		x					
2	1- Rua da Paz	2	FINNIVEST - 12		T		X					
3	1- Rua da Paz	3	Repartição Pública- 32		T		x					
4	1- Rua da Paz	4	Depósito Insinuante - 42		T	X						
5	1- Rua da Paz	5	The Best Bijuterias - 52		T	X						
6	1- Rua da Paz	6	Insinuante Móveis - 62		T	X						
7	1- Rua da Paz	7	Colonial Music - 72		T	X						
7	1- Rua Santaninha	7	Colonial Music - 72		T	X						
8	1- Rua Santaninha	8	Florize Jóias - 529		T	X						
9	1- Rua Santaninha	8	Metal Ouro - 529		T	X						
10	1- Rua Santaninha	8	Reynaldo Ourives - 529		T	X						
11	1- Rua Santaninha	9	Shopping dos Cosméticos- 535		T	X						
12	1- Rua Santaninha	9	Hotel Deodoro- 535		T	X						
13	1- Rua GRANDE	9	shopping dos Cosméticos e Hotel Deodoro		1º,2º,3º		x					
14	1- Rua Grande	10	100% Moda- 725		T	X						
15	1- Rua Grande	11	Extra Calçados e Esporte- 733		T	X						
16	1- Rua Grande	12	Secretaria de Educação		T		x					
17	1- Rua Grande	13	Dicas Modas-783		T	X						
18	1- Rua Grande	13	Salão Moderno 783		T	X						
19	1- Rua Grande	13	Kantão Modas 783		T	X						
20	1- Rua Grande	13	Dicas Confecções e calcados 783		T	X						
21	1-Rua do Passeio	14	Modelus 56 A		T	X						
22	1-Rua do Passeio	14	Calce e leve - calçados 56		T	X						
23	1-Rua do Passeio	15	Rei das Bolsas 501		T	X						
24	1-Rua do Passeio	15	Shock Licra 501		T	X						
25	1-Rua do Passeio	16	Lojas Passeio 42		T	X						
26	1-Rua do Passeio	17	Confecções Akaso 12		T	X						
27	1-Rua do Passeio	17	Estação Mulher 12		T	X						
28	1-Rua do Passeio	17	Bella casa 12		T	X						
29	1-Rua do Passeio	17	Palácio das Bolsas 12		T	X						
30	1-Rua do Passeio	17	Kantão Modas		T	X						
1	2- Rua Grande	1	PRO-REITORIA UFMA 782		T		X					
2	2- Rua Grande	2	SAPATARIA MIRIM 768		T	X						
3	2- Rua Grande	3	CENTER MODA 754 B		T	X						
4	2- Rua Grande	3	FOTO SOMBRA 754 A		T	X						
5	2- Rua Grande	4	BONITA 740		T	X						
6	2- Rua Grande	4	RADICAL 740		T	X						
7	2- Rua Grande	5	VISÓTICA 732		T/ 1º	X						
8	2- Rua Grande	5	GLAMOUR BOLSAS 732		T/ 1º	X						
9	2- Rua Grande	5	SERVIÇOS DIVERSOS 732		1º	X						
10	2- Rua Grande	6	PLANETA 7 724		T	X						
11	2- Rua Grande	6	PLANETA 7 724		1º	X						
12	2- Rua Santanhinha	7	ÓTICAS DINIZ 605		T	X						
13	2- Rua Santanhinha	7	DINO'S OURIVES 605		T		X					
14	2- Rua Santanhinha	8	RESIDÊNCIA 607		T			X				
15	2- Rua Santanhinha	9	RESIDÊNCIA 613		T			X				
16	2- Rua Santanhinha	10	CLÍNICA DENTÁRIA 619		T		X					
17	2- Rua Santanhinha	11	ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA		T		X					
18	2- Rua Santanhinha	12	COLÉGIO PORTINARI		T		X					
19	2- Rua Santanhinha	12	COLÉGIO PORTINARI		T			X				
20	2- Rua de Santana	13	RESIDÊNCIA 771		T			X				
21	2- Rua de Santana	14	RESIDÊNCIA 771		T			X				
22	2- Rua de Santana	14	RESIDÊNCIA 136		T		X					
23	2- Rua de Santana	15	FOTO 124		T		X					
24	2- Rua do Passeio	15	CENTRO GRÁFICA 124 (FUNDOS)		T							
25	2- Rua do Passeio	15	PRÉDIO 782		1º						X	
26	2- Rua do Passeio	15	PRO-REITORIA UFMA 782		T				X			